



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
TURMA: CARLOS NELON COUTINHO.

Roseli Maria de Souza.

A SUBORDINAÇÃO DOS CAMPONESES AO CAPITAL: a exploração
a partir da concentração e comercialização dos Alimentos.

Rio de Janeiro

2015

Roseli Maria de Souza

A SUBORDINAÇÃO DOS CAMPONESES AO CAPITAL: a exploração a partir da concentração e comercialização dos Alimentos.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof.^o Dr. Mauro Luís Iasi.

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos os Camponeses e Camponesas que historicamente vem existindo e resistindo ao Modo Capitalista de Produção, Camponeses esses que historicamente sobre todas as adversidades colocadas, produziram e produzem alimentos para garantia da reprodução da vida humana, fazem brotar da terra o sustento de todas as gerações, mas, que na sua trajetória sempre foram e são vítimas desse modelo explorador, concentrador que se utiliza do trabalho, da sabedoria camponesa para seus interesses. Sem os alimentos não seria possível nem a vida, nem fazer ciência, tampouco realizar qualquer atividade humana.

Dedico a minha família, em especial a meus pais (Antônio Clementino de Souza, in memoriam e Maria Geralda de Souza), que no desenvolvimento do Capitalismo, do Agronegócio no Brasil sempre foram (mesmo sem ter noção do que acontecia) migrantes para a fronteiras agrícolas, saíram do interior de MG na década de 1960, foram para o Paraná e de lá saíram para Rondônia no início dos anos 1980, e mesmo no estado de RO já migraram, sempre em busca de melhores condições de vida para os filhos, camponeses produtores de alimentos, de vida, de conhecimentos e com muita dignidade e resistência criaram os seis filhos.

Dedico a Raul (meu companheiro) e Victor Antônio (meu filho que também foi “estudante” em vários períodos do curso) que sempre estiveram presentes em todos os momentos bons e difíceis no decorrer do curso.

Dedico também, ao MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores, que tem proporcionado um importante debate e realizado ações que recuperam e afirmam a importância dos Camponeses na história, que vem construindo o “Plano Camponês” na perspectiva de construção de outra sociedade com valores socialistas para toda a Classe Trabalhadora.

AGRADECIMENTOS

Agradecer ao MPA pela oportunidade de ter acesso a um conjunto de conhecimentos e reflexões no processo de militância que nem sempre são possíveis em outros espaços da sociedade, assim como a oportunidade da materialização do curso de graduação. Estendo esse agradecimento em especial a todos os companheiros e companheiras que apoiaram, trocaram ideias, conversaram, contribuíram na convivência diária da minha formação acadêmica.

Agradecer também a todos os companheiros e companheiras de turma, de quarto, de convivência nesses cinco anos de muito aprendizado, assim como, aos professores, monitores, coordenação pedagógica, supervisora de estágio-Vivian Mattos, colegas de estágio, cirandeiros - em especial Marilene e Deuzelina, entre outros, que ajudaram a criar as condições e deram apoio de todas as formas para a realização do curso. Não citarei os demais nomes, para não correr o risco de não citar alguém.

Agradecer ao Prof. Mauro Iasi pela orientação, incentivo, contribuição no entendimento teórico de alguns temas durante a realização do trabalho, sem o qual não haveria possibilidade de alcançar os resultados a que chegamos.

Agradecer e ao mesmo tempo parabenizar e reconhecer a Escola de Serviço Social da UFRJ pelo seu quadro de profissionais competentes (professores, coordenadores do curso, técnicos, direção, todos os servidores em geral), comprometidos, que não mediram esforços para a realização do curso que é de muitíssima importância para a nossa formação política e técnica dos militantes dos movimentos envolvidos diretamente no curso e que se estende para a Classe Trabalhadora.

Agradecer a Escola Nacional Florestan Fernandes que tem desempenhado um papel importantíssimo para a Classe Trabalhadora, que tem contribuído na formação e na construção de sujeitos coletivos, lutadores, militantes profissionais e que proporcionou a construção de mais esse curso em que somos parte, em parceria com a UFRJ e o INCRA através do PRONERA.

Agradecer a todos da família, em especial minha sogra Elza Ristow Krauser que muito contribuiu na reta final do curso, principalmente no cuidado com Victor Antônio.

Por fim, mas não menos importante, minha eterna gratidão à Raul Ristow Krauser, meu companheiro de uma década e que o agradecimento tem que ser duplicado, para além de me incentivar ao estudo, de dividir as tarefas diárias, o cuidado com o “filhote”, as tarefas militantes, ainda coube a ele a tarefa de me “disciplinar” para estudar nas madrugadas e fazer a revisão final do texto.

EM DEFESA DA COMIDA – UM MANIFESTO.

- 1- *Não coma nada que sua avó não reconheceria como comida.*
- 2- *Evite comida contendo ingredientes cujo nomes você não possa pronunciar.*
- 3- *Não coma nada que não possa um dia apodrecer.*
- 4- *Evite produtos alimentícios que aleguem vantagens para sua saúde.*
- 5- *Dispense os corredores centrais dos supermercados e prefira as compras nas prateleiras periféricas.*
- 6- *Melhor ainda: compre comida em outros lugares, como feiras livre ou mercadinhos hortifrútiis.*
- 7- *Pague mais, coma menos.*
- 8- *Coma uma variedade maior de alimentos.*
- 9- *Prefira produtos provenientes de animais que pastam.*
- 10- *Cozinhe e, se puder plante alguns itens do seu cardápio.*
- 11- *Prepare suas refeições e coma apenas à mesa.*
- 12- *Coma com ponderação, acompanhado, quando possível, e sempre com prazer.*

(Michael Pollan, 2008)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, objetiva em analisar, pesquisar, entender melhor as formas de exploração, subordinação que se dão sobre os Camponeses desde os Alimentos e conseqüentemente para a sociedade, a partir do Capital, considerando que alimentar é essencial para todos os seres humanos. Partimos assim, de uma reflexão teórica que leva em conta as diversas discussões históricas acerca do Campesinato e que o Campesinato - a Agricultura Camponesa e o Agronegócio são dois modelos antagônicos que proporcionam diferentes formas de desenvolvimento e com diferentes resultados no Campo e em geral, dado que o Agronegócio tem por sua prioridade o lucro, a acumulação de capitais e que atualmente é amplamente hegemônico. A partir dessa base teórica, analisamos vários temas que compõe as questões relacionadas à problemática Camponesa como: concentração, distribuição das riquezas, monopólios, padronização, as formas de exploração, a qualidade dos Alimentos processados, entre outros. Os dados são de várias fontes, no entanto todos evidenciam as formas de mercantilização dos Alimentos e as conseqüências para os Camponeses e para toda a população consumidora. Esse trabalho não tem por pretensão esgotar esta temática tão complexa e abrangente, apenas trazer alguns elementos de análise teórico e prático mais visíveis, que por vezes se tornam implícitos no dia-a-dia das pessoas, assim como, contribuir para pensarmos em estratégias de ações contra hegemônicas dentro do atual modelo de sociedade.

Palavras chaves: Agricultura Camponesa, Alimentos, Agronegócio, Exploração.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I- OS ALIMENTOS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	19
1.1 O ALIMENTO	19
1.2 ALIMENTO COMO BEM ESSENCIAL À VIDA.....	21
1.2.1 O que são os Alimentos?	21
1.2.2 Alimento como Direito	22
1.3 ALIMENTO COMO MERCADORIA	25
1.3.1 O que é Mercadoria?	25
1.4 A RENDA DA TERRA E A SUBORDINAÇÃO AO CAPITAL.....	28
1.5 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA	31
1.5.1 Sobre a Modernização	31
1.5.2 Caracterização do agronegócio	34
1.5.2 Alimento como Commodities.	36
1.5.3 Padronização dos Alimentos	38
1.6 EXPLORAÇÃO A PARTIR DO MONOPÓLIO-CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS E O PAPEL DO ESTADO.....	40
1.6.1 Carteis agroalimentares-fusão-monopólios	40
1.7 OS CAMPONESES E O CAMPESINATO NESSE CONTEXTO	47
1.7.1 Nesse contexto todo, como se dá a exploração dos camponeses, dos agricultores familiares, dos trabalhadores do campo?	56
II - COMO SE DÁ ESSE PROCESSO EM SÃO GABRIEL DA PALHA	65
2.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO (ESTRUTURA FUNDIÁRIA, PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PERFIL SOCIOECONÔMICO).....	65
2.1.1 Demografia	65
2.1.2 Estrutura Fundiária e Produção Agrícola	67
2.1.3 Perfil Social	74
2.1.4 Aspectos Econômicos	76
2.2 SITUAÇÃO DOS CAMPONESES EM SÃO GABRIEL DA PALHA NESSE CONTEXTO	78
2.3 PAPEL DO ESTADO EM SÃO GABRIEL DA PALHA	80
III AÇÕES E PROPOSTAS DE SUPERAÇÃO DESSE MODELO	83
3.1 PROBLEMAS CENTRAIS	84
3.1.1 Valorização	84
3.1.2 Acesso à Educação	84
3.1.3 Geração de renda	85
3.1.4 Acesso à terra e à água	85
3.1.5 Oportunidades para a juventude do campo	87
3.1.6 Acesso às políticas públicas	88
3.2 AÇÕES ESTRATÉGICAS NECESSÁRIAS – CONTRA HEGEMÔNICAS.	90
3.2.1 Soberania Alimentar	91
3.2.2 Algumas Pautas do MPA	95
3.3 PLANO CAMPONÊS	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

Com o presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende-se fazer uma análise, entender melhor a situação dos Camponeses e Camponesas, em alguns aspectos no atual Modo de Produção Capitalista, principalmente, em relação as formas de exploração e subordinação em que estão submetidos ao produzir e comercializar os Alimentos, que é o resultado do seu trabalho.

A escolha desse tema inicialmente teve duas motivações principais. A primeira guarda uma relação direta com minha história de vida, pois minha família, em especial meus pais sempre foram camponeses, migraram de MG para Paraná na década de 1970, depois migraram para Rondônia início da década de 1980, posteriormente já migraram dentro do próprio estado. Essas migrações sempre foram uma combinação entre a crise do local onde estavam, seja pelo tamanho da propriedade, seja pela pressão dos grandes projetos ou pelo esgotamento da capacidade produtiva do solo e por outro lado a propaganda da fronteira agrícola e a perspectiva de melhoria de condições de vida. Todo esse processo foi marcado por muito trabalho, muita produção (fatura), no entanto, marcado também por falta de acesso a muitas coisas (energia elétrica, escola para os filhos, atendimento básico de saúde, entre outros, sem dinheiro, portanto sem acesso a muitos bens de consumo necessários). Essa realidade vivida pela minha família não foi e não é uma situação peculiar, mas o retrato do conjunto dos camponeses Brasil a fora. A segunda motivação foi a vivencia prática e teórica de militância no movimento social camponês que permitiu entender de fato a realidade e fazer uma leitura crítica das consequências do desenvolvimento em curso e as implicações para os camponeses e o conjunto dos trabalhadores.

Já é sabido e comprovado por estudos, pesquisas, censos, que é a Pequena Agricultura, a Agricultura Camponesa que produz a maior parte dos Alimentos diversificados que a população consome diariamente, muito embora essa produção não seja percebida na banca dos mercados como produção camponesa, por carregar o nome de marcas das grandes redes varejistas ou então das indústrias que fizeram o processamento. Neste processo de produção, circulação e consumo, o Campesinato de uma forma geral no seu conjunto não foi e nem tem sido a prioridade no atual modelo de sociedade, toda a prioridade tem sido para as grandes empresas

que controlam os alimentos, para o Agronegócio que produz monoculturas a partir de commodities principalmente para exportação, e o Estado brasileiro tem garantido todas as condições (econômicas, técnicas, social, infraestrutura, entre outros) para que os capitalistas, o Agronegócio, tenham seus capitais se valorizando, acumulando, monopolizando cada vez mais. Nesse contexto há um distanciamento, há um estranhamento entre os que realmente produzem e os que consomem.

Conseqüentemente, é a população que sente diretamente os efeitos, dado que alimentar é uma condição vital para os seres humanos, ao passo que os Alimentos se tornaram uma mercadoria não apenas com valor-de-uso, mas, uma mercadoria que é prioritariamente portadora do valor-de-troca, portanto, é necessário ter dinheiro para comprá-la e vemos cada dia mais concentração das riquezas de um lado e da pobreza do outro, daí que ter acesso aos alimentos em quantidades necessárias não é uma condição de toda a população. Associa-se se a isso a qualidade, pois na medida em que busca-se formas de aumentar o lucro, os Alimentos vão sendo produzidos cada vez mais dentro de um pacote tecnológico a base de venenos, transgênicos, fertilizantes e processados com alto teor de gordura, conservantes, sal, entre outros componentes, a qualidade dos alimentos fica completamente comprometida, o que causa um conjunto de problemas na saúde das pessoas, basta olharmos como tem crescido alarmantemente os casos de Câncer, de doenças renais, hepáticas, alergias, stress, assim como, a obesidade e que todas estas doenças tem influência diretamente do modo de vida, da alimentação.

Vale ressaltar que, ter uma população bem alimentada, com saúde, com alimentos saudáveis, com base em um modelo de produção que respeite e recupera o meio ambiente, a natureza e prima pelo bem estar do Ser Humano, requer outras formas de sociabilidade, requer construir as condições concretas de ter Soberania Alimentar, produção de base agroecológica, requer distribuir as riquezas, as terras, ter uma “re-educação” dos trabalhadores consumidores, dado que as formas padronizadas do mercado capitalista impuseram um consumo fora da realidade da produção camponesa, alterando as épocas, o tempo de produção e reduzindo a uma pequena variedade de produtos.

É necessário construir ações contra a atual hegemonia, é necessário construir planos, propostas em defesa dos trabalhadores, e isso de forma “tímida” diante da avalanche do capital, tem sido feito, tem sido construído pelos Camponeses

alternativas para ter sua autonomia, mesmo que de forma relativa diante do capital, no entanto, a defesa do Campesinato, a defesa de uma alimentação de qualidade, a defesa da vida, precisa ser uma defesa de toda a população, precisa se transformar numa questão nacional, uma questão da Classe Trabalhadora para que de fato mude o atual Modo de Produção, para que o Estado não trate como tem sido, as Políticas Públicas de forma focalizada, assistencializada, de forma à atender as necessidades não apenas dos trabalhadores, mas principalmente atender as necessidades do capital, como temos visto atualmente. Há necessidade de mudar, de transformar esse sistema hegemônico atual em outras formas de sociabilidade.

Em suma, o tema dos Alimentos, do Campesinato, incluindo as condicionantes no entorno como a água, o meio ambiente, os recursos naturais, desrespeita a toda a humanidade, seja os Camponeses, seja os trabalhadores da cidade que se alimentam, seja os pesquisadores, seja os profissionais do Serviço Social e de todas as demais áreas da produção do conhecimento, essa problemática tem influência direta em todo e qualquer pessoa, e assim deve ser entendida e pensada as alternativas necessárias para mudar tal realidade em que está posta na atualidade.

I- OS ALIMENTOS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

1.1 O ALIMENTO

“A fome e a desnutrição não são ocorrência natural, mas resultado das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si”.

Josué de Castro.

Os alimentos são uma questão central do desenvolvimento de toda a história humana, pois não existe vida, não existe ser humano sem alimentos. Na história das sociedades o desenvolvimento da Agricultura teve uma importância fundamental para a continuidade e existência da humanidade. Em todo o processo muitas disputas ocorreram em torno dos alimentos, seja pela disputa da terra, da água, dos produtos, etc. Muitas sociedades e impérios entraram em crises profundas por falta de alimentos adequados, assim como houveram guerras por comida, daí a importância de compreender a magnitude dessa questão.

Houveram muitos avanços na produção de conhecimento, nas tecnologias de produção, pois somente a base de caça, coleta e pesca tornou-se inviável alimentar a crescente população. Portanto, o processo de produção, distribuição e consumo dos alimentos é uma produção social e como tal devem ser alteradas diante da crise alimentar em que vive o planeta, pois dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) mostram que a fome atingiu em 2009 um bilhão de pessoas no mundo, e no Brasil de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006 era cerca de 40% da população que vivia em situação de insegurança alimentar (UOL Economia, 2015), ao passo que existe produção e potencial para produzir, no entanto, as pessoas não tem acesso aos alimentos, ou tem acesso à um alimento de má qualidade, o que tem resultado em consequências na saúde da população, muitas doenças já tem comprovadas a sua ligação direta com a falta ou a má qualidade dos alimentos ou mesmo são consequências do padrão alimentar industrial.

Sendo assim, discutir os problemas, a “crise” dos alimentos é discutir a continuidade da vida humana, pois, se considerarmos que entre 1992 e 2012 a população mundial aumentou 26%, enquanto que a produção de alimentos aumentou

em 45% e que ao mesmo tempo e pela primeira vez chegamos na maior cifra de pessoas passando fome, também chegamos a um bilhão e meio de pessoas obesas (o que revela que há uma alimentação inadequada, indicando que o organismo tem excesso de alguns nutrientes e falta de outros). E ainda, cerca de 1/3 dos alimentos são desperdiçados, isso evidente que o problema não está somente na produção, mas no sistema de distribuição e consumo (KRAUSER, Qual Brasil é o de Hoje?, 2014).

Portanto, discutir a situação em que estão submetidos os camponeses produtores de alimentos, discutir a qualidade de alimentos no país desde a produção, abastecimento e consumo, é discutir também o modelo de sociedade em que vivemos, o capitalismo, que no campo é prioridade, o Agronegócio, que produz para exportação a base de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho barata, é esse modelo produtivo que vem sendo implantado e está avançando a cada dia, monopolizando, controlando todas as cadeias produtivas e conseqüentemente, como mostram os dados, o resultado é uma produção de commodities, para exportação, envenenada, submetendo os camponeses ao seu pacote químico de insumos, etc. ao passo que a população fica sem alimento ou com alimentos de má qualidade, para comprovar, para além de outras conseqüências, basta olhar a situação de saúde dos brasileiros. Nas palavras de Josué de Castro:

Esta dramática situação alimentar, expressão do subdesenvolvimento nacional e das contradições econômicas que esta situação gera no país...o desenvolvimento econômico constitui a única solução real ao problema do subdesenvolvimento (CASTRO J. d., 2011, p. 291...).

Para garantir o acesso da população à alimentos saudáveis é necessário avançar na condição de produção e circulação desses alimentos, com incentivos econômicos, reforma agrária, organização produtiva entre quem produz e quem consome - abastecimento, insumos agrícolas para produção agroecológica, etc....ou seja, é preciso superar a condição de apropriação privada dos alimentos, apropriação privada de todos os tipos de produção social, superar a apropriação da renda da terra, é preciso distribuir as riquezas.

Assim, o Alimento como o ar e a água, é um elemento de primeira necessidade humana, pois, *“salvo raras exceções, um homem pode viver normalmente três*

minutos sem respirar, três dias sem beber e três semanas sem comer. No mais começa a agonia” (ZIEGLER, 2013, p. 33).

1.2 ALIMENTO COMO BEM ESSENCIAL À VIDA

1.2.1 O que são os Alimentos?

Entendendo os Alimentos como todas as substâncias e proteínas utilizadas pelos seres vivos como fontes de matéria e energia para poderem realizar as suas funções vitais, incluindo o crescimento, movimento e reprodução, podemos dizer que o problema da alimentação é um problema social e não apenas individual. Bem fundamentado por Josué de Castro¹ ao colocar que “*O problema da Alimentação é vastíssimo, como disse Dastre - ele é culinário, gastronômico, mais também é social, econômico, higiênico, médico, e até moral*” (CASTRO, 1939, p.16), ou seja, é um conjunto de fatores que influenciam nesse tema, agregando aí toda a problemática dos solos pobres-desertificação, falta de prioridade e apoio à Agricultura de subsistência no orçamento público, desastres naturais-climáticos, concentração das terras, um processo contínuo de mercantilização dos alimentos, falta de uma educação e orientação alimentar nutricionalmente adequada, entre outros, e que consequentemente as camadas mais empobrecidas é que são mais afetadas diretamente por esses fatores, seja pelos diversos problemas de saúde seja pela desnutrição, seja pela fome, etc.

Importante ressaltar os conceitos de fome endêmica e epidêmica tratados por Josué de Castro, onde a fome epidêmica tem haver com falta total de comida por um período em razões conjunturais, já a fome endêmica é a falta continuada de alimentos e de substâncias em específico (não tem a ver com comer simplesmente) é como se o organismo tivesse fome de uma substancia, seja mineral, proteínas, calorias, etc. A fome endêmica é estrutural, é consequência do modelo de produção e consumo.

¹ Josué de Castro foi o primeiro secretário Geral da FAO, na década de 1950, médico, cientista e professor universitário no Brasil e no exterior. Embaixador do Brasil em Genebra, cassado pelo golpe militar em 1964. Por duas vezes recebeu indicação para o prêmio Nobel da Paz. Entre seus muitos livros, destaca-se entre os principais, Geografia da Fome e Geopolítica da fome.

Pode-se dizer que a obesidade em muitos casos é uma situação de fome endêmica, a alimentação foi rica em alguns elementos e muito pobre em outras gerando desequilíbrio do organismo. A anemia é outro caso, assim como um conjunto de doenças que conseqüentemente tem haver diretamente com a alimentação, assim, esse tipo de fome é ocultada, o que torna ela mais devastadora.

Os alimentos não devem ser vistos como uma receita pronta e universal, embora no capitalismo há um processo de padronização em curso. É necessário que o processo de alimentação respeite algumas práticas alimentares que tem relação com a cultura, hábitos, regionalidades, entre outros. Nutricionalmente precisam ser considerados, embora os nutrientes sejam importantíssimos, mas não podem ser apenas veículos deles, nos alimentos estão também agregados outros valores afetivos, culturais, que estão ligados com o bem-estar, identidade, saúde num conceito mais ampliado, etc. *“A alimentação na natureza, sempre foi uma relação entre espécies e sistemas, sempre foi naturalmente uma cadeia alimentar”* (POLLAN, 2008).

1.2.2 Alimento como Direito

O direito a ter alimentação adequada, é o direito de ter acesso aos alimentos de forma regular em quantidades suficientes para manutenção e reprodução da vida. Essas quantidades variam em função da região, variam de idade, etc. Dentre os Direitos que os seres humanos têm, o da Alimentação é um dos mais violados, um dos mais usurpados ao longo da história. A humanidade, dentro desse modelo concentrador das riquezas e de todos os bens, faz com que a produção para o sustento seja substituída pela produção para o lucro, conseqüentemente a fome e a subnutrição estão aí, por exemplo *“cerca de 40 países enfrentam um estado de emergência alimentícia permanente e, nos países em desenvolvimento, um a cada seis pessoas padecem de desnutrição a ponto de a cada 3,6 segundos, geralmente uma menina, morrer de inanição”* (CARVALHO & STÉDILE, Soberania Alimentar - Uma Necessidade dos Povos, 2012).

Ao passo que isso acontece nos países pobres, nos países ricos, desenvolvidos tem excedentes de alimentos e um altíssimo padrão de desperdício e de consumo.

Embora há indagações, há dúvidas por parte de alguns estudos, mas, o direito à alimentação quando negado, pode trazer consequências, pode ter sequelas à vida inteira, sequelas essas que podem ser incorrigíveis².

Para além das doenças mais “comuns” como anemias, cegueiras, distúrbios no desenvolvimento físico, etc., a falta de alimentação, principalmente nessa idade das crianças, traz uma má formação psíquica, intelectual que afetará o desenvolvimento cognitivo futuro, assim como, também na gravidez a má alimentação fetal pode provocar invalidez definitiva, danos cerebrais e deficiências motoras. Neste sentido, considerando que o direito de ter uma vida saudável, ter um desenvolvimento físico e mental adequado tem que ser assegurado para o ser humano, isso implica diretamente em assegurar alimentação adequada à população (ZIEGLER, 2013).

A partir dessa realidade, a partir das tantas sequelas trazidas na vida pela negação desse direito, muitas reivindicações foram e têm sido feitas em torno da garantia dos alimentos, vários setores da sociedade vêm discutindo e buscando formas de resolver os problemas alimentares, muitas pesquisas em curso em torno do tema, muitas legislações já asseguram esse direito. Está inclusa e aprovada na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948

Artigo 25.

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (NAÇÕES UNIDAS, 1998).

Estão dispostos esses direitos também no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e culturais onde se define o direito à alimentação como:

Direito de ter acesso regular, permanente e livre, diretamente ou por meio de compras monetárias, a um alimento quantitativo e qualitativamente adequado e suficiente. Que corresponda as tradições culturais do povo de que é originário o consumidor e que lhe assegure uma vida psíquica e física,

² Segundo Ziegler, a partir de um conjunto de estudos e pesquisas feitas, ele aponta que: “no ser humano, os neurônios do cérebro formam-se entre zero e cinco anos...sendo que a maioria desses neurônios formam-se até dois anos de idade... Se, nesse lapso, a criança não receber uma alimentação adequada, suficiente e regular, ficará lesionada o resto da vida” (ZIEGLER, 2013, p. 33).

individual e coletiva, livre de angustia, satisfatória e digna (ZIEGLER, 2013, p. 31).

Também, disposta na Constituição de 1988, no artigo 6, disposto pela Emenda Constitucional nº 64 de 2010, a alimentação aparece como um direito

Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL. Constituição (1988)., 2010).

A partir dos dados comprovando toda a problemática da falta de acesso e/ou acesso à uma alimentação de má qualidade, da Declaração Universal do Direitos Humanos e da Constituição Brasileira é que em 15 de setembro de 2006, o presidente da república sanciona a lei nº 11.346 dispondo a alimentação adequada como um direito fundamental do ser humano e, portanto, deve ser garantido para a população de acordo com a lei em questão:

Art. 2º: A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL. Decreto lei nº 11.346., 2010).

Em suma, a alimentação em sendo um direito humano, o seu acesso deve ser garantido, pois acessar a alimentação constitui-se no próprio direito à vida. E negando esse direito é negar a primeira condição de cidadania que é a vida, embora que nessa sociedade capitalista onde o lucro e a acumulação são os que regem as leis, daí é que salvo alguns avanços, as pessoas continuam tendo uma alimentação inadequada, pois acesso aos alimentos é para quem tem dinheiro e renda para comprá-los, onde os mais prejudicados são os mais empobrecidos numa realidade de tanta concentração, e assim há uma perpetuação do ciclo de miséria e pobreza relativa continuamente, ao mesmo tempo em que a riqueza cresce e concentra cada vez mais.

1.3 ALIMENTO COMO MERCADORIA

1.3.1 O que é Mercadoria?

Sendo a Mercadoria um objeto, uma coisa, que por suas propriedades satisfaz as necessidades humanas diretas (consumo – objeto de subsistência) ou indiretas (meios de produção), nela está contido o valor-de-uso e também o valor-de-troca. Ela é um produto histórico criado pelos homens, portanto, é fruto do trabalho humano, é resultado de uma relação social.

A noção de Mercadoria com valor-de-uso e de troca se universalizou num determinado momento histórico, no Capitalismo, pois ela depende de alguns pressupostos como a Propriedade Privada, que daí surgiu o excedente, e a Divisão Social do Trabalho que necessariamente a produção mercantil necessita. No Capitalismo tudo é determinado pelas relações mercantis.

O valor-de-uso de uma Mercadoria consiste pelas necessidades humanas, pelas qualidades (é de natureza qualitativa), também medido pelas utilidades, expressa o conteúdo material da riqueza qualquer que seja a forma social dela, é trabalho concreto, ele só se realiza com sua utilização ou consumo. Toda mercadoria tem valor-de-uso, mais nem todo valor-de-uso é Mercadoria, assim como, todo fruto do trabalho tem valor-de-uso mais nem todo valor de uso é fruto do trabalho, ex: ar, coleta nativa, etc. No capitalismo os valores-de-uso também são veículos materiais dos valores-de-troca.

O valor-de-troca das Mercadorias é medido pela quantidade, pelo quantum de trabalho humano materializado, pelo tempo socialmente necessário, corporificado numa determinada mercadoria. É o trabalho abstrato que determina a grandeza do valor, como dito nas palavras de Marx *“O que determina a grandeza do Valor é a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso”* (MARX, 2012, p. 61).

Ao passo que foi avançando o desenvolvimento da sociedade, do modo de produção capitalista, as trocas das mercadorias foram exigindo cada vez mais complexidades, as formas simples de trocas de valor são medidas por trocas de um excedente por outro excedente inicialmente. Depois com aumento da produtividade,

aumentando o excedente, foi necessário um meio de troca, uma mercadoria que viabilizasse as trocas distintas, que fosse um espelho de valor, assim, várias coisas foram esse espelho do valor: gado, pele, sal, etc. Cada vez mais foi crescendo a produção, desenvolvendo as tecnologias, foi necessário um equivalente geral, que precisava ser de fácil transportabilidade e armazenamento, com trabalho quantificado numa pequena quantidade, com essas características são os metais preciosos – prata e ouro - que passam a ser o equivalente nas trocas. O dinheiro surge a partir daí, o papel moeda representava o valor do ouro (foi só a partir dos anos 70 com os acordos econômicos e políticos estabelecidos, que os EUA, e conseqüentemente os outros países, passaram a emitir papel moeda sem o lastro do ouro). É o fim do padrão ouro.

Nesse processo de troca das mercadorias, principalmente a partir do surgimento da mercadoria dinheiro e o capitalismo avançando cada vez mais, há um processo de alienação, fetichização, há um ocultamento das características reais, sociais do trabalho humano, as pessoas não se reconhecem como sujeitos produtores das riquezas, a criatura, a coisa – Mercadoria não é reconhecida pelo seu criador-Homem, há uma inversão parecendo que as mercadorias são autônomas e interdependentes, as relações são entre “coisas” como afirma Marx: *“Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”* (MARX, 2012, p. 94).

No Modo de Produção Capitalista, o processo de reprodução do capital é sempre um processo de acumulação de capital em forma de *espiral*, é um processo de reprodução ampliada que cada vez mais vai se valorizando, criando mais valor. A lei de acumulação que é absoluta desse modo de produção, embora mistificada na lei da natureza, tem como *sua finalidade a valorização, o lucro, produção de mais-valia, geração de excedente*.

No processo produtivo ao sair de D para D' – D'' – D'''... há sempre um processo de reprodução ampliando sua mais-valia, criando uma nova mais-valia, acumulando mais capital, pois, ao investir em uma nova mercadoria (seja força de trabalho-capital variável seja em meios de produção-capital constante) há sempre uma transferência, uma ampliação dos seus capitais. Na medida que vai aumentando a acumulação, esse novo investimento tem alteração de acordo com a composição orgânica do capital que ora investe mais em capital constante ora mais em capital variável, no entanto, a partir da maior acumulação, também do avanço da tecnologia e da ciência,

os capitalistas investem mais em capital constante. Diminuem também seu tempo de rotação, pois o tempo de rotação é determinante no grau de acumulação, quanto menor o tempo de rotação, maior é a acumulação.

Para garantir cada vez mais sua valorização, há o pressuposto de sempre centralizar e concentrar ao mesmo tempo, como dito nas palavras de Marx “*A acumulação de capital foi simultaneamente acompanhada por sua concentração e centralização*” (MARX K. , 1996, p. 279)

Portanto, a lei geral da acumulação capitalista é sempre um processo de valorização de seus capitais e um processo de reprodução ampliada, onde a produção das riquezas é social e a apropriação é privada. O que altera essa lógica de reprodução e ampliação é a concorrência intercapitalista e principalmente a luta de classes.

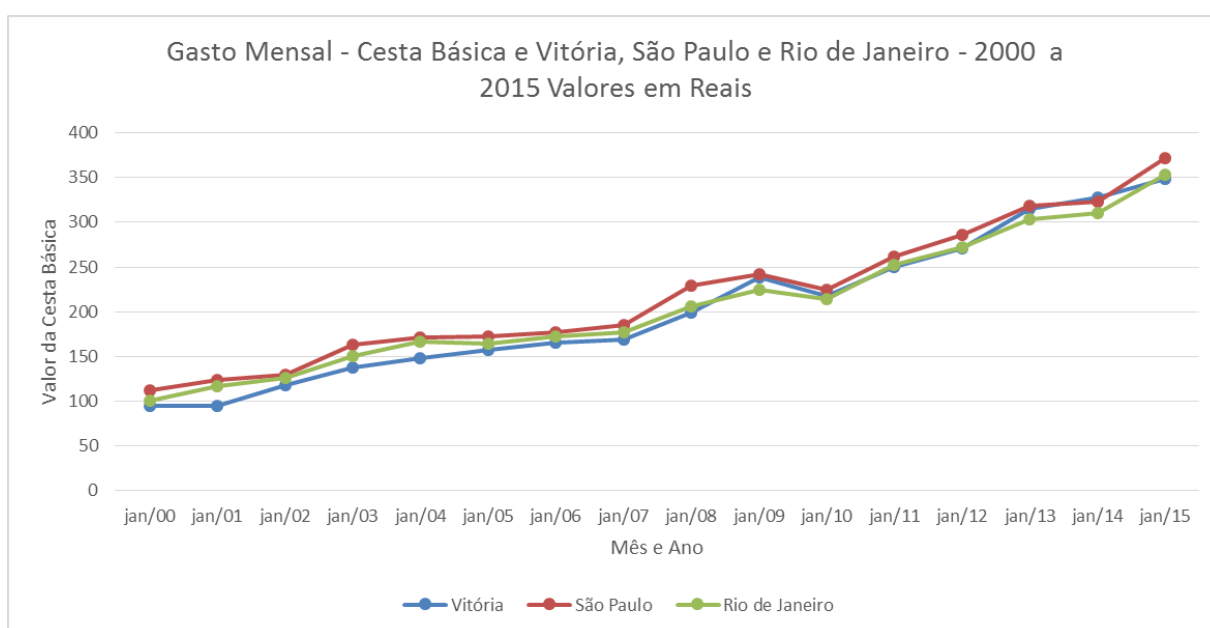
Nesse contexto, o alimento no capitalismo tem função, assim como as outras mercadorias, de ser mediada pelo dinheiro numa lógica da circulação do dinheiro como capital. Ao invés dos alimentos (com algumas exceções), serem para satisfazer as necessidades humanas de todos os seres humanos, dado que é um elemento essencial para a vida, ter uma circulação simples expressado na fórmula Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria (M-D-M) onde a finalidade é valor de uso, ele passa a ser uma mercadoria expressado na fórmula Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro (D-M-D) portador de valor de troca, onde a finalidade é lucro, é comprar para vender, é objetivar mais capital, mais valor para os grandes proprietários, nesse caso as multinacionais, as empresas do Agronegócio, as grandes redes de supermercados, que tem controle da produção, circulação e consumo dos alimentos.

Nessa sociedade regida pelo mercado, o objeto do direito foi mercantilizado, transformado em valor-de-troca, veículos de mais-valia, nesse caso, o direito ao alimento é para quem tem dinheiro para poder comprar, quem não tem come de má qualidade ou passa fome, isso não deveria ser assim, pois, da sua produção, distribuição e consumo depende a sobrevivência das pessoas.

Daí a importância de observarmos que o negócio dos Alimentos processados gera uma cifra de mais de 3,5 trilhões de dólares (CARVALHO & STÉDILE, Soberania Alimentar - Uma Necessidade dos Povos, 2012), é em função dessa rentabilidade que se dá todo o controle dos grandes monopólios com os alimentos. As transnacionais que controlam o sistema agroalimentar (sementes, reprodutores, agrotóxicos, compra

e armazenamento de alimentos, processados de carnes, alimentos e bebidas, redes de supermercados e etc.), nada sofrem com as crises, pelo contrário, aumentam seus lucros com a especulação, enquanto que são os consumidores que pagam a conta e os Estados Nacionais, que transferem recursos públicos diretamente para as empresas, subsidiando o custo dos alimentos para evitar as revoltas.

Abaixo segue o aumento do preço da cesta básica brasileira numa série histórica que vai entre janeiro de 2000 a janeiro de 2015 em Vitória/Es e nas outras duas principais capitais do Sudeste – São Paulo e Rio de Janeiro onde vemos um aumento dos preços dos alimentos.



Fonte: Dados: DIEESE, Org. Roseli Maria de Souza.

Se olharmos o gráfico de aumento dos preços dos alimentos básicos a partir do comparativo acima, vemos que houve um crescimento, um aumento de preço de aproximadamente 350% nesses anos, isso faz com que as empresas controladoras lucram muito e os trabalhadores-consumidores tenham cada dia mais acesso a um alimento de má qualidade.

1.4 A RENDA DA TERRA E A SUBORDINAÇÃO AO CAPITAL

Como dito por José de Souza Martins “*O capitalismo está em expansão tanto no campo quanto na cidade, pois a sua lei é da reprodução crescente, ampliada*”, a

sua tendência é sempre ir avançando em todos os setores produtivos seja da agricultura seja da indústria. A sua expansão depende principalmente da força de trabalho livre para ser comprada e vendida, pois é a única mercadoria capaz de criar mais valor. Separar os trabalhadores dos meios de produção é a estratégia central do capitalismo.

A força de trabalho no capitalismo é uma mercadoria determinada por um valor como qualquer outra mercadoria, no entanto, é uma mercadoria especial, “viva”, pois é a única capaz de produzir mais valor do que ela custa para o capitalista. Ela é comprada por valor-de-troca e utilizada como valor-de-uso. O segredo do lucro do capitalista está na produção, no tempo de trabalho não pago, no excedente, na mais-valia:

...O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distintas... O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho, pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar, uma jornada inteira, o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca (MARX 2012).

Daí vem a exploração, embora a maioria dos trabalhadores não tem consciência desses fundamentos.

Considerando o Capital como trabalho acumulado pelo capitalista sob a forma de meios de produção – instrumentos de trabalho e objeto de trabalho, pode se dizer que o Capital é o resultado do trabalho assalariado. Já a terra não é produto nem do trabalho humano assalariado e nem de nenhum outro tipo de trabalho, é um bem natural no sentido de não ter trabalho humano materializado, embora ela opera como se fosse capital, mais em si, ela não é. Ela pode ser considerada um instrumento de trabalho, mas diferente dos outros meios de produção, pois o que o trabalho empregado nela produz é o fruto dela e não ela própria. A terra produz renda. (MARTINS, 1981). Ela tem particularidades como a fertilidade, a localização, entre outros, a forma de apropriação da renda é diferente da apropriação do capital na indústria.

A renda da terra é diferencial. Essa diferenciação decorre de diversos fatores como a fertilidade natural da terra e a localização. Num primeiro momento, a localização, os meios de transportes, como os mercados locais e a fertilidade natural

da terra são centrais nessa renda diferencial. No caso da fertilidade natural tem haver com os elementos climáticos, com a composição química da terra, ou seja, com o teor dos elementos nutritivos das plantas, a condição de ser arável, etc. Esses fatores podem proporcionar um rendimento, um resultado desigual com a mesma quantidade de capital investido numa mesma área. Dada a fertilidade natural da terra, ela varia com a composição química e mecânica, com a assimilação dos nutrientes nas plantas que está relacionado com o nível de desenvolvimento da Agricultura, que está relacionado com o desenvolvimento econômico. As técnicas de melhorias, de aumento da produtividade a depender desses elementos podem variar, um solo com menos fertilidade natural a depender dos métodos, das técnicas utilizadas pode se tornar um solo mais fértil, por exemplo, com a utilização de adubos, cultura forrageira, drenagens, etc., com índices de produtividade alta ou vice-versa. Portanto, as diferenças de fertilidade nas diversas terras, embora seja propriedade objetiva do solo, num segundo momento, se reduzem ao maior desenvolvimento, as novas tecnologias, uma fertilidade econômica (MARX, 2008).

Quando a terra é comprada pelos capitalistas, se compra o direito de se apropriar da renda da terra, pois no capitalismo a propriedade da terra é uma relação social, envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, transformação, etc. Para os proprietários, o que importa é ter a renda, tendo ou não a posse da terra. Onde é possível ter a posse eles tem, onde não é possível, principalmente nos setores da pequena agricultura, mesmo sem ser os donos juridicamente, eles expropriam a renda da terra dos camponeses, subordinando a sua produção seja nos insumos-adubos, fertilizantes, agrotóxicos, sementes-, no direcionamento dos créditos, seja no controle da circulação, no preço de mercado, isso faz com que onde o capital não pode tornar-se proprietário direto da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele assegura o direito de extrair a renda, por isso estabelece a dependência do produtor ao crédito bancário, e se apropria da renda diferencial no momento da circulação da mercadoria de origem agrícola (MARTINS, 1981).

Embora, a terra não seja diretamente capital, mais ela está subordinada as suas relações, eles não se separam, há uma sujeição da renda da terra ao capital, daí a análise de que uma Reforma Agrária apenas distributivista não resolveria a exploração sobre os camponeses. A superação dessa exploração na propriedade só

será possível quando superar a contradição central do modo de produção capitalista: apropriação privada da produção social das riquezas. Daí é visível que a coexistência entre Agricultura capitalista e Agricultura Camponesa se torna inviável, ainda que com o apoio estatal.

1.5 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA

1.5.1 Sobre a Modernização

Os debates sobre a Questão Agrária no Brasil até a década de 50 e 60 tinham alguns eixos de reflexões diferentes. O Partido Comunista Brasileiro defendia a Reforma Agrária como uma necessidade de superação da situação desumana que vivia a população camponesa, pois era preciso superar as relações de produção, acabar com os conflitos, equilibrar a população rural. A partir de um determinado momento histórico, o partido prioriza a sindicalização rural como uma estratégia de organização dos camponeses³. Haviam também os setores mais progressistas-reformistas da Igreja Católica, que reagindo aos setores mais tradicionais legitimavam o princípio da função social da propriedade, superando a concepção jurídica vigente da propriedade⁴. A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL),

³ A partir de 1952, o Comitê Central do PCB chamou um pleno sindical reformulando suas linhas de atuação dos comunistas frente ao movimento sindical. Essa nova postura política faz parte da estratégia de articulação e organização com os setores sindicais e não uma mudança de linha política esquerdista comprometida com a transformação. Isso se confirma no IV Congresso do Partido em 1954. Essa nova postura influenciou o trabalho e a atuação do partido no Campo no pós 1954. Influenciou a criação da ULTAB-União dos Lavradores e Trabalhadores no Brasil, sendo a primeira organização nacional com objetivo de articular os lavradores, posteriormente teve também influencia na criação da Contag (CUNHA, 2006). Nesse processo toda a luta armada não foi deixada de lado, basta ver o exemplo de Trombas e Formoso-uma das principais lutas camponesas da época- e outras. Para saber mais sobre Trombas e Formoso e a atuação do Partido Comunista, ver entrevista concedida por Walter Valadares à Universidade Federal de Goiás, disponível em: http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=707:trombas-e-formoso-o-triunfo-campones-&catid=5:entrevistas-com-a-historia .

⁴ Vale ressaltar que foi criado pela igreja em parceria com o Estado início dos anos de 1960 numa visão bastante tradicional da igreja, o MEB-Movimento de Educação de Base, com o objetivo de alfabetizar a população e o mesmo tempo conscientizar contra “*ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade*”, isso pode ser interpretado contra o Comunismo crescente da época. No entanto, houve um salto qualitativo em favor das classes populares a partir da entrada de jovens estudantes, universitários, oriundos da Ação Católica, comprometidos com uma ação política e não apenas com uma ação educativa dando uma nova dimensão a educação de base. Houve um rompimento entre a

Celso Furtado, defendia que a expansão urbana e industrial exigiria mais alimentos e a Reforma Agrária produziria esses alimentos, geraria riqueza, aumentaria o consumo, o que dinamizaria a indústria conseqüentemente, se a Reforma Agrária não acontecesse poderia haver crises alimentares e inflação dos alimentos. Já os economistas da Universidade de São Paulo (USP) liderado por Delfim Neto, consideravam que a estrutura agrária não era problema, o campo estava cumprido com sua função de ter mão-de-obra para indústria, consumir produtos industrializados, expandir as exportações permitindo também as importações, financiando a capitalização da economia através da transferência direta de renda do campo para a cidade, para eles, o necessário era apenas uma modernização do campo, mas sem necessidade de reformas estruturais, apenas uma reforma que conservasse a atual estrutura fundiária concentrada e as relações capitalistas de dominação e acumulação (DELGADO G. C., 2001).

Com o golpe de 64 as várias reflexões foram esvaziadas, ganha hegemonia política e econômica o debate dos economistas da USP, eles passam a compor o governo militar e formulam a política agrária do país. Inicia o processo de modernização que passa por alguns eixos principais: qualificação técnica da mão-de-obra, mecanização, utilização de adubos e outros insumos químicos, reforça a estrutura agrária existente mantendo a concentração da propriedade privada, complementada pelo “moderno camponês”. Assim, a agricultura além de produzir produtos primários, sua produção integrar-se as grandes cadeias produtivas ela passa a ser importante consumidora da indústria química. Os camponeses vão sendo cada vez mais “transformados” agricultores familiares integrados, modernizados, especializados em monoculturas. Há aí um processo de integração da pequena agricultura de forma intensiva, desde a utilização dos créditos, da pesquisa voltada para intensificar o uso de insumos e defensivos agrícolas, incentivo a mudança no padrão alimentar, entre outros.

Essa chamada modernização conservadora que é parte da “revolução verde”, para o latifúndio significou amplos programas de financiamento para a introdução de

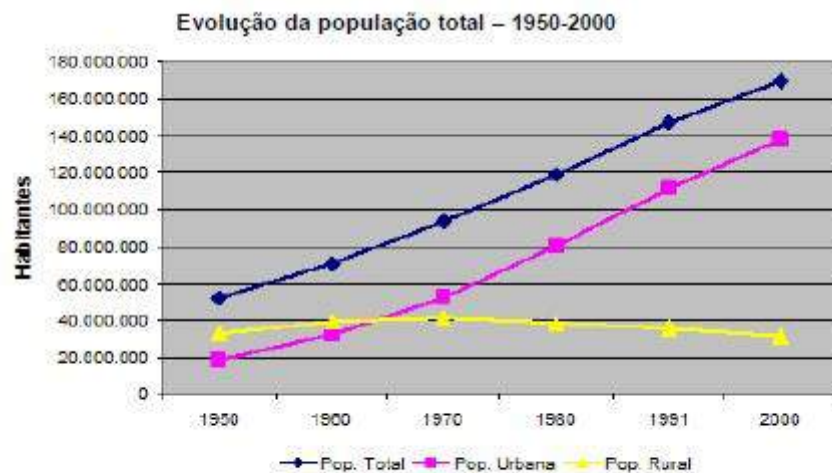
Coordenação Nacional do MEB e os setores mais tradicionais da igreja, assim como, o golpe militar de 64 tentou acabar com a experiência, mas mesmo assim, houve uma ampliação do contato com as bases rurais e urbanas na perspectiva de uma verdadeira participação popular. Para saber mais sobre o MEB, ler: Uma Pedagogia Popular: Análise da Prática Educativa do MEB (1961/1966) de Osmar Fávero, 2006.

máquinas, pesquisas agropecuárias, programas de garantias de preço e de compra, entre outros. Para termos uma ideia da transformação ocorrida, o consumo de NPK⁵(nitrogênio, fósforo e potássio), passou de 198.400 toneladas em 1960 para 4 milhões e sessenta e seis mil toneladas em 1980. Os tratores passaram de 61.345 para 545.205 unidades. Entretanto, manteve as terras do latifúndio intactas e ainda intenso processo de grilagem concentrando mais as propriedades. Acentuou a especulação de terras e captação dos recursos naturais.

Para os camponeses, essa modernização, essa “revolução verde”, significou ter um sistema de créditos e assistência técnica voltadas para implantação do pacote tecnológico de insumos, adubos, agrotóxicos, sementes híbridas e transgênicas, etc. tudo voltado para a integração às cadeias produtivas controladas pelas multinacionais. Também houve expulsão de milhares de camponeses, indígenas, quilombolas de suas terras pela grilagem e pelos projetos de colonização dos militares. Aconteceu de forma desorganizada a massificação da ocupação do norte, da Amazônia, “era uma terra sem homem para um homem sem terra”, isso ao mesmo tempo que avançava nas fronteiras agrícolas, aliviava também os conflitos agrários sobretudo no sul, sudeste e nordeste do Brasil. Conseqüentemente para além do processo de padronização dos alimentos, o êxodo rural tirou amplas parcelas da população do campo, e a fome e a subnutrição continuam, as matas foram derrubadas, água contaminada, costumes e culturas foram acabando, foram controlados, etc.

Como dito anteriormente, a coexistência dos dois setores favorece a subordinação do setor da pequena agricultura à agricultura capitalista. A proporção da população rural em relação a população urbana reduziu drasticamente em função desse modelo de desenvolvimento que ao mesmo tempo incentivava a industrialização e modernizava a agricultura de forma a conservar os capitalistas concentrando e lucrando cada vez mais, conforme gráfico abaixo vemos que ao invés de ter um crescimento que acompanhasse o crescimento geral da população houve uma redução da população do campo, evidenciando assim que há uma saída permanente da população do campo, e um crescimento da população urbana como mostra o gráfico abaixo.

⁵ Formulação química dos principais minerais demandados pelas lavouras.



Fonte: Dados: IBGE - Org. Eduardo Paulon Girardi

Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm

Não podemos descolar esses acontecimentos todos aqui no Brasil da conjuntura internacional, onde o capitalismo está em avanço, industrialização avançando, divisão internacional, parte da indústria da guerra, que já tinha acabado, sendo reorganizado-adaptado para a agricultura e com a falácia de que era necessária uma revolução na agricultura -esverdear o campo- para acabar com a fome existente no mundo. Toda a ofensiva contra as ideias e experiências socialistas.

Para além das decisões de base econômica e política, contribuiu muito na implantação dessa modernização os instrumentos de formação ideológica da população como a educação e seus diversos instrumentos, alguns setores das igrejas, os meios de comunicação, sobre tudo a Globo, a invasão na cultura, seja pelos hábitos alimentares que foi padronizando, seja nas músicas, imagens, roupas, etc., isso sempre associando e reforçando a ideia do moderno e do atrasado.

Esse processo todo não foi implantado passivamente, ocorreram muitas lutas, resistências, organização de enfrentamento com essas mudanças, no entanto, mais uma vez, o Estado brasileiro com sua função de defesa e garantia da reprodução, da acumulação do capital, a partir da ditadura civil e militar combateu duramente os camponeses e todas as formas de organização.

1.5.2 Caracterização do Agronegócio

Aquilo que tem se chamado de Agronegócio é de fato o desenvolvimento do capitalismo monopolista no campo, que tem por base a terra concentrada, produção

de monocultura de algumas commodities para exportação, mecanização pesada, tecnologia de ponta, uso intensivo do pacote tecnológico-sementes transgênicas, agrotóxicos, adubos, crescimento do assalariamento rural, entre outros.

O Agronegócio tem na sua base a concentração das terras e nas relações de produção mantém formas de trabalho degradantes, mas, há diferença nas relações sociais de produção entre o Agronegócio e o Latifúndio clássico que é marcada pela entrada do capital financeiro no campo, pela entrada de forma intensiva das multinacionais, avanço nas tecnologias, com o Estado financiando ainda mais diretamente suas políticas, ou seja, ocorre um pacto entre o capital agroindustrial, os latifundiários e o capital financeiro, que estão à procura de valorizarem seus capitais cada vez mais, isso se dá na forma de uma profunda mercantilização, cuja meta principal é o lucro, redefinindo o papel da renda da terra.

Como dito nas palavras de Delgado:

O agronegócio na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital industrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (DELGADO G. , 2012, p. 94).

O sucesso e o crescimento do Agronegócio, dependem de amplas áreas de terras improdutivas como reserva de capital e de especulação, de uma política fundiária frouxa, apoio incondicional do Estado, pouca demanda interna de alimentos, mão-de-obra barata de um vasto exército industrial de reserva, ou seja, dependem deles continuarem com seus monopólios explorando trabalhadores e os recursos naturais e com o Estado sustentando político-economicamente seus objetivos.

Na composição orgânica do Agronegócio tem mais capital constante investido e menor capital variável, ou seja, tem mais investimentos feitos em meios de produção e menos em força de trabalho, é mais intensivo em insumos, obtém as vantagens da economia de escala (controle e poder de mercado, aumento da produtividade, especulação, etc.), através da renda diferencial estão em vantagens pois contam com os mecanismos de melhores localização e fertilidade da terra, superexploração da força de trabalho contratada no campo extraindo uma alta taxa de mais-valia. Além disso, o Estado arca com os custos que deveriam ser do Agronegócio como a saúde do trabalhador, pesquisa, infraestrutura, etc.

Em geral na produção agrícola, seu preço de custo está abaixo do preço de mercado, quando isso não ocorre, o Estado intervém para manter a taxa de lucro. Quando eventualmente isso não se dá assim, eles trocam de ramo de produção.

Isso mostra e comprova que o Capitalismo ao avançar, não reduziu sua participação no controle e na dependência do Estado, dos gastos públicos, ao contrário, ao passo que o Capitalismo vai avançando, conforme suas crises cíclicas vão ocorrendo, o Estado é cada vez mais onerado, os recursos públicos são cada vez mais utilizados para socorrer e garantir os capitalistas.

1.5.2 Alimento como Commodities

Apesar de todos os argumentos dos capitalistas em que o desenvolvimento do capitalismo no campo levaria a um aumento de alimentos, o que vemos na prática é uma produção de commodities, que são produtos primários, uniformes, produzidos em grandes quantidades, cotados em bolsas internacionais, como etanol, celulose, soja, açúcar, etc. e todas têm destino principal para a exportação. Isso é resultado da inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho organizada pelo sistema capitalista onde a produção tecnológica de alto valor é feita nos países ricos, a fabricação dos bens de consumo nos países asiáticos pela abundante mão de obra “barata”, e a produção de matérias-primas explorando os recursos naturais é da América Latina e África (KRAUSER, 2014).

Consequentemente, no Brasil, há todo um incentivo desmedido ao Agronegócio e também à Mineração. Como nós exportamos produtos primários e importamos produtos industrializados, sendo que os produtos primários sobem menos que os preços dos industrializados de alta tecnologia, resulta daí a necessidade de cada vez mais produzir maiores quantidades de commodities para adquirir os produtos industrializados, ou seja, precisa de expandir cada vez mais a produção primária, exportar cada vez mais para manter o nível de consumo da população. Esse processo também traz uma consequência fundamental para a nação que é o enfraquecimento da indústria nacional.

No caso dos produtos agrícolas, isso tem um impacto muito grande no nosso tema, pois as commodities, em muitos casos deixam de ser alimentos. Se observarmos a tabela abaixo das últimas safras e projeções, veremos como a

monocultura de poucos produtos, como as commodities são prioridades nesse modelo produtivo.

Acompanhamento da Safra 2014/15: ABRIL 2015

-- PRODUTOS --

Produto	Produção (mil t)					Área Plantada (mil ha)					Produtividade (t/ha)						
	Safra 2014-15	Variação			Safra 2014-15	Variação			Safra 2014-15	Variação							
		(A)	(B)	%		(A)	(B)	%		(A)	(B)						
		mil t	%			mil ha	%			%	%	%					
Algodão - caroço	2.325	-345	▼	-12,9	▼	-0,2	977	-145	▼	-12,9	▼	-1,9	2,38	▼	-0,0	▲	1,8
Arroz	12.397	276	▲	2,3	▲	2,0	2.344	-29	▼	-1,2	▲	0,6	5,29	▲	3,5	▲	1,4
Feijão	3.400	-54	▼	-1,6	▲	0,9	3.174	-192	▼	-5,7	▼	-0,5	1,07	▲	4,4	▲	1,3
Feijão 1ª safra	1.197	-62	▼	-4,9	▼	-0,4	1.040	-140	▼	-11,9	▲	0,0	1,15	▲	7,8	▼	-0,4
Feijão 2ª safra	1.318	-14	▼	-1,0	▲	1,7	1.434	-73	▼	-4,8	▼	-0,4	0,92	▲	4,0	▲	2,1
Feijão 3ª safra	885	21	▲	2,5	▲	1,4	700	21	▲	3,0	▲	3,0	1,26	▼	-0,6	▼	-1,6
Milho	78.985	-1.067	▼	-1,3	▲	1,0	15.166	-663	▼	-4,2	▲	0,5	5,21	▲	3,0	▲	0,5
Milho 1ª safra	30.296	-1.357	▼	-4,3	▲	1,9	6.142	-477	▼	-7,2	▲	1,1	4,93	▲	3,1	▲	0,8
Milho 2ª safra	48.690	290	▲	0,6	▲	0,4	9.024	-187	▼	-2,0	▲	0,1	5,40	▲	2,7	▲	0,3
Soja	94.281	8.160	▲	9,5	▲	1,1	31.504	1.331	▲	4,4	▲	0,5	2,99	▲	4,8	▲	0,6
Trigo	5.971	0	▲	0,0	▲	1,1	2.758	0	▲	0,0	▲	1,0	2,17	▲	0,0	▲	0,1
Demais	3.323	91	▲	2,8	▲	0,2	1.409	-30	▼	-2,1	▲	3,2	-	-	-	-	-
Brasil ^(A)	200.682	7.060	▲	3,6	▲	1,1	57.332	272	▲	0,5	▲	0,5	3,50	▲	3,2	▲	0,5

Notas: Safra 2014/15 - 7ª levantamento (ABRIL/2015)

Grãos: algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale.

(1) Exclui-se a produção de algodão em pluma, considerando-se somente a produção de caroço de algodão.

(A) Variação absoluta e percentual do levantamento atual em relação à safra 2013/14.

(B) Variação percentual do levantamento atual em relação ao levantamento anterior, ambos da safra 2014/15.

Fonte: (FIESP, 2015), disponível em: <http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2015/04/safra-de-graos-brasil-2014-15-7-levantamento.pdf>

A tabela acima dos dados da previsão de safra de grãos no Brasil de 2014/2015 comprova a prioridade para a produção de poucas commodities, produzidas em grandes quantidades. Se analisarmos os dados vemos que das 200.682.000 toneladas de grãos previstos para essa safra, 94.281.000 (46,94% do total) é de soja e 78.985.000 (39,36% do total) é de milho, ou seja, 86,30% são desses dois produtos. Se olharmos para as áreas em ha, veremos que houve uma diminuição em relação à safra 2013/2014 das áreas de algodão (-145 mil ha), feijão (-192 mil ha), milho (-663 mil ha), embora houve um aumento na quantidade de arroz produzido, mas, em relação a área, houve uma diminuição (-29 mil ha), em outros grãos (-30 mil ha), apenas na soja houve um aumento (aumentou em 1,331 milhões de hectares os plantios). Importante ressaltar que mesmo com uma grande diminuição da área de milho houve uma significativa produção, assim como, o arroz, mesmo diminuindo a área teve uma produção considerável, isso deve-se ao fato do aumento da produtividade, no entanto, o aumento dos índices de produtividades estão ligados ao pacote químico utilizado, ou seja, ao uso abusivo de agrotóxicos, de sementes transgênicas, fertilizantes em grandes quantidades, etc. É uma produtividade baseada

em desenvolvimento de forças produtivas altamente destruidoras do meio ambiente, da natureza, da vida humana, ou seja, é um desenvolvimento autodestrutível.

1.5.3 Padronização dos Alimentos

A forma Mercadoria para se realizar como valor, exige certas características. Na nossa sociedade os valores-de-uso foram reduzidos a meros veículos do-valor-de-troca. Como veículos do valor-de-troca, a diversidade de valor-de-uso da mesma mercadoria dificulta o processo.

Assim, a produção de certas mercadorias em grande escala acaba por exigir uma certa padronização. É necessário ir acabando com a diversidade, ir padronizando, ir criando um nicho com variedades, mas que são destinadas a um público especializado (por exemplo na atualidade os alimentos orgânicos, integrais, etc.). Há um direcionamento na produção, há uma uniformização, vai igualando os costumes, as culturas alimentares, vai acabando com as inúmeras variedades e reduzindo a um único padrão, por exemplo o feijão, o milho, a manga, de inúmeras variedades, a população conhece e come pouquíssimas na atualidade.

Assim, padronizar os alimentos de acordo com seus interesses visando mais lucro, é parte da lógica do mercado capitalista. Isso vem ocorrendo de forma alarmante a cada dia que passa. Para termos noção da gravidade, segundo Guterres,

(..) na atualidade, das 50 mil plantas com utilidade como alimento mundialmente, se utiliza de forma importante 200, se comercializa 100, no entanto 80% dos alimentos provém de 20 cultivos, e desses o trigo, o arroz, o milho e a soja representa mais de 85% do consumo de grão (GUTERRES, 2006, p. 59)

Portanto, a redução da diversidade à poucos alimentos faz parte da estratégia capitalista, se compararmos esses dados e os anteriormente da produção de grãos das safras anteriores e do previsto, vemos claramente uma redução a poucos tipos de produtos, principalmente a soja e milho, impondo à população um consumo dos derivados desses produtos prioritariamente, basta olhar nos supermercados as prateleiras e identificar quantos tem algum derivado desses produtos padronizados e veremos que é uma infinidade.

Essa lógica de homogeneização, padronização, circulação da produção e do consumo gera um desperdício de 30% dos alimentos, ou seja, são desperdiçados 1,3 bilhões de toneladas alimentos todos os anos (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2013). Além do desperdício na circulação, o padrão focado em alimentos processados gera ainda mais desperdício na hora do consumo das refeições prontas que não sendo consumidas são descartadas.

Esse sistema padronizado, industrial-agroalimentar é de base química, com ampla utilização de agrotóxicos e conservantes para garantir a produção em escala, armazenamento e o transporte em circuitos longos. Essa base química, para além de aumentar o valor final dos alimentos, gera diversas consequências graves na saúde da população, por exemplo as epidemias de Câncer vividas nos últimos anos e que comprovadamente tem ligação direta com esse tipo de alimentação a base de sódio, açúcares, gorduras e agrotóxicos. As empresas que padronizam ainda ganham duas vezes, pois muitas delas são as mesmas que produzem os fármacos.

No caso dos Agrotóxicos, há um aumento abusivo de uso nos últimos anos, os dados apontam que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo desde 2008, chegando em 2011 a atingir cerca de 852 milhões de litros de agrotóxicos pulverizados nas lavouras, isso equivale em média de 12 litros/ha, com uma exposição média ambiental/ocupacional alimentar de 4,5 litros por habitantes (IBGE/SIDRA, 1998- 2011; SINDAG, 2011 apud CARNEIRO & al., 2015). Importante ressaltar que desses agrotóxicos as maiores concentrações estão em regiões de monoculturas (a soja utilizou 40% do total), e ainda é mais agravante pelo fato de muitos agrotóxicos ser proibidos em outros países e muitos entrarem de forma irregular, indicando que possivelmente o uso ainda é maior que o registrado e divulgado. Consequentemente existe um conjunto de problemas, principalmente na saúde da população por ingerir e conviver com esses alimentos envenenados, que vai para além dos canceres que atualmente são uma epidemia. Há outras doenças que a cada dia se tornam mais comum como: alergias, doenças de Parkinson, arritmias cardíacas, lesões renais, efeitos neurotóxicos, entre outros que são causados pelos agrotóxicos, seja pelo contato físico diretamente, seja pelo hábito alimentar⁶.

⁶ Para ter mais informações sobre o assunto, as consequências diretas na saúde humana é só acessar através do site www.contraagrotoxico.org, ver o Dossiê ABRASCO: uma alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.

Portanto, essa base industrial-agroalimentar que se baseia em produtos padronizados, utilizando os químicos, seja o envenenamento, seja os conservantes e outros, está ligado intimamente com a lógica capitalista. Daí que há um conjunto de reflexões e estudos de que essa industrialização, essa padronização dos alimentos, tornou os alimentos apenas, uma substância com aspecto de comida, uma imitação de comida⁷ (POLLAN, 2008), mas que na prática não alimenta.

1.6 EXPLORAÇÃO A PARTIR DO MONOPÓLIO-CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS E O PAPEL DO ESTADO NESSE CONTEXTO.

1.6.1 Cartéis agroalimentares-fusão-monopólios.

Para além dos alimentos terem se tornado uma mercadoria, há um processo de concentração, monopólios na distribuição dos alimentos, por exemplo, 80% da distribuição dos cereais a nível mundial, sobretudo soja, milho, trigo e arroz estão nas mãos de quatro multinacionais. Conforme Silvia Ribeiro, as maiores empresas alimentícias do mundo (Nestlé, Monsanto, Bunge, Dreyfuss, Kraft Foods, Pepsi-Cola, Unilever, Tyson Foods, Cargil, Danone, Marte e ADM) controlam mais de 26% do mercado mundial, enquanto que 100 cadeias de venda diretas ao consumidor controlam 40% do mercado global, ou seja, pouquíssimas empresas controlam uma enorme percentagem dos alimentos.

Mundialmente há um controle, existem cartéis que subordinam a produção e a distribuição dos alimentos e de outros bens de uso da população. Um exemplo é a casa de Windsor⁸, um dos controladores mundiais das reservas de alimentos, cartel

⁷ Em 1973, a indústria alimentícia derrubou a Lei da Imitação nos Estados Unidos, era uma lei de Alimentos, Drogas e Cosméticos que impunham regras exigindo que fossem identificados os alimentos que fossem imitação, que fossem processados com produtos químicos-sintéticos para ninguém ser enganado. Por exemplo, teve um período que em algumas regiões do país a margarina- primeiro alimento sintético introduzido na dieta alimentar- além da palavra imitação ele era tingido de rosa para ser identificados pelos consumidores (POLLAN, 2008).

⁸ Atualmente, de dez a doze companhias principais, ajudadas por outras três dezenas, controlam as reservas mundiais de alimentos. Estas companhias são o elemento chave do cartel alimentar anglo-suíço-holandês, organizado em torno da Casa de Windsor, titular da coroa britânica. Este cartel

encabeçado por poucas empresas que controlam desde os grãos aos produtos lácteos, passando por frutas, verduras, açúcar, etc. Dentre dessas empresas se destaca a Cargil⁹, sendo a maior exportadora e comerciante do mundo, a primeira exportadora dos EUA de grãos, tem 25% do mercado americano, etc.

internacional de alimentos e matérias primas, encabeçado por seis companhias de grãos - Cargill, Continental, Louis Dreyfus, Bunge & Born, André e Archer Daniels Midland/Töpfer - tem o domínio mundial total das reservas de grãos e cereais, desde trigo, o milho e a aveia, até o sorgo, a cebola e o centeio. Mas além disso controlam as carnes, os produtos lácteos, as gorduras e óleos, as frutas e verduras, o açúcar e todas as especiarias. A oligarquia hegemônica pela Casa de Windsor ergueu um único cartel integrado de matérias primas, com três divisões: energia, alimentos e matérias primas, minerais e reservas de crescente escassez. O controle funciona da seguinte forma: a oligarquia estabeleceu quatro regiões como principais exportadoras de quase todo o tipo de alimentos, e nelas foi adquirindo o controle vertical de toda a cadeia de alimentos. Estas regiões são: a Alca com Estados Unidos e Canadá, a União Européia (especialmente França e Alemanha); o grupo de nações formado pela comunidade Britânica, Inglaterra, Austrália, África do Sul e Nova Zelândia, e na América Latina a Argentina e o Brasil. Estas 4 regiões têm uma população em torno de 900 milhões de habitantes, ou seja, 15% da população mundial. Os outros 4 bilhões e 700 milhões de habitantes do planeta, 85% da população mundial, dependem das exportações dessas 4 regiões. O controle britânico dos cartéis de alimentos cresceu depois da II Guerra Mundial. É correto que os países com excedentes de grãos, carne, lácteos e outros alimentos exportem. Porém, as quatro regiões exportadoras do cartel da Casa de Windsor receberam vantagens assustadoras, o resto do mundo mergulhou num atraso forçado. A nações como as do continente africano, foram negadas sementes, fertilizantes, irrigação, eletricidade, ferrovias, rodovias e hidrovias. Equivale dizer todos os insumos de capital e infra-estrutura necessários para alcançar a auto-suficiência alimentar. Ao mesmo tempo, cartéis como o cartel anglo-suíço-holandês também reduziu as condições de competição através de processos de concentração, fusões e falências em países que supostamente desfrutavam de condições privilegiadas tais como EUA, União Européia, Canadá, Austrália e Argentina. Em 1997 as fusões movimentaram US\$ 1,7 trilhão no mundo, uma das conseqüências da globalização. Os EUA, por exemplo, tinham 600.000 produtores independentes de suínos em 1982, enquanto hoje têm menos de 225.000. As companhias do cartel alimentar concentram muitos produtos, entre eles, está produção de suínos em suas mãos (NASCIMENTO, Ulbra, 1998.)

⁹ É o primeiro comerciante e exportador de grãos dos EUA, a Cargill exporta 21,5 milhões de toneladas de grãos, equivalente a 25% do mercado americano. É o maior comerciante e exportador de grãos do mundo, movimenta 52,9 milhões de toneladas, 25% do mercado. Maior proprietário de silos nos EUA, 340 unidades; primeiro comerciante de algodão do mundo; primeiro fabricante americano de forragem de milho de alto teor protéico (através de sua subsidiária Nutrena Mills); segundo moedor americano de milho úmido; segundo triturador de soja dos EUA; segundo exportador de grãos na Argentina (10% do mercado); terceiro moedor de trigo nos EUA (10% do mercado); terceiro empacotador americano de carne bovina (18% do mercado através da subsidiária Excel); terceiro empacotador americano de carne suína; terceiro produtor americano de alimentos animais; terceiro exportador de grãos da França (15 a 18% do mercado); sexto produtor americano de perus. Nos EUA, a Cargill cria 350.000 porcos, 12 milhões de perus e 312 milhões de frangos para abate. Possui 420 barcaças, 11 rebocadores, 2 navios cargueiros para navegação nos Grandes Lagos, 12 cargueiros transatlânticos, 2.000 vagões ferroviários graneleiros e outros 2.000 de transporte líquido. A Cargill e suas subsidiárias operam 800 indústrias. Nos EUA têm 500 escritórios e no exterior 300. Operam em 60 países. As famílias Cargill e MacMillan possuem 90% das ações da companhia (outros 10% são de executivos da companhia). O clã Cargill-MacMillan é uma das 10 famílias mais ricas dos EUA, segundo a revista Forbes de 1995; sua fortuna é avaliada em US\$ 5,1 bilhões (NASCIMENTO, Ulbra, 1998.).

Foi nos setores ligados a Agricultura e alimentos que as multinacionais tiveram um dos maiores impactos, a partir do maior desenvolvimento das forças produtivas, a partir da modernização conservadora no campo e da industrialização.

Para garantir seus monopólios, elas fazem um processo de fusão das empresas visando o controle do mercado e o aumento de seus lucros.

As formas de fusões são diferenciadas de acordo com seus objetivos e interesses. Segue abaixo uma breve caracterização dessas formas apresentadas no Informativo Setorial do BNDES.

Tipos	Definições	Possíveis objetivos
Horizontal	Fusões dentro de uma mesma indústria ou segmento	Obter economias de escala e escopo. Elevar o market share (quota ou participação de mercado). Penetrar rapidamente em novas regiões
Vertical	Fusões de empresas que estão à frente ou atrás da cadeia produtiva	Ampliar controle sobre as atividades. Proteger o investimento principal Facilitar a distribuição dos produtos. Assegurar matérias-primas (eventualmente a custos mais baixos)
Concêntrica	Fusões de empresas com produtos ou serviços não similares que apresentam algum tipo de sinergia	Diminuir os custos de distribuição. Diversificar o risco. Adquirir rapidamente o know-how do setor. Entrar em novos mercados
Conglomerado puro	Fusões sem qualquer tipo de sinergia	Diversificar o risco. Aproveitar as oportunidades de investimento

Quadro: tipos de fusões. Fonte: (BNDES, 1999, p. 2).

Atuando em áreas diferenciadas, as empresas multinacionais, controlam também os variados ramos de produção e comercialização principalmente das sementes e insumos. Por exemplo, as seis maiores empresas do ramo de controle das sementes e dos agroquímicos, são chamadas de “gigantes genéticas”, elas controlam atualmente 59,8% do mercado mundial de sementes comerciais, 76,1% do mercado de agroquímicos e são responsáveis por 76% de todo investimento privado no setor. (ETC GROUP, 2013). São elas: Monsanto-EUA, Syngenta-Suíça, Dupont-EUA, Basf-Alemanha, Dow-EUA, Bayer-Alemanha. Esse monopólio é praticado atualmente na agricultura brasileira com total incentivo do parlamento, do Estado Brasileiro.

Conseqüentemente, no caso do nosso país, os pequenos e médios agricultores estão subordinados a essas empresas, seja na dependência dos adubos, fertilizantes, venenos, sementes transgênicas que tem sido liberado a cada dia mais, etc. seja pela padronização imposta dos alimentos, seja na comercialização porque eles também estão ligados nas redes de comércio e transportes, ou seja, eles têm o domínio de toda a cadeia produtiva. Muitas têm ramo de atuação nos fármacos como é o caso da Bayer e outras.

No caso dos alimentos processados, quando as pessoas vão ao supermercado diariamente, em geral não se tem informação de como isso se dá, de qual ligação, qual fusão existe entre os donos das marcas, qual controle se tem sobre a prateleira, quantos produtos cada empresa tem. As empresas inovaram na variedade de produtos, embora que, muitos do ponto de vista nutricional não têm grandes mudanças, por exemplo, há uma grande variedade de biscoitos, mais na essência as origens são as mesmas.

Abaixo alguns exemplos das marcas disponíveis no mercado brasileiro, seus donos e seus lucros em 1998:

Marcas Disponíveis No Mercado Brasileiro, Seus Donos E Seus Lucros Em 1997:

Empresa	Nº de Produtos	Faturamento e Lucro líquido em 1997	Marca Líder e Outras Marcas	Nº de Países que Atua
SADIA , origem brasileira, atua no segmento de alimentos (congelados e resfriados, derivados de frango, suíno e peru) e margarina.	Não informado	US\$ 1,56 Bilhões de faturamento e US\$ 27,2 milhões de Lucro Líquido	Congelados Sadia (53%), resfriados (26%), prontos (53%), outras marcas Qualy, Sete Mares (peixe), Todo Sabor (pratos congelados prontos).	Atua em 50 países.
GESSI LEVER , origem anglo-holandesa, atua nos segmentos de alimentos e higiene e limpeza.	170 marcas	US\$ 3,56 bilhões de faturamento (sem a Kibon) e US\$ 152,7 milhões de Lucro Líquido.	Omo (sabão em pó), Comfort (amaciante) Minerva (detergente), Lux, Gessy e Vinólia (sabonete), Seda (Xampu), Doriana (margarina), Elefante Cica (extrato de Tomate), Kibon (sorvete), outras marcas Gourmet, Jurema, O Pomodoro, Fofó, Campeiro, Dove, Brilhante, Dimmension e Claybom.	Atua em mais de 90 países.
NESTLÉ , origem suíça atua nos segmentos de alimentos (consumo humano e animal).	48 linhas de produtos.	US\$ 3,564 bilhões de faturamento e US\$ 292,7 milhões de Lucro Líquido	Leite Moça, Nescafé, Nescau e São Luiz outras marcas Yopa, Maggi, Friskies, Tostines, Mólico, Neston e Ninho.	Atua em 100 Países.
CEVAL (GRUPO BUNGE & BORN) , origem argentina, atua nos segmentos de margarinas, óleos vegetais, derivados de carne suína e aves e gorduras hidrogenadas.	250 marcas	US\$ 3,058 bilhões de faturamento e US\$ 347,4 milhões de Prejuízo.	Soya (óleo de cozinha), outras marcas Seara, Ville, Millete, Bonna, All Day e Bambina	Atua 10 países.
JOHNSON E JOHNSON , origem norte-americana atuando nos segmentos de higiene pessoal, limpeza, alimentos e produtos farmacêuticos.	450 produtos ligados a 46 linhas.	US\$ 603,9 milhões de faturamento.	Jontex (preservativo), Sundown (protetor solar), Sempre Livre (absorvente feminino) e Perfex (pano de limpeza) Outras marcas Band Aid, Cotonetes.	Atua em 52 países 5 continentes.
BOMBRILO-CÍRIO , origem italiana.	Cerca de 50 linha de produtos	US\$ 1,4 bilhão de faturamento e US\$ 15,5 milhões de Lucro Líquido	BombriLO e Limpol, outras marcas Mon Bijou, Kalipto e Peixe (enlatados).	Atua em 4 países.
PROCTER & GAMBLE , origem norte-americana atua nos segmentos de higiene pessoal, limpeza e produtos farmacêuticos.	Cerca de 300 marcas.	US\$ 620 milhões de faturamento.	Hipoglós, outras marcas, Pampers, Ariel, Quanto, ODD, Pop, Pert Plus, Crest, Phebo e Vick.	Atua em 140 países.
PARMALAT , origem Italiana, atua nos segmentos de alimentos lácteos, frescos, vegetais e de forno.	Mais de 400 marcas	US\$ 425,3 milhões de faturamento e US\$ 8,7 milhões de Lucro Líquido.	Leite longa vida e iogurte Batavo, outras marcas Etti (extratos de tomate e conservas), Yolat (bebidas lácteas).	Atua em 25 países.
FLEISCHMANN ROIAL/NABISCO , origem norte-americana, atua nos segmentos de fermentos, biscoitos, gelatinas, sorvetes, leite e sucos.	Não informado.	US\$ 640,2 milhões de faturamento e US\$ 43,9 milhões de Lucro Líquido.	Fermento em pó Royal (96%), Gelatina Royal (35%) outras marcas Maguari (sucos), Glória (leite condensado) Traquinas e Nabisco (biscoitos).	Atua em 30 países.
REFINAÇÕES DE MILHO BRASIL (RMB) , origem norte-americana, atua no segmento de alimentos.	Não informado.	US\$ 536 milhões de faturamento e US\$ 49,2 milhões de Lucro Líquido	Hellmans, Maizena e Knorr, outras marcas Caro e Mazola.	Não informado.

Fonte: (NASCIMENTO, Ulbra, 1998.).

Portanto, temos acompanhado todo esse processo de controle, de monopólios dos alimentos, dos produtos em geral, das mais variadas marcas, cada vez mais aumentando, empresas de ramos diferenciados controlando todas as cadeias produtivas, enquanto que a população além de não ter as informações corretas de como isso acontece, é quem sofre diretamente todas as consequências desse modelo, ao passo que o capital continua se valorizando cada vez mais. Temos visto

recentemente as fusões das mais variadas formas acontecendo no país, fusões de empresas do mesmo setor, mesmo ramo, empresas de ramos diferenciados, empresas públicas tendo ações de empresas privadas, enfim, legislações sendo aprovadas a todo momento (transgênicos, venenos, etc.), empresas de assistência técnica, a pesquisa pública a serviço dessa direção. Nas gôndolas dos supermercados há uma infinidade de produtos do mesmo dono, da mesma marca, mais a maioria da população consumidora não tem essas informações, nem das consequências na saúde e nem dos lucros que essas empresas adquirem.

Atualmente, o monopólio, o poder das transnacionais/multinacionais é tanto que, das 100 maiores economias do mundo, 51 são empresas e 49 são países. A Coca-Cola, por exemplo, é dona de 80% da água engarrafada do mundo (RIBEIRO, 2006). Essa concentração permite uma pesada ingerência sobre as políticas nacionais e internacionais, moldando à sua conveniência as regulações e os modelos de produção, distribuição e consumo que se aplicam nos países. Portanto não é em vão que a escassez de estoques de alimentos de 2007 e 2008, a mais grave em 30 anos, deflagrou distúrbios em vários países e ajudou a precipitar a queda de governos (CARVALHO & STÉDILE, Soberania Alimentar - Uma Necessidade dos Povos, 2012).

Importante ressaltar ainda que no caso do controle, do monopólio dos alimentos, os supermercados dominam 85% do volume global de alimentos comercializados e não há nenhuma estratégia por parte nem do Estado, nem dos governos de Políticas Públicas que revejam os marcos desse Sistema de Abastecimento Alimentar atual, embora haja política de estímulo à produção (GOMES, 2014).

Ao tratar desse tema dos monopólios, não podemos também descolar ele dos acontecimentos, das profundas modificações que aconteceram no mundo, no Capitalismo a partir dos anos de 1890. A partir desse período histórico, o Capitalismo que antes vivia sua fase Concorrencial passa para uma fase de Monopólios com o objetivo principal de controlar os mercados e maximizar ainda mais seus lucros.

Esses monopólios plenamente desenvolvidos, caracterizados pelo processo de concentração e centralização, a fusão do capital industrial e bancário formando o capital financeiro, a exportação de capitais e a partilha do mundo entre os países mais importantes, gerou uma nova fase do Capitalismo chamada de Imperialismo. Nas palavras de Lenin

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LENIN, 2008, 4ª edição., p. 88).

As exportações de capitais (agora não mais as exportações de mercadorias), atuam no sentido de frear a queda na taxa de lucro alterando a composição orgânica do capital em favor do capital constante, aumentando a exploração do trabalho, reduzindo os salários, barateando os elementos do capital constante, formando uma superpopulação relativa, ampliando o mercado interno, entre outros (IASI, 2012).

Quando o capitalismo não resolve suas concorrências de forma articulada, combinada, monopolizada, as guerras acontecem, pois nessas relações a democracia é ilusão, suas características são antidemocráticas, a guerra se necessário torna-se a principal ferramenta, ela é central nesse modelo de produção.

O Estado a partir daí é refuncionalizado, atuando diretamente também na organização econômica, ele passa a ter uma atuação direta e indireta na sociedade, embora que pareça neutro, mas, ele tem posição e funções bem definidas, independente de quem esteja no seu comando, na sua gestão, *“as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com suas funções econômicas”* (NETTO, 2011, p. 25).

Vale ressaltar que, para além de controlar a esfera da produção e comercialização, esse modo de produção – Capitalista, nessa fase, controla as demais esferas da vida, a sua forma de alimentar, vestir, a cultura, o consumo, a forma de pensar, a quantidade de trabalho necessário disponível - o exército industrial de reserva-, enfim, ele determina os padrões de como deve ser a vida em geral da população conforme afirmação: *“a organização capitalista (monopolista) da grande indústria moderna, seus ritmos e os seus ciclos, introduz com a sua lógica implacável o relógio de ponto e os seus padrões em todas as micro organizações”* (NETTO, 2005, p. 87).

Portanto, faz parte do modo de produção capitalista, a exploração, o controle via monopólios dos alimentos e de outras esferas da vida, assim como, *“controlar e manter no apassivamento a Classe Trabalhadora é parte da estratégia do setor político que está a serviço desse modelo”* (IASI, 2012).

1.7 OS CAMPONESES E O CAMPESINATO NESSE CONTEXTO

Ao contrário da Agricultura Capitalista, do Agronegócio, a Agricultura Camponesa, o setor da pequena agricultura, ou setor de subsistência é caracterizado principalmente pelo trabalho familiar, pequenas extensões de terras, produção de diversidade, alimentos, respeito a natureza, sua finalidade principal é a subsistência e a reprodução da vida e não o lucro.

Conforme Delgado tem caracterizado em seus textos a partir de estudos dele e de outros teóricos, o setor de subsistência tem uma caracterização muito diferenciada da agricultura capitalista:

A noção de setor de subsistência, na obra de Caio Prado Jr, apresenta quatro características a destacar: a) atividade subsidiária que depende ora exclusivamente, ora parcialmente da grande lavoura; b) setor produtor de bens de consumo destinados ao autoconsumo da fazenda e ao consumo interno da economia interna (da colônia), mas não à exportação; c) especialização na produção de alimentos – um valor de uso, distinto das mercadorias produzidas para o mercado externo; e d) estrutura produtiva distinta da grande lavoura, visto que no setor de subsistência praticamente não se utiliza o trabalho escravo, a produção é do tipo não-monocultivo e o estabelecimento produtivo é em geral de dimensões pequenas (familiar), produzindo algum ou alguns produtos com mão-de-obra própria participação de inúmeras relações de trabalho (dependendo da atividade), que em geral não são de trabalho escravo, tampouco de trabalho assalariado.

Para Celso Furtado, as principais características do setor de subsistência são: a) há produção de alimentos e outros recursos para suprir o autoconsumo das fazendas e atender ao mercado consumidor urbano e às demandas da grande lavoura. b) alberga-se uma espécie de reservatório de força de trabalho, sob controle do grande proprietário territorial, a quem os ocupantes devem certa sujeição econômica e principalmente lealdade social; c) caracteriza-se por um nível técnico de produtividade muito baixo, condição que lhe confere reduzida capacidade de produção de excedentes, expressos sob a forma de fluxos monetários pela venda da produção ou pelo pagamento de rendas econômicas apropriáveis pelo grande proprietário territorial; e d) as unidades econômicas de subsistência – em geral a unidade familiar apresentam-se altamente dispersas pelo interior do país, seguindo o rastro da pecuária, e em geral não contam com o concurso do trabalho escravo ou do trabalho assalariado sistemático. (DELGADO., 2004, p. 22 e 23).

Para Jose de Souza Martins, o Campesinato brasileiro é uma classe, ele é constituído com a expansão capitalista como produto das contradições dessa expansão. Tem por base o trabalho familiar. Ao contrário do operário que situa no mundo pelo seu trabalho, o camponês situa-se pelo seu produto, o que ele vende não

é força de trabalho é o fruto do seu trabalho e as suas relações de produção são não-capitalistas (MARTINS J. d., 1981) e (MARTINS J. d., 2002).

Portanto, esse setor, sempre teve na sua base principal do trabalho a família, produziu alimentos para auto consumo e para os outros, contou com pouca tecnologia a seu favor e sempre esteve com pouca ou nenhuma terra sob sua posse. Assim, o trabalho camponês com muita resistência sobreviveu e continua sobrevivendo, de modo que os camponeses sempre foram a maior parte da população por muitos séculos, e ainda na atualidade continua como 50% da população mundial.

Sem ter a pretensão e a finalidade de uma análise aprofundada da origem do Campesinato no Brasil, vale ressaltar que, no Brasil o modelo colonial, agroexportador implantado desde sua invasão sempre foi à base da exploração e expulsão, primeiro dos índios, depois dos negros que vieram para serem escravos, depois os imigrantes pobres, sem terras europeus, e que ao serem explorados na implantação do “desenvolvimento”, eram expulsos e continuavam a abrir as novas fronteiras agrícolas. Ou seja, *“o Camponês não é um enraizado, ao contrário, o Camponês brasileiro é itinerante, é desenraizado, é migrante”* (MARTINS J. d., 1981, p. 17).

Considerando o conceito construído coletivamente na atualidade e registrado por Carvalho (2005), os Camponeses são:

“Aqueles famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos à partir da exploração rural – extrativista, agrícola e não agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação (Costa, 2004: 1). Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas” (Carvalho, 2005, pag. 170).

O Campesinato enquanto unidade na diversidade camponesa, constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista, ainda que inserido na economia capitalista”. (idem, 171).

Essa diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a recursagem, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os foreiros que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas a parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no sul do país

(Bavaresco, 2004). E os novos camponeses resultantes de assentamentos de reforma agrária” (idem, 172).

Sendo assim, há uma multiplicidade de formas de viver e de ser, com diferentes culturas, religiosidades, valores éticos, sociais, identidades distintas, formas de socialização variadas, múltiplas relações com os aparelhos de poder, expectativas sociais diversas, enfim, qualquer análise sobre temas que envolvem a produção camponesa, sobre os camponeses, é necessário considerar essa diversidade em que foi constituído o Campesinato no nosso país.

Do ponto de vista das relações de produção, da economia camponesa, os camponeses tem uma composição orgânica de capital diferenciada do Agronegócio, os investimentos são menor em capital constante e maior em capital variável, assim ele trabalha empregando muita força de trabalho (força de trabalho própria familiar), individualmente não produz em escala, pouca tecnologia apropriada, nos produtos agrícolas (alimentos) produzidos pelos camponeses, o valor agregado é maior do que nos produtos do agronegócio - entendendo Valor como quantidade de trabalho humano materializado- daí que se contabilizado a remuneração do seu trabalho, seu preço de custo em geral é superior do que o preço de mercado. Isso agrava porque em geral quando os camponeses não conseguem uma margem de renda da terra na área plantada, eles tentam aumentar suas áreas de plantio para suprir suas necessidades, isso é parte do dilema em que vivem esses trabalhadores na atualidade.

Diante do conjunto de situações que envolve os Camponeses seja do ponto de vista econômico, político, social e cultural do Campesinato, tem surgido desde o século XIX, diversas, teses, teorias sobre a sua existência e perspectivas, de modo que três paradigmas têm sido mais teorizados e aprofundados, sendo: 1) **O Paradigma do fim do Campesinato** – compreende que ele está em vias de extinção. 2) **O Paradigma do fim do fim do Campesinato** – compreende que ele tem uma existência a partir da sua resistência. 3) **O Paradigma da metamorfose do Campesinato** – acredita na sua mudança para Agricultor Familiar (CARVALHO, Campesinato no Seculo XXI, 2005, p. 24).

A tese do fim do Campesinato, advoga que o desenvolvimento econômico e a competição capitalista levarão inevitavelmente à uma diferenciação do campesinato entre camponeses que vão se capitalizando e se tornam empresários capitalistas e

camponeses que vão empobrecendo até se tornarem trabalhadores assalariados. É o fim do campesinato e a urbanização quase total da sociedade. Há duas leituras nessa linha de pensamento, uma que acredita que pela diferenciação da renda capitalizada da terra gerada, destruirá o camponês, onde uma pequena parte virará capitalista e a maioria assalariado, e a outra leitura acredita na inviabilidade da agricultura camponesa perante a supremacia da agricultura capitalista.

A tese da *Metamorfose Camponesa*, defende que o camponês deve se metamorfosear, se transformar em um agricultor moderno, integrado à grandes agroindústrias e à cadeias produtivas do agronegócio ou ainda explorar nichos de mercado como os alimentos orgânicos e o turismo rural, é uma espécie de “terceira via” a questão do campesinato, assim, acredita no fim do campesinato mais não no fim do trabalho familiar, o camponês se transforma em um profissional do campo complementar ao agronegócio¹⁰, trata o camponês como atrasado e agricultor familiar como moderno. O conceito de agricultura familiar foi construído para se opor o conceito de camponês, para negar a história de luta e resistência frente ao capital, pois o sentido pejorativo, estigmatizado construído socialmente e ideologicamente sob o conceito Camponês está diretamente ligado ao seu papel histórico de resistência (como exemplo, basta lembrar das ligas camponesas como foi duramente reprimida pela ditadura no nosso país), enquanto o conceito de Agricultura Familiar está ligado a integração ao mercado capitalista, a ideia de complemento do pequeno ao grande proprietário, remete a ideia de modernidade, de seleção, de qualificação-empREENDEDOR. Nesta perspectiva haveria segundo alguns estudiosos lugar para 700 mil famílias no campo, portanto cerca de 3,3 milhões de estabelecimentos do campo deixariam de existir, mais de 7 milhões de famílias iriam buscar nas cidades sua forma de vida e sustento, portanto: agricultor familiar é futuro, tecnologias avançadas (transgênicos, venenos, máquinas pesadas, destruição das florestas, etc.), e erroneamente afirma que Camponês é o atraso, o passado (sementes crioulas, enxada, preservação da natureza, baixa produtividade, etc.), são mais pobres do campo, invisibilizados. O termo camponês foi proibido no Brasil no período da ditadura civil e militar quando foi implantado a chamada Modernização conservadora,

¹⁰ O processo de destruição e recriação do Campesinato é inerente ao desenvolvimento do Capitalismo, não é portanto, um problema, é apenas uma adversidade (Abramovay, 1991, apud Fernandes, 2003).

Revolução verde. Embora os camponeses sejam agricultores familiares (mais nem todos os agricultores familiares são camponeses), politicamente, o conceito agricultor familiar é uma deformação da história camponesa, metamorfosear é mudar de forma, é mudar o caráter e o comportamento (FERNANDES, 2003).

A tese do *Fim do fim do Campesinato* afirma que o Campesinato enquanto classe social, é mais que uma forma de produção, é um conjunto de relações de produção não capitalistas, é um modo de vida. Tem uma lógica econômica própria, uma racionalidade distinta da racionalidade capitalista, uma capacidade de adaptação e resistência que permitem sua existência na atual sociedade e traz elementos fundamentais para uma sociedade em transição ao Comunismo.

Sendo assim, a existência dos camponeses na atualidade tem haver com as relações de enfrentamento que se estabeleceram entre o capital e os camponeses, mas principalmente pelas suas lutas de resistência e sua persistência. A existência do Campesinato é de competência do próprio Campesinato, que sempre lutou para ser sujeito de sua própria história, embora que numa sociedade de hegemonia capitalista há sempre subordinação, não há autonomia por completo, há uma relação de subalternidade ao capital praticada das mais distintas maneiras, seja ao bancário, industrial, agrícola ou comercial (CARVALHO, *Camponeses: Mais além da convivência com o capital.*, 2015).

Assim compreendido, na existência do Campesinato está a sua condição de criação e recriação, pois ele pode criar sua própria existência, diferentemente do capitalista e do assalariado, sendo que um só existe se o outro existir num processo contínuo de exploração, submissão e desigualdade. Portanto, é possível e necessário a afirmação de um Campesinato forte, independente, a base de produção diversificada e agroecológica, utilizando sementes crioulas, adubação verde e orgânica, máquinas e tecnologias adaptadas a realidade, defensivos naturais, baixo custo de produção e boa produtividade, mão de obra familiar, com autonomia e dignidade das famílias camponesas. Onde as propriedades camponesas sejam um complexo interligado, seja um Sistema Camponês de Produção¹¹.

¹¹ O Conceito de SISTEMA Conforme Guterres (2006), "Sistema é um arranjo de componentes físicos, um conjunto ou coleção de coisas, unidas ou relacionadas de tal maneira que formam e atuam como uma unidade...".

Os Sistemas Camponeses de Produção são sistemas de produção altamente diversificados, tendo como base social as famílias das comunidades camponesas que integram produção animal e vegetal

Em resumo, as teses do campesinato:

Teses sobre o Campesinato		
O fim do Campesinato	Metamorfose Camponesa	Fim do Fim do Campesinato
Agronegócio	Agricultura Familiar Agronegócio (700 mil famílias no Brasil)	Agricultura Camponesa (8 milhões de famílias no Brasil)
Cadeia produtiva	Grande parte da produção está na lógica da cadeia produtiva, a propriedade é um misto das duas lógicas	Sistemas camponeses de produção
Latifundiários	Family Farmers (Agricultores Familiares)	Camponeses/as
D-M-D"	Mistura a lógica camponesa com a lógica capitalista	M-D-M
Agronegócio	Agricultura Familiar	Agricultura Camponesa
Monocultivos	→	← Diversificação
Latifúndio		← Pequena propriedade
Máquinas pesadas		← Máquinas leves e tração animal
Sementes Híbridas e Transgênicas	→	← Sementes crioulas
Exportação	→	← Abastecimento popular
Mão de obra contratada	→	← Mão de obra familiar
Fome	→	← alimentos
Multinacionais	→	← Povo trabalhador

Fonte: (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2013).

Com base nos estudos desenvolvidos e na vivência prática e diária da luta camponesa no Brasil, podemos dizer que no Campesinato não cabem as teses do fim do campesinato e nem da metamorfose camponesa, parece-nos, que o Campesinato tem um conjunto de princípios, valores e modo de vida que permitem sua continuidade e mais do que isso, contribuirão com o conjunto da sociedade diante da crise civilizatória e da necessidade de profundas transformações para a continuidade da vida humana na terra.

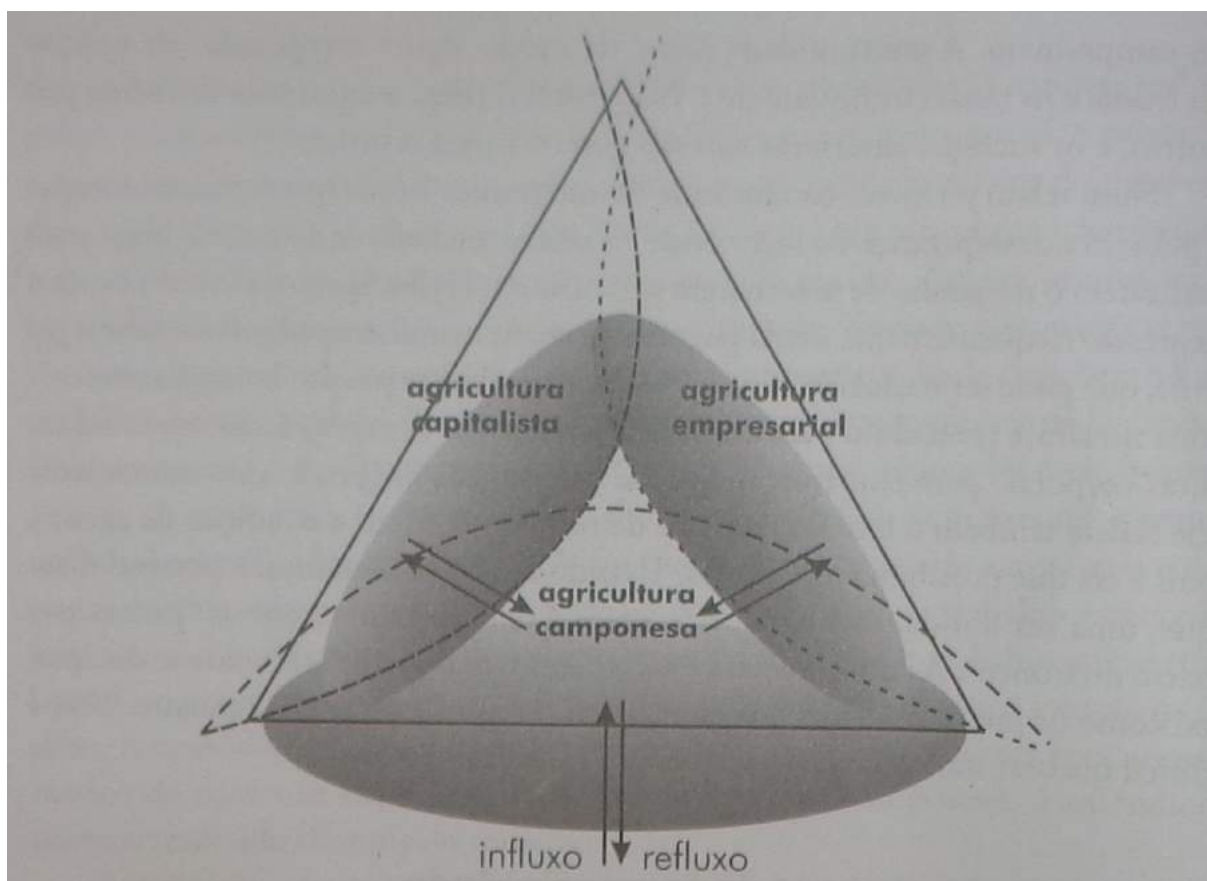
No entanto é necessário entender como na prática atualmente estão essas teses aí colocadas, pois vemos a cada dia os monopólios capitalistas duplicando seus lucros, cada dia mais fome, insuficiência ou subnutrição alimentar para a maioria da

– agrícola e vegetal – que priorizam a produção para o auto consumo e para o mercado local principalmente, que preservam os recursos naturais estratégicos como: água e biodiversidade, combinam plantios anuais com plantios perenes, utilizam ao máximo os subprodutos de uma produção para a outra e pela diversificação busca a sustentabilidade geral do sistema, busca a autonomia genética e tecnológica, integram novos conhecimentos e novas técnicas ao conhecimento já existente, sem deixar que eles desintegram o sistema (MPA, 2013).

população mais empobrecida, vemos cada dia mais os camponeses se integrando ao mercado capitalista, a juventude saindo do campo em busca de outras condições, na maioria das famílias camponesas há que buscar outras fontes de renda para além da produção, a exploração na produção e comercialização dos alimentos cada vez mais concentrados, isso faz-se necessário entender que a condição camponesa não é estática, ela sofre influência direta dos acontecimentos econômicos, sociais, políticos, climáticos, entre outros, que acontecem no dia-a-dia.

Daí a importância de entendermos a contribuição de um grande estudioso holandês do Campesinato em geral, Ploeg, ao trazer uma análise dos graus de campesinação existente nesse modo de produção capitalista na atualidade. Ele não nega o modo de vida camponês, ele afirma que na agricultura mundial existem graus diferenciados na inserção dos Camponeses, na condição camponesa. Na análise dele existe três arranjos político-econômicos distintos, porém combinados, a Agricultura Capitalista na qual prima centralmente pela relação salário-trabalho, a Agricultura Empresarial, que se afasta da natureza, uma agricultura artificializada com insumos, dependência do capital financeiro, economia de escala (parcial), aumento da produtividade, e a Agricultura Camponesa baseada no respeito com a natureza viva, produção de alimentos, geração de trabalho e renda, sustentabilidade e desenvolvimento de modo geral. Para Ploeg, há um processo de campesinação e recampesinização, não existe uma demarcação bem definida, uma demarcação definitiva entre o camponês e o agricultor empresarial da mesma forma que “*não existe uma linha separando o camponês da população não-agrícola*”, a depender do espaço, tempo, fatores conjunturais, climáticos, avanço do capitalismo, há uma gravitação na condição camponesa que pode ir mais à um lado ou ao outro, no entanto existem características fundamentais que são da condição camponesa como: a luta por autonomia; contexto de relações de dependência, marginalização e privações; criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, co-produção entre homem e natureza viva; integração com o mercado; permite sobrevivência e perspectivas futuras; fomenta autonomia e dessa forma vai diminuindo a dependência; são fortalecidos a depender das particularidades socioeconômica com outras atividades; existem padrões de cooperação que fortalecem as inter-relações (PLOEG, 2008).

Veja ilustração do gráfico mostrando essa relação.



Fonte: (PLOEG, 2008, p. 54).

Acima no gráfico, a ilustração mostra como há uma zona fronteiriça, uma região que está em mudanças de acordo com os vários elementos acima citados, ou seja, os camponeses se movimentam, não estão estáticos a depender das condicionantes colocadas eles podem em certo momento estar mais integrados na agricultura empresarial e capitalista ou estar mais afirmados no seu modo de vida camponês.

Olhando para realidade brasileira a partir da análise do Ploeg, e também considerando os paradigmas sobre o Campesinato construído no país, pode-se dizer que temos uma multiplicidade de situações, condições no campo que com os avanços neoliberais, elas não são estáticas. Há no país o Agronegócio (já caracterizado anteriormente), cada dia mais forte e com mais intervenção direta do Estado, conseqüentemente apropriando cada vez mais da renda da terra, seus lucros acumulando privadamente sempre. Existe a Agricultura Camponesa resistindo, lutando contra o capitalismo, “abandonada” pelo Estado, fruto do processo histórico estruturado transformando a nação em colônia agroexportadora. Mesmo com o descaso, mesmo sem incentivo, sem política pública direcionada para ela, é a

pequena agricultura que produz a maior parte dos alimentos que vão para mesa dos brasileiros, tem tentado e feito a duras penas um processo de transição agroecológica, produzir para o autoconsumo e mercado, embora com muitos limites dentro desse modelo de produção capitalista. Nesse meio existe a agricultura Familiar (“empresarial”), que tem cada dia mais se integrado ao mercado como princípio, buscando produção em escala, tentando se igualar aos grandes proprietários, mecanização pesada, “tecnologia de ponta”, especialização em algumas monoculturas, dependência total do mercado desde o pacote para produção assim como os alimentos para a família. Assim, não podemos dizer que a condição dos camponeses brasileiros, dos agricultores familiares estão imóveis, há ai também um processo de maior ou menor integração no mercado, há um processo de maior ou menor dependência do pacote químico, há um processo de maior ou menor exploração através da renda da terra, há um processo de mais ou menos tecnificação no manuseio com a produção, há um processo de integração mais estreito ou menos com o consumo de toda a indústria cultural do lazer, musica, alimentação, roupas, etc., ou seja há um processo maior ou menor de subalternização ao capital.

Nesse contexto, mesmo com um conjunto de fatores que apontam a Agricultura Camponesa como central para a vida humana em diversos aspectos, mas o Agronegócio é hegemonicamente dominante no campo atualmente no país, tanto dentro do Estado (basta olhar o avanço dos ruralistas na última composição do Congresso Nacional, na ocupação do Ministério da Agricultura, os recursos destinados, etc.), “amplamente” aceito pela maior parte da população, quanto na dominação do mercado, etc. Isso faz com que o Campesinato como fruto de uma relação pré-capitalista submetida ao capital em situação de contradição em relação a este, tenha alguns vetores em curso:

- 1- Fazer a resistência e a luta anti-capitalista que o faz somar ao bloco revolucionário, sendo contra a subordinação ao capital. Campesinato como uma classe social importante. A Agricultura Camponesa está aí, no sentido de resistência, sujeito social, fortalecendo sua condição camponesa, pensa e constrói outro modelo de sociedade, vê o Campesinato como estratégico na produção de alimentos saudáveis, na garantia da reprodução humana, compreende a transição para a Agroecologia como central para a produção camponesa, etc. No entanto, é importante dizer que a Agricultura

Camponesa, a produção camponesa enquanto afirmação política e prática diária tem avançado bastante, mas nesse modelo capitalista hegemônico tem muitas dificuldades de se consolidar de forma autônoma, daí a necessidade de construir outro modelo de sociabilidade.

- 2- Ser subordinado, integrado contraditoriamente. Agricultura Familiar atua nesse sentido de buscar se viabilizar dentro do Capitalismo, vê o mercado capitalista como a única alternativa. Aqui é possível perceber pelo menos dois grupos: os que estão numa escala menos “viabilizados”, mais mão de obra familiar, menos tecnificação, produção de monocultura numa escala menor, certa independência do mercado. E outro grupo que está num grau de tecnificação mais avançado, totalmente integrado, trabalha com a otimização da produtividade, gestão empresarial, entre outros.
- 3- Ir para cidade: continua o êxodo rural, muitas vezes não como na década de 1950 e 1960 onde iam para os grandes centros urbanos do Brasil, mas acontece principalmente do campo para as cidades mais próximas nos seus próprios estados. A juventude é o alvo principal. Ou ainda, algum membro da família vai trabalhar na cidade como uma estratégia de sobrevivência, tentativa de melhorar, ampliar a renda.

1.7.1 Nesse contexto todo, como se dá a exploração dos camponeses, dos agricultores familiares, dos trabalhadores do campo?

O processo de exploração feito pelo capital sobre os camponeses, os agricultores familiares, sejam os mais integrados ou os menos integrados, independentes do seu grau de Campesinidade, os que estão mais subordinados ou os que tem maior autonomia, ainda que relativa, se dá pela apropriação da renda da terra desses trabalhadores. Para garantir seus objetivos, os capitalistas criaram muitos mecanismos.

Enquanto que o Agronegócio explora força de trabalho não paga, extrai mais-valia, produz insumos alimentares, uma substancia parecida com comida, ou seja, uma imitação de comida como dito anteriormente, tem uma reprodução ampliada,

produz mercadoria expressado na forma D-M-D, que sua base é investir dinheiro e ganhar mais dinheiro, mais capital, com finalidade para o lucro, apropriam da renda da terra de forma diferenciada, seja pela localização, acesso a água, seja pelas técnicas que fazem a correção de solo transformando numa terra mais fértil, com mais produtividade, por exemplo: poda programada no café, pulverização aérea, gestão computadorizada, plantio direto, etc., seja no mercado via o preço, é também no preço que eles apropriam da renda do produto camponês, dado que o preço de custo deles, o valor agregado ao produzirem com mais capital constante, mais tecnologia e menos força de trabalho é em geral mais baixo que seu preço de mercado, aí eles apropriam da renda, da renda dos camponeses em função do preço médio do mercado ser igual.

Na lógica econômica da Agricultura Camponesa, o Camponês produz alimento com outra finalidade que é uma mercadoria, o alimento, expressado numa reprodução simples M-D-M, para a reprodução da vida, não há uma produção de mais-valia, não há trabalho excedente não pago, o que existe é a exploração pelo capital, que se dá das mais variadas formas, desde o acesso à terra e aos recursos, no processo produtivo, e de forma muito acentuada no processo de comercialização, na circulação dos seus produtos.

O acesso à terra desde o início foi uma das formas mais esdrúxulas de exploração sobre os povos nativos, sobre os camponeses, desde acumulação primitiva capitalista (compreendendo os camponeses na sua diversidade), desde a expulsão dos Índios, a lei de terras de 1.850 impedindo os negros ter acesso posteriormente a sua “abolição”, a vinda dos imigrantes europeus pobres que sempre foram abrindo as fronteiras agrícolas, e hoje continua o Agronegócio avançando sobre as terras, assim como os estrangeiros. A localização das terras camponesas tende a estar mais distante dos centros urbanos onde estão a massa de trabalhadores/consumidores, em regiões mais “quebradas”/montanhosas, com baixa possibilidade de aração, pouca água e poucas técnicas apropriadas para aumentar a fertilidade natural, embora os camponeses tenham muitos conhecimentos. No processo de interação/relação com o mercado, ou seja na esfera da circulação se materializa uma brutal exploração via o preço, pois dado que no seu processo de trabalho tem mais força de trabalho empregado, portando maior valor agregado, ao ir para o mercado capitalista vender seu produto, o preço médio de mercado é igual para os capitalistas e para os camponeses, no entanto, em geral seu preço de custo, seu

valor agregado é maior que o preço de mercado, daí a apropriação do trabalho camponês, da renda da terra pelos capitalistas na comercialização. Os camponeses “se dão por satisfeitos” quando na venda obtêm um preço suficiente para custear os insumos e os investimentos, que muitas vezes nem isso é remunerado, a saída é o crédito, o endividamento, que é mais uma forma de explorar, pois há um direcionamento do Estado ao acessar os créditos para as monoculturas, para consumir, custear insumos, maquinários das empresas capitalistas, ficando na dependência do banco que está sob controle capitalista.

Esses dois modelos de agricultura são antagonicos, o avanço de um se dá sob o retrocesso do outro, para o Agronegócio avançar é necessário destruir as comunidades camponesas (ou reduzi-las e subordiná-las), da mesma forma a recriação e reprodução do Campesinato de forma soberana, autônoma pressupõe a tomada do território e da renda da terra acumulada pelos capitalistas a base da exploração. Portanto, não existe interesses complementares, são classes antagonicas, são projeto estratégicos distintos, em disputa.

Ao passo que, embora os Camponeses a partir de suas resistências tiveram muitos avanços, mas hegemonicamente as ideias e ações dominantes tiveram e têm prioridade com esse modelo colonialista-capitalista desenvolvido no país, como disse Marx: *“as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”* (MARX & ENGELS, 2009). Assim, ao longo da nossa história muitas estratégias e mecanismos de exploração e dominação foram utilizadas a partir do controle da renda da terra dos Camponeses pelos capitalistas, destacando algumas: a **Expulsão**: os Camponeses são expulsos do território pelos paramilitares (jagunços), pelo gado do fazendeiro, pelas monoculturas em geral, pelo impedimento de acesso à água, estrada, etc. a vida no local é inviabilizada e a mão armada, se necessário, está ali para garantir a saída dos camponeses. Este tipo de situação é predominante em regiões de fronteira agrícola, mas acontece em todo o Brasil. **Compra Forçada**: os camponeses são coagidos, pressionados, cercados e forçados a venderem a suas propriedades, também se oferece quantias “altas” pela terra incentivando os camponeses a venderem, por exemplo em regiões de agro turismo, etc. **Impedimento de compra**: pelo preço da terra os camponeses estão impedidos de comprarem terras para os filhos. **Inviabilização da produção**: acesso

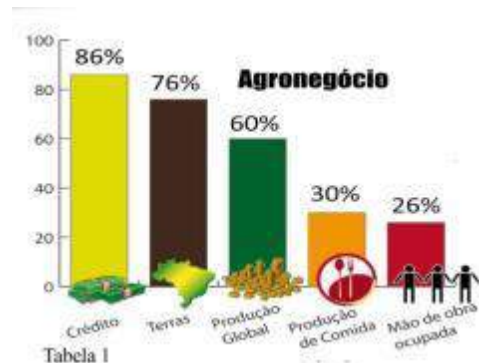
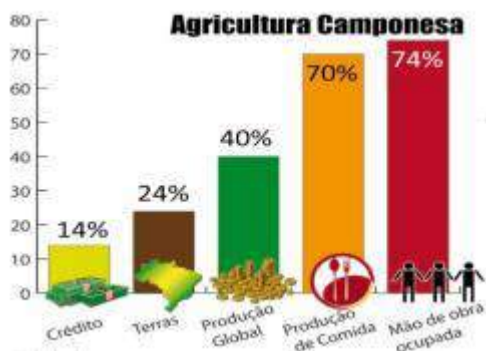
restrito ao crédito, comercialização, estradas, serviços públicos, comunicação, legalização da terra (alto custo), vigilância sanitária, acesso à tecnologias apropriadas, etc. esse é dos principais problemas atualmente. **Estrangulamento da renda:** forte propaganda para a adoção de pacotes tecnológicos que elevam o custo, especializa a produção e tem sua circulação controlada por empresas - redes de supermercados através do Ceasa, que pouco a pouco vão reduzindo a margem de renda da família camponesa. **Quebra da autonomia:** pela propaganda ideológica e pela legislação sanitária bloqueiam a diversidade da produção camponesa, levando as famílias à especialização, dependência do mercado (adoção de padrão de consumo urbano), desmontando a infraestrutura produtiva das unidades camponesas de produção e as relações comunitárias, muitos produtos historicamente feitos artesanalmente hoje as famílias tem dificuldades de comercializar – queijo, linguiça, pão, brodt, polpa de frutas, galinha caipira, etc. **Subordinação – subalternação:** na falta de qualquer outra possibilidade, as famílias se veem obrigadas à aderirem contratos de integração com a indústria (fumo, frango, porco, leite, café, eucalipto, fruticultura, etc.), onde as famílias passam a ser funcionárias precarizadas da indústria sem qualquer nível de autonomia. **Políticas compensatórias:** políticas de garantia de renda mínima, alimentação básica, moradia básica, saúde básica, apoio a migração, filantropia, e outros para controlar a pressão social.

Daí a importância de a reação camponesa sair da perspectiva individual que leva a subordinação ao capital ou ao fechamento em sua unidade de produção, e adquirir caráter político, sendo guiado por um projeto político da classe camponesa, da classe trabalhadora, (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2013).

À medida que o Capitalismo avançou e mudou sua atuação numa estratégia monopolizada, e o Estado passa a cumprir funções diretas e indiretas, funções políticas e econômicas para garantir que o capitalista continue acumulando, vemos na atualidade uma atuação decisiva a favor do Agronegócio brasileiro pelo Estado.

Alguns exemplos e dados abaixo nos mostram como na prática isso se dá.

Esses dois gráficos abaixo são resultado dos dados do Censo Agropecuário de 2006, e organizado pelo MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, mostrando como na terra, nos créditos o Agronegócio é favorecido, enquanto que a Agricultura Camponesa mesmo com menos terra, menos crédito, emprega mais pessoas, produz a maior parte dos alimentos.



Fonte: Dados do IBGEE 2006, organizado pelo MPA, 2012.

Basta olhar os dados e comparar onde o Agronegócio detém 76% das terras, emprega 26% da mão-de-obra, acessa 86% dos créditos, produzem apenas 30% da produção de “comida” e 60% da produção global – o principal deles é commodity para exportar, enquanto que a Agricultura Camponesa-familiar detém 24% das terras, acessa 14% do crédito, produz 40% da produção global, emprega 74% da mão-de-obra, e produz 70% da comida, dos alimentos (IBGE, 2006).

Portanto, a Agricultura Camponesa cumpre um papel decisivo na produção de alimentos para o mercado interno, dos alimentos ela domina a produção de mandioca (87%), feijão fradinho (83%), feijão preto (77%), leite de cabra (67%), suínos (59%), leite de vaca (58%), café conilon (55%), feijão de cor (54%) e aves (50%) e participa com relevância da produção de milho (46%), café arábica e arroz (34%) e bovinos (30%). (Camara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, 2011). Os dados ainda mostram que em relação a mão-de-obra, ao trabalho, para cada 100 há de terras, a Agricultura Camponesa/familiar gera emprego/trabalho para 15,3 pessoas, enquanto que o Agronegócio para cada 100 há geram apenas para 1,7 pessoas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009).

Assim o Agronegócio produz numa forma de reprodução ampliada para ampliar seus capitais e os Camponeses produzem alimentos numa forma de reprodução simples para garantir a vida.

Associado a isso, vemos nos últimos anos cada dia menos recursos para os Camponeses e para a Classe Trabalhadora em geral. Se analisarmos a previsão do Orçamento Geral da União 2014, vemos que a união previu destinar 42,42% para juros e amortizações da dívida, nos anos anteriores o previsto e executado não foi

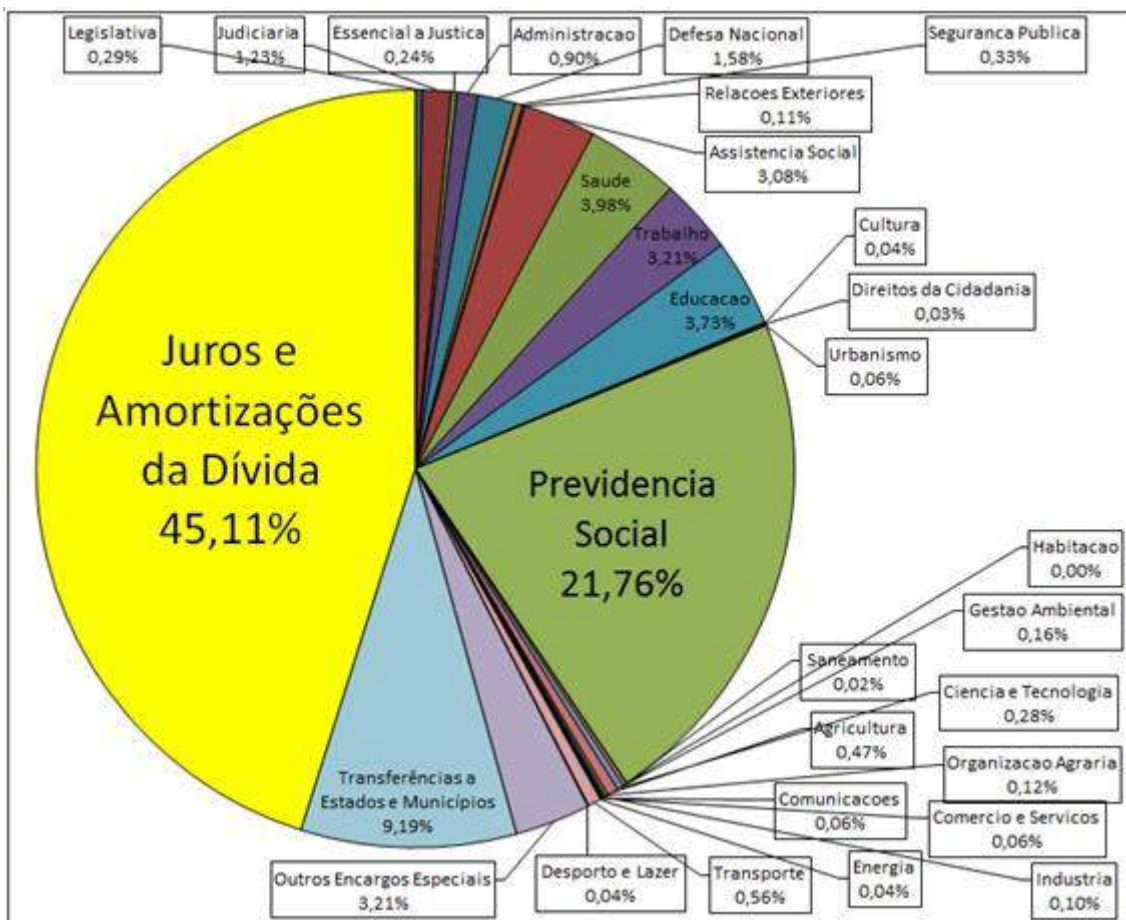
diferente, por exemplo “em 2012 a união gastou em serviços da dívida (juros, amortizações e taxas) 43,98% do orçamento federal, enquanto que toda a despesa com assistência social incluindo o Bolsa Família foi de 3,15% do orçamento, para a saúde foi 4,17% e para a educação foi 3,34% ou seja recursos que deveriam ser retornados aos trabalhadores em bens e serviços públicos, foram destinado em 43% para os poucos credores da dívida pública Brasileira. Segundo Fatorelli (2013), a dívida brasileira alcançou em 2013 os 3,6 trilhões de reais, ou seja, 82% do PIB. Os juros brasileiros são os mais altos do mundo, o que onera infinitamente o endividamento, onde apenas cinco mil famílias (aproximadamente) controlam 45% das riquezas, (KRAUSER, 2014).

Abaixo gráfico da previsão do Orçamento Geral da União para 2014.



Fonte: Análise de Conjuntura. KRAUSER, 2014.

Execução Orçamentária 2014:



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida -

<http://www.auditoriacidada.org.br/epordireitosauditoriadividajaconfiragraficocodoorcamentode2012/>

Comparando o previsto com o executado, vemos que foi ainda maior a destinação dos recursos para a dívida pública e menor para os investimentos na sociedade, na população.

Se analisarmos o Plano Safra vemos novamente uma disparidade dos recursos disponibilizados, assim como a renegociação da dívida do Agronegócio e ainda mesmo no caso dos recursos disponíveis para Agricultura Camponesa-familiar, (recursos infinitamente menor que para o Agronegócio) por exemplo para o Pronaf que hoje é a Política mais massiva na pequena agricultura, vemos que ela induziu ao padrão do pacote químico “modernizador”, dependente, vinculando os Camponeses as cadeias produtivas de monoculturas, reduzindo a produção de alimentos diversificados, basta ver que,

“...De 1990 para 2011, as áreas plantadas com alimentos básicos como o arroz, feijão, mandioca e trigo declinaram, respectivamente, 31%, 26%, 11% e 35%. De 2003 a 2012, mesmo considerando o aumento exponencial no volume de recursos ofertados pelo Pronaf, no período, o número de operações de custeio de arroz com agricultores familiares declinou de 34.405 para 7.790 (-77.4%). No caso do feijão, o número de contratos de custeio pelo Pronaf reduziu de 57.042 para 10.869 (-81%). Os contratos para o custeio da mandioca caíram de 65.396 para 20.371 (-69%), e para o custeio de milho declinaram de 301.741 para 170.404 (-44%)...Já as áreas de produtos do agronegócio exportador, como cana e soja, aumentaram 122% e 107% (TEIXEIRA G. , 2013).

Isso contribuiu decisivamente para a inflação, o aumento dos alimentos.

Ao mesmo tempo vemos uma bancada ruralista no Congresso Nacional aprovando leis e mais leis a seu favor como, a terceirização, precarizando ainda mais o trabalho, código florestal com emendas que favorecem o desmatamento, sementes e plantas transgênicas sendo liberadas (por último o eucalipto transgênico), liberação de venenos proibidos em outros países, privatizações da saúde, educação, reforma da previdência que afeta diretamente os trabalhadores, por exemplo a condição do segurado especial, compra e venda da força de trabalho ilimitada assim como da propriedade da terra, mercado livre, autorregulado para se instalar em qualquer lugar e com todas as condições de matéria-prima, força de trabalho, de infraestrutura (portos, aeroportos, estradas, hidrovias, ferrovias, etc.), uma legislação sanitária que é uma barreira de mercado para a Agricultura Camponesa. Conseqüentemente para os trabalhadores vemos o ajuste fiscal se intensificando cada dia mais, jovens saindo do campo, postos de saúde e hospitais lotados com uma infinidade de doenças entre elas a epidemia do câncer, alto nível de stress e depressão numa população que o tempo é seu maior inimigo, pobreza relativa aumentando em função da concentração, endividamento, as famílias camponesas buscando outras formas de complemento na sua renda, violência-número de carcerários aumentou muito nos últimos tempos, drogas, e o monopólio total dos meios de comunicação, principalmente da Globo e seus instrumentos.

Em suma, enquanto o modelo de sociedade se manter capitalista, conseqüentemente o Estado será capitalista, continuará roubando a renda da nossa terra, explorando os trabalhadores, continuarão acumulando de forma privada a produção social e o Estado de forma legitimada socialmente, continuará com sua função de garantia dos lucros da sua classe dominante.

Vale ressaltar que, a depender dos governantes, de forma conjuntural, a Classe Trabalhadora pode ganhar um pouco mais ou um pouco menos, nesse sentido é necessário reconhecer que nos últimos anos os trabalhadores tiveram alguns pequenos ganhos nas Políticas Sociais, nas Políticas Públicas como: bolsa família, acesso de alguns jovens na Universidade, no caso do campo o Programa de garantia de preço mínimo, PAA-Programa de Aquisição de Alimentos, PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar, Luz para Todos, acesso a alguns bens como carro, moto, no entanto, todos esses ganhos, todas essas políticas não são estruturantes, são compensatórias, ou seja, há uma diminuição da pobreza absoluta e aumento da pobreza relativa, isso não estrutura e nem dá estabilidade aos Camponeses e a nenhum trabalhador, além do mais, o Estado capitalista ressignifica as pautas, as demandas dos trabalhadores, tornando elas na maioria, a serviço do próprio capital, a serviço do consumo de suas mercadorias.

II - COMO SE DÁ ESSE PROCESSO EM SÃO GABRIEL DA PALHA

2.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO (ESTRUTURA FUNDIÁRIA, PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PERFIL SOCIOECONÔMICO)

2.1.1 Demografia

Município está localizado na região norte do estado do Espírito Santo, fica à aproximadamente 200 km da capital Vitória. As primeiras famílias chegaram ao município na década de 1940, vinham de outras regiões do estado, em sua grande maioria eram famílias camponesas de origem Italiana, Pomerana e Polonesa, cujos antecedentes vieram para o Brasil na segunda metade do século XIX, e as famílias foram migrando da região central do estado para o interior com o objetivo de conseguirem propriedades maiores que dessem sustentação às suas famílias.

Um município de grande vocação rural e de desenvolvimento alto, onde o IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,709, ficando em 1638º no País¹². A expectativa de vida está na faixa dos 75,08 anos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015).

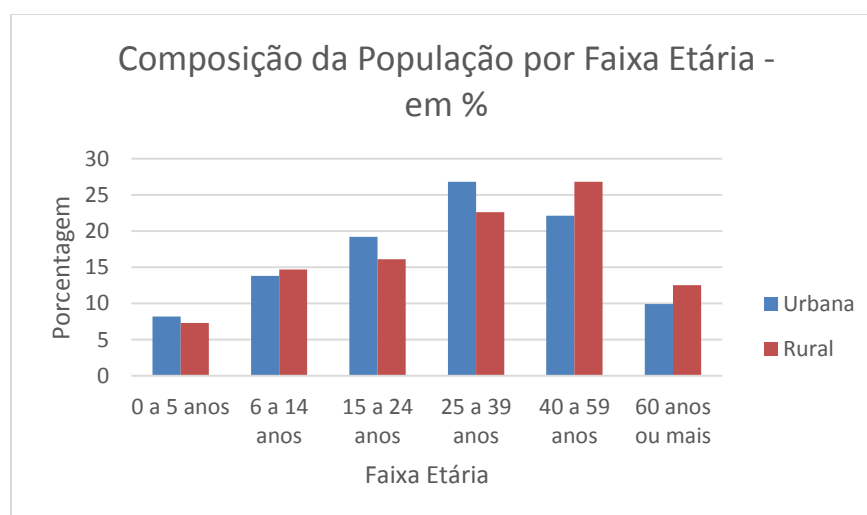
O município tem registrado um crescimento médio anual maior que o crescimento do estado e do país entre 2000 e 2010. Isso possibilitou passar nesse período a população de 26.586 para 31.859 habitantes. Veja gráfico abaixo.

¹² O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda, mas vai além, adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM- Longevidade, IDHM-Educação e IDHM-Renda conta um pouco da história dos municípios, estados e regiões, etc. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-gabriel-da-palha_es.



Fonte: (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2015).

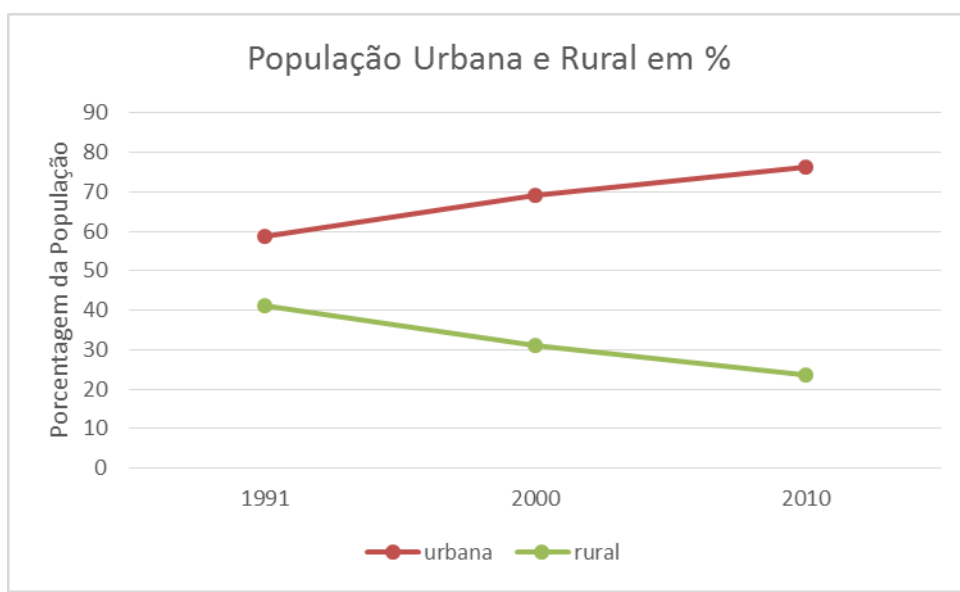
Nesse mesmo período essa estrutura demográfica apresentou uma mudança na população, houve uma ampliação da população idosa em termos anuais que cresceu em média 3,7% ao ano, em 2010 os idosos já representavam 10,5% da população, ao passo que em 2000 era de 8,8%, ou seja, há um processo de envelhecimento no campo, as pessoas em idade e condições de trabalho pleno, entre os 15 e 39 anos estão a maioria na cidade. Nesse mesmo período houve uma breve diminuição das crianças e adolescentes, conforme gráfico:



Fonte: Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo - Indicadores Sociais Municipais. Elaboração da Autora.

Isso mostra que a realidade do município segue a lógica nacional, as consequências da industrialização e da modernização conservadora que prima

primeiramente pelos lucros capitalistas trouxe um esvaziamento do campo, principalmente da juventude, ou seja, no município muitos foram para outros lugares trabalharem nos polos de mineração, nas grandes obras, na indústria, muitos ficaram no próprio município nas fábricas de roupas, entre outros. De maneira geral, entre os anos de 1991 e 2010, houve uma diminuição da população do campo e um aumento da população urbana, vejamos no gráfico.

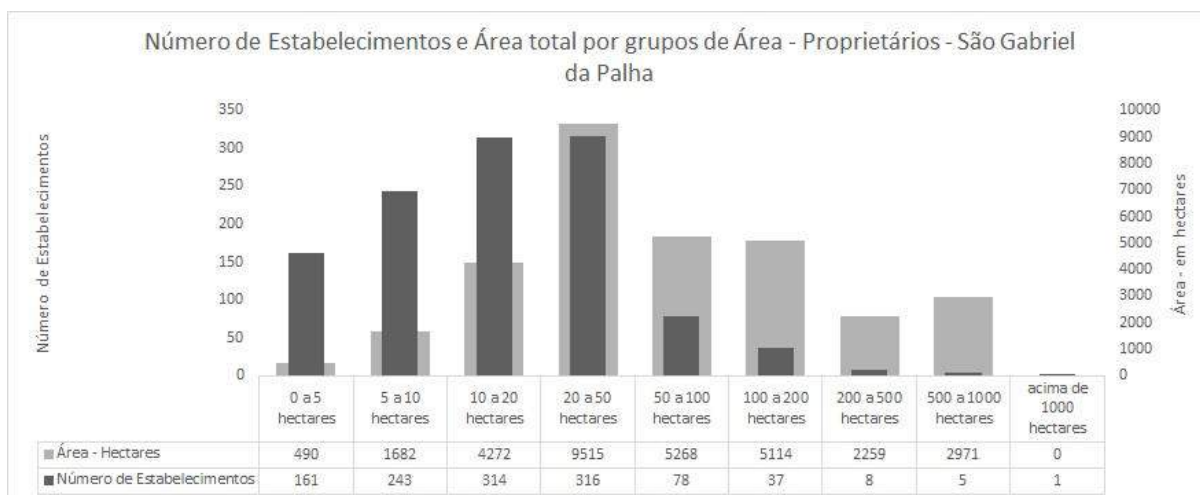


Fonte: Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-gabriel-da-palha_es, Elaboração da autora.

Portanto, isso remete a uma questão muito séria que é o futuro do Campesinato, uma vez a que população mais jovem está saindo do campo e os mais velhos ficando, essa situação nos coloca diante de uma condição muito complexa que é sua continuidade, a massificação no campo.

2.1.2 Estrutura Fundiária e Produção Agrícola

Como podemos ver no gráfico abaixo, a estrutura fundiária é altamente concentrada, o maior número de estabelecimento está com quem tem as menores áreas e a maior área é para quem tem poucos estabelecimentos, ou seja, há uma grande quantidade das terras nas mãos de poucos fazendeiros, enquanto que a maioria das famílias camponesas tem áreas de até 20 há.



Fonte: Censo Agropecuário 2006, disponível em:

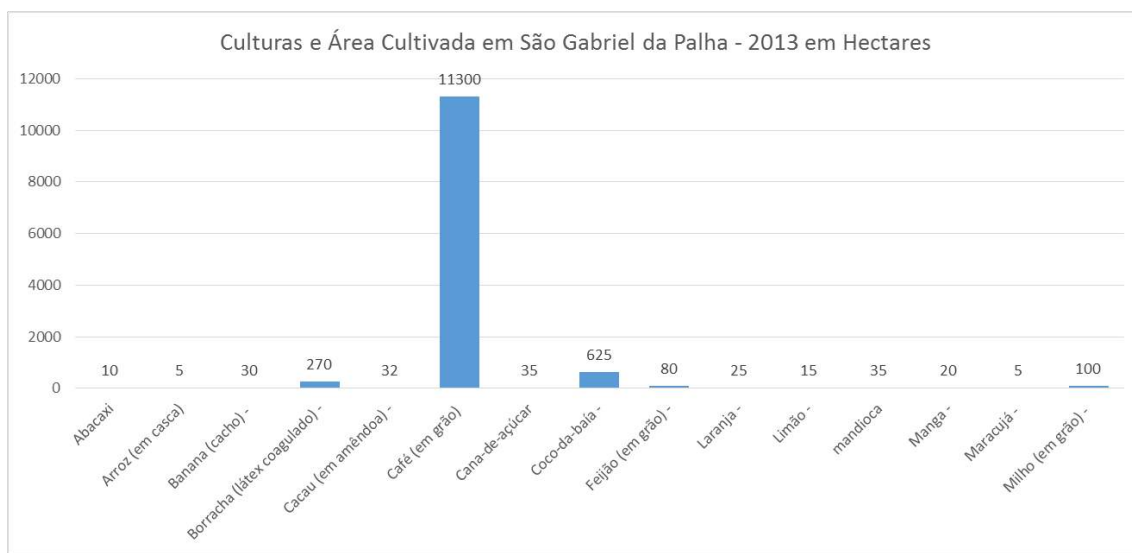
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=11&i=P&c=1244>

Elaboração da autora.

Essa concentração não destoa da realidade nacional em que a terra como um dos meios de produção mais importante está em sua maior parte a serviço do capital. Como vimos a partir do gráfico disposto no primeiro capítulo, os grandes proprietários ficam com a maior parte das terras, assim como vimos a partir da análise de Marx que eles apropriam da renda da terra de diversas formas, e essa renda é diferencial, ela tem a ver com a localização mais favorável, tem a ver com a fertilidade natural da terra que sendo feita correção a partir das técnicas aumenta a fertilidade, a produtividade, entre outros. Olhando e ligando essa análise ao município, é visível que os maiores proprietários estão geralmente mais próximos das rodovias, está sob seu domínio os maiores rios do município, ou seja, a água está em sua maior parte para a acumulação dos capitais, estão também nas terras mais planas, com maior facilidade de aração.

Em relação a produção, embora na prática há uma diversidade de produtos no campo gabrilense, mas como podemos ver abaixo os dados da produção no município em hectares, há uma vasta extensão de café, uma monocultura predominante na região. Isso a partir dos anos 70, com a entrada da modernização conservadora na região, substituindo a maior parte da produção diversificada por café conilon como uma estratégia de ampliação da lavoura cafeeira de boa “produtividade”, com uma variedade já melhorada geneticamente, altamente dependente do pacote químico (adubos, venenos), e que pelos melhoramentos genéticos se tornou altamente

suscetível a seca, portanto precisa ser irrigada constantemente, usando uma grande quantidade de água. Importante ressaltar que, essa região já foi a maior produtora de arroz do Brasil na década de 70.



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. – Elaboração da Autora.

Portanto, do ponto de vista da reprodução da vida, no sentido da produção de alimentos, ainda tem muita diversidade, mas com finalidade principal de geração de renda, o café é a principal atividade, obviamente, seguindo a estratégia geral da modernização conservadora, da revolução verde, introduzindo um modelo na agricultura, atualmente o Agronegócio, que a produção é em escala, é padronizada, para exportação prioritariamente, os camponeses deixam de ser camponeses e passam a ser agricultores familiares-modernos, ou seja, especializados, tecnologia de ponta, etc. Interessante colocar também que há um argumento muito utilizado de que as outras culturas em grandes quantidades não produzem em São Gabriel porque não tem um clima adequado para serem produzidas, o que é uma falácia, um dos mecanismos do modo de produção hegemonicamente dominante, do Agronegócio, para ir desconstruindo a cultura, os costumes do povo e ir introduzindo e readequando o seu modo de produção em função dos seus lucros.

A padronização como vimos anteriormente, faz parte da estratégia de acumulação capitalista, eles precisam criar um padrão de alimentação para garantir a venda dos seus produtos. Essa falácia de não ter “vocação” para produzir alguns produtos, na prática no município tem sido comprovada contraditória por várias

experiências em curso de resistência dos camponeses, de manutenção e preservação da diversificação dos produtos e com uma produtividade muito boa, alta. Uma das experiências mais comprovadas de que os camponeses produzem muitos alimentos na região e que a região tem sim todas as condições de clima, fertilidade, entre outros elementos para produzir é a experiência de produção do MPA-Movimento dos Pequenos Agricultores com sua participação nas feiras, venda direta aos consumidores, no PNAE-Programa nacional de Alimentação Escolar, com o PAA-Programa de Aquisição de Alimentos no município, etc.

Não destoando da realidade nacional dos controles, dos monopólios dos alimentos, no estado do Espírito Santo, entre as principais redes responsáveis pelo abastecimento urbano dos alimentos estão quatro grandes redes de supermercados, de distribuição, sendo a Central de compras, Rede Show, Rede Multimarket e Rede Smar, atualmente estes grupos congregam diversas unidades, lojas “espalhadas” por todo o Estado (LUCCI, 2013), onde a maioria dos seus produtos vem do Ceasa, não compram produção dos agricultores locais. No caso de São Gabriel da Palha, os grandes supermercados que existem na cidade (quatro, um é da rede central de compras, o Cricaré), eles não compram a produção dos camponeses, salvo raríssimas exceções, compram via Ceasa ou de fora. Os atravessadores quando compram a produção camponesa é explorando, apropriando ao máximo a sua renda via o preço, por exemplo, a banana nanica na região atualmente está a 0,40 centavos o kg, o coco verde chegou a 0,20 centavos a unidade, entre outros, mas, ao chegar esse produto nas cidades maiores do ES, na capital e em Salvador, Rio de Janeiro e Belo Horizonte que é para onde são destinadas, esse preço é infinitamente maior para os consumidores comparem. Daí a importância de termos outras alternativas de comercialização.

Assim, mesmo sem muito incentivo, quase sem crédito destinado para essa finalidade, há muitas famílias produzindo num processo de transição para agroecologia, seja pelo modo de vida camponês em que alguns aspectos se mantêm, seja como fruto do trabalho do Movimento dos Pequenos Agricultores, da Escola Família Agrícola, algumas lideranças religiosas, professores, etc. que tem feito um trabalho de fortalecimento político, econômico, cultural e social dos camponeses, tornando mais visível a preservação de algumas culturas alimentares das famílias camponesas pomeranas e italianas na região, principalmente. Assim como, tem-se

lutado e articulado outros espaços de comercialização dos produtos que não seja as formas de circulação estritamente capitalista.

As alternativas que os Camponeses têm em curso, embora muito importante, mas muito “tímidas” ainda se olharmos do ponto de vista de garantir o abastecimento alimentar da população, de ter uma autonomia, mesmo que relativa diante do capital, no entanto são alternativas construídas com muita luta, esforço, na tentativa de venda dos seus produtos tentando diminuir a exploração existente sob seu trabalho, sob sua produção, ou seja, sobre a renda da terra. São elas: **Feira** – a feira de vendas de alimentos oriundos dos camponeses tem sido um espaço de venda direta dos produtos, faz a relação direta entre quem produz e quem consome, é eliminado nessa forma de comercialização no ato da venda o atravessador que intermedia a produção, que é quem fica com boa parte da renda dos camponeses na venda no mercado capitalista. No município, a feira acontece nas quintas feiras a tarde, há uma grande variedade de alimentos, no entanto, pela localização das propriedades camponesas, estando longe da cidade tem dificultado a vinda de mais famílias trazer seus produtos assim como a falta de transporte. No espaço não tem nenhuma estrutura, sem água para os camponeses e os consumidores beber, sem banheiro, é um lugar a céu aberto, apenas uma parte dos feirantes tem umas barraquinhas num estado bastante deteriorado, agrava-se a situação com a pouca informação em geral da população, da importância dos nutrientes, da importância dos alimentos frescos e saudáveis serem consumidos. **PAA**-Programa de Aquisição de Alimentos, foi criado em 2003, onde é destinado recurso federal, operacionalizado através da CONAB para compra direta com doação para as populações em situação de “insegurança” alimentar (creches, asilos, famílias carentes, hospitais, etc.). É comprado os alimentos dos camponeses e doados para essas pessoas, o PAA de São Gabriel da Palha operacionalizado através da APAGEES-Associação dos Pequenos Agricultores do estado do Espírito Santo, é uma associação ligado ao MPA, operacionalizou em 2013/14 muitos alimentos, foram 519.418 kg de diversos tipos de alimentos produzidos por 121 famílias camponesas, beneficiando 10.000 pessoas ligadas a 19 entidades (escolas, associações, asilo, creche, hospital, etc.), num valor total da produção de R\$ 651.409,56. O PAA 2015 está para ser executado para beneficiar 11.000 pessoas ligadas a 17 entidades, com uma produção de 587.314 kg de alimentos de 106 famílias

camponesas, num valor total de R\$ 832.138,59¹³. **PNAE**: Programa Nacional de Alimentação Escolar, a partir de 2009 foi aprovado que 30% da compra de alimentos que são destinados para a merenda escolar tem que vir da Agricultura Camponesa-familiar. No município tem uma experiência bem pequena em curso numa parceria entre prefeitura e MPA através da APAGEES, atingindo 20 famílias produtoras (não por falta de famílias que produzem, mas pela burocracia que existe para acessar e o limite de recursos). A análise das escolas, professores é de que há uma diferenciação, há uma melhoria muito grande dos alimentos entregues pelos camponeses em relação aos alimentos vindo das indústrias através de licitação. **Mercado Popular de Alimentos**: É um espaço de abrangência regional, onde os camponeses e camponesas levam a sua produção para ser comercializada. Atualmente tem 261 famílias cadastradas do município. Além desses, a **venda direta** (de casa em casa) aos consumidores também se mostra uma alternativa de comercialização para os Camponeses e Camponesas.

Importante ressaltar que todos esses espaços acima descritos para os alimentos serem comercializados, tem que estar de acordo com a legislação sanitária vigente. Isso se mostra um empecilho para os camponeses, dado que a produção artesanal tem suas particularidades da produção industrial, por exemplo, o Mercado Popular de Alimentos foi “proibido” de vender polpa de fruta natural, leite em litros reutilizáveis, cachaça artesanal que faz parte da cultura camponesa, queijo, etc, assim como nas feiras os frangos caipiras, os queijos, linguiças em muitos lugares já são proibidos de forma artesanal, mas, ao mesmo tempo, no mercado capitalista é “naturalmente” vendido os pacotes de suco que contém 1% de polpa, frango de granja, bebidas em geral, que pela legislação estão todos registrados, estão de acordo com a lei e “não oferece riscos à saúde humana”. Portanto, vemos claramente uma barreira de mercado para os produtos camponeses, o que está em discussão na legislação não é a vida, e sim, as grandes redes de supermercado, as marcas, os monopólios venderem seus produtos de forma padronizada e continuarem ampliando seus lucros. Para além dessas alternativas, mesmo com seus limites, que de forma massiva não dão conta do Abastecimento geral da população olhando para os grandes centros

¹³ Essas informações são da Secretaria Municipal do MPA-São Gabriel da Palha.

urbanos onde está a maioria esmagadora de pessoas, é necessária uma estratégia de Estado de abastecimento para distribuir os alimentos, dado que a CEASA¹⁴ na atualidade não cumpre esse papel, ela está muito mais a serviço dos interesses e do controle das redes de supermercado do que de atender as necessidades da população.

2.1.2.1 Política de Crédito Agrícola

A linha de crédito “massivamente” acessada pelos pequenos e médios proprietários no país é o PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Em 2012 no estado do Espírito Santo foram 35.438 contratos de custeio num valor de R\$ 811.599.403,78. Desses, para café foram: 30.752 contratos num valor de 707.500.000,00. O café representa 87,17% do valor e 86,77% dos contratos. Em São Gabriel da Palha no ano de 2014 foram 1.138 contratos de custeio agrícola, 1.129 para o custeio de café (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

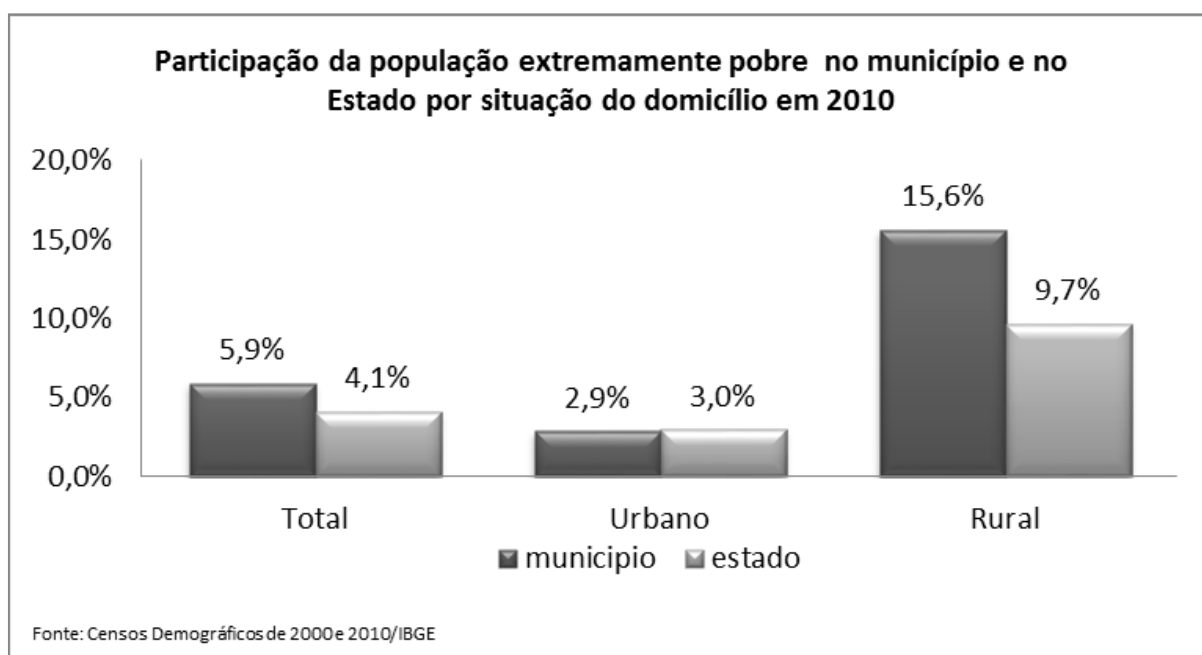
Por esses dados acima, vemos claramente que a Política de créditos no país está intimamente atrelada ao modelo de desenvolvimento, ao modo de produção capitalista. O Agronegócio como vimos anteriormente é a prioridade desse modelo de desenvolvimento e o Estado através dos seus instrumentos tem ação direta na garantia desses interesses. Se olharmos todo o processo de modernização conservadora, os mecanismos de implantação, nota-se que os créditos são destinados em sua maioria para a produção de monoculturas. Nesse caso em questão, tivemos no município em 2014, dos 1.138 contratos de custeio agrícola, apenas nove (09) foram para outras culturas, para outros produtos, 1.129 foi para custeio de café. Ou seja, é os recursos públicos a serviço de produzir alguns produtos para exportação (no caso do café a maioria é exportado, O ES é um dos maiores produtores e exportadores de café do país), em detrimento disso, a produção de alimentos com finalidade de reprodução da vida não é prioridade. Quando se fala em

¹⁴ CEASA são Centrais de Abastecimento, criadas e implantadas nas décadas de 1960 e 1970 nos principais centros urbanos do país, com o intuito de resolver a problemática da distribuição dos alimentos via mercado. São empresas estatais ou de capital misto (público e privado). Atualmente, grande parte das frutas, legumes e flores que são comercializadas nos supermercados, feiras e sacolões são comprados através das Ceasas. No processo de comercialização, há três agentes principais: os produtores, os comerciantes e os compradores (AGRIC, 2015).

uma monocultura, está junto com ela na implantação todo o pacote tecnológico, de insumos- venenos e fertilizantes, etc.

2.1.3 Perfil Social

Em relação a pobreza no município, 5,9% da população total está no nível da extrema pobreza. No campo, a extrema pobreza atinge 15,6% dos moradores da área rural, enquanto que na cidade representa 2,9% da população urbana.



Fonte: boletim ministério do desenvolvimento social e combate a fome – MDS, 2015. Panorama Municipal, disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>.

Como podemos ver no gráfico acima, relativamente, na agricultura tem um maior número de população extremamente pobre. Isso se atribui a vários fatores como, os indicadores de medição da pobreza que tem por base o consumo, descaso com a agricultura, concentração das terras entre médios e grandes no campo, expropriação da renda da terra dos camponeses seja na comercialização, seja na produção, etc. Isso se dá pela atuação do Agronegócio no campo, pela chegada da modernização que concentrou, expulsou, e os que ficaram, muitos estão expropriados, a sua renda.

Importante ressaltar que é diferente a situação de pobreza no campo e na cidade, pois, uma família camponesa mesmo que na linha da pobreza aparece em

função dos indicadores (acesso aos bens de consumo) e de fato são empobrecidas, mas na prática ela tem possibilidade de ter alimentos, ter frutas, ter acesso aos bens naturais, entre outros, ao passo que uma família na cidade não tem essas possibilidades.

Em termos de Educação/escolarização, há um grande número de escolas na cidade e algumas ainda no campo, (tem um processo de polarização, de fechamento das escolas do campo e trazendo as crianças para estudar nas escolas da cidade), o município conta com uma escola família agrícola e um centro de educação rural, não possui nenhuma universidade, embora muitos jovens estudam nas redondezas (Colatina, Nova Venécia, São Mateus, Vitória) em universidades públicas e privadas, mesmo assim, temos no município 13,5% da população com mais de 25 anos com ensino fundamental incompleto ou analfabeto, 42,02% da população com 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo está em ocupação informal (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015).

Ainda no perfil social da população, o município tinha 4.944 famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2014. Dessas, o Programa Bolsa Família (PBF) beneficiou 1.017 (dados de março de 2015), representando uma cobertura de 51,8% da estimativa das famílias pobres e extremamente pobres¹⁵ do município. O valor médio mensal que as famílias recebem são de R\$ 132,03. O valor transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou 134.277,00/mês em março de 2015. Os mecanismos de definição do índice de pobreza consideram como extremamente pobre aquelas famílias que sobrevivem com menos de 70,00 mensais per capita, acompanhando a linha do Banco mundial que define 1,25 dólar dia¹⁶.

¹⁵ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único.

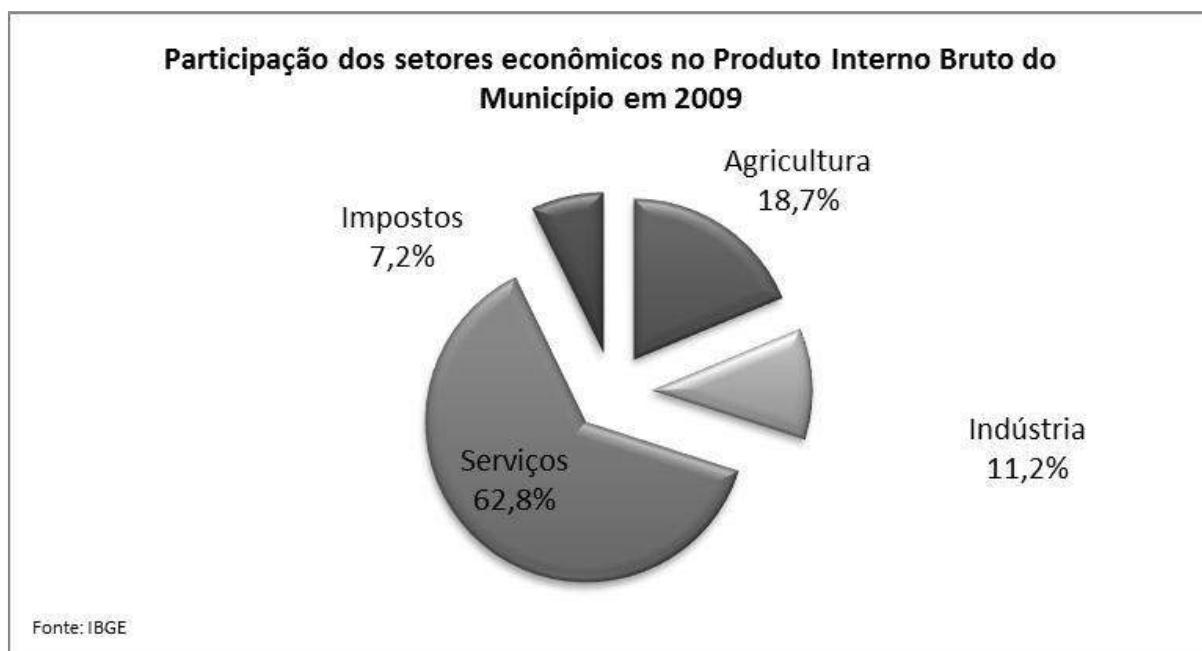
¹⁶ Para o critério de extrema pobreza: “A Sagi, o Ipea e outras instituições e pesquisadores adotam, enquanto linha de extrema pobreza, o valor referencial de R\$ 70 per capita em junho de 2013, início do Plano Brasil sem Miséria, atualizando-o para fins comparativos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ao longo dos anos. Tal referência de linha guarda relação com a linha internacional do Banco Mundial de 1,25 dólar/dia, assim como situa-se próxima (na realidade, um pouco acima) das linhas usadas pelo IETS no Nordeste e Norte rural, onde se concentra mais da metade da população em situação de extrema pobreza no país. Ademais, tal parâmetro – R\$ 70 – era o critério utilizado para diferenciar os valores de benefícios básicos e variáveis que compõem o benefício final do Programa Bolsa Família”.

Fonte:
DIMENSIONAMENTO DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL: APRIMORAMENTOS METODOLÓGICOS E NOVAS ESTIMATIVAS - Paulo de Martino Jannuzzi, Marconi Fernandes de Sousa, Alexander Cambraia Nascimento Vaz, Julio Cesar Gomes Fonseca e Marcia Valéria Sousa

Os dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram ainda que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios, não como mecanismo de melhoria de vida, distribuição de renda, mais como mecanismo de consumo.

2.1.4 Aspectos Econômicos

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços (segundo a lógica nacional atual), o qual responde por 62,8% do PIB municipal, seguido da agricultura por 18,7%. Vejamos os dados abaixo:



Fonte: (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2015) Boletim ministério do desenvolvimento social e combate a fome – MDS, Panorama Municipal, disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>.

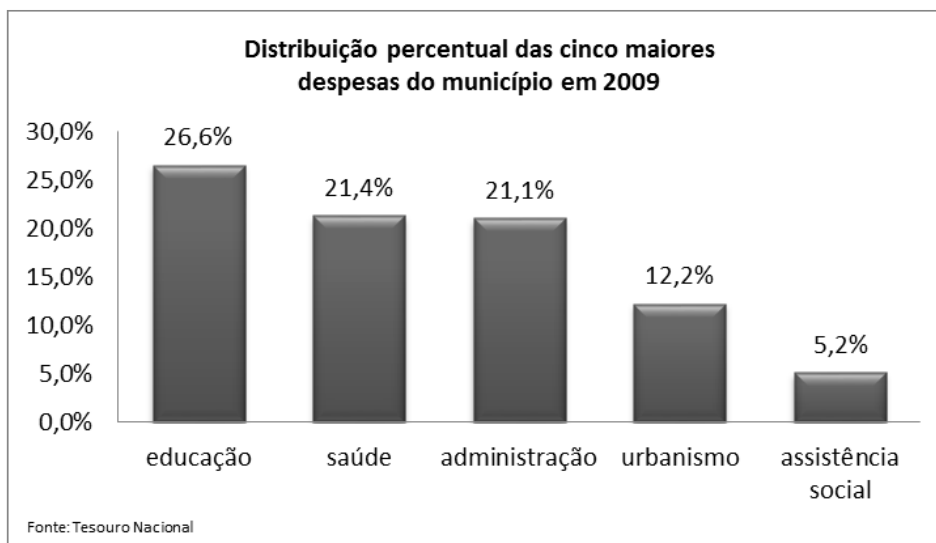
É um município que tem a agricultura, com uma significação muito grande na economia, pois ela representa 18,7% do produto interno bruto municipal. Da produção agrícola, a maior parte vem das pequenas e médias propriedades, dando destaque principal para a produção de café conilon, como vimos anteriormente. O município foi

por muito tempo o maior produtor de café nacional, está sediado nele a COOABRIEL-Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha, maior cooperativa de café conilon do Brasil, com mais de cinquenta anos de atuação, atuando no Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais.

Outro importante setor, o que mais tem trabalhadores formais, é o setor de transformação dentro da Indústria, pois o município é um polo de fábricas de roupas para o Estado e para outros grandes centros – SP, RJ, BH, entre outros. Seguindo a lógica do capital de criar mecanismos de ampliar seus capitais cada vez mais, os tecidos para as fábricas de roupas vêm em sua maioria do estado de São Paulo, em São Gabriel é costurado e retorna as peças de roupas prontas para outros centros urbanos, incluindo a cidade São Paulo. Isso faz com que muitos jovens camponeses atualmente saiam do campo e vem trabalhar nas fábricas na cidade. Contraditoriamente, muitas roupas, calças jeans, voltam novamente para São Gabriel da Palha com outras etiquetas, marcas, ou seja, é um processo de circulação de mercadorias “irracional” do ponto de vista da vida, da preservação dos recursos naturais, só justifica isso, um modo de produção social que tem na sua base o lucro acima de qualquer coisa.

Em relação aos investimentos, os setores que mais são investidos os recursos públicos, as maiores despesas no município, responsáveis por 86,44% são a Educação, Saúde, Administração, Urbanismo e Assistência social. Com a assistência social, as despesas foram de 5,19% do orçamento total, esse valor supera à média de todos os municípios do Estado, de 4,09%, (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2015) .

Vejamos o gráfico:



Fonte: (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2015)

Ao passo que na aparência, os investimentos são de um volume de recursos bastante grande investido nas áreas acima citadas, no entanto, na essência, a forma, o modelo de desenvolvimento subordina de acordo com seus interesses, por exemplo: a educação na atualidade tem contribuído para muitos jovens sair do campo, em certa medida é uma deseducação, assim como, as políticas, os programas de assistência social tem contribuído para a população não entender a contradição central do capital, a assistencialização tem possibilitado as pessoas não fazer uma análise crítica da realidade.

2.2 SITUAÇÃO DOS CAMPONESES EM SÃO GABRIEL DA PALHA NESSE CONTEXTO

No município, conforme dados anteriormente colocados, não é diferente da realidade nacional em relação ao avanço do capitalismo, dos monopólios, etc. Todo o processo de modernização da agricultura, implantação de um modelo monocultor, produzidos dentro do pacote de venenos, adubos está presente no município. Vale ressaltar que, o município conta com um número muito grande de casas “agropecuárias”, de acordo com o CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas¹⁷ tem 16

¹⁷ A informação do CDL se encontra disponível em: <http://www.cdlsaogabriel.com/pg/4699/beneficios-lista-telefonica-de-associados/>, consultado em 17 de julho de 2015, as 06:00 hs.

casas agropecuárias que vendem “defensivos” agrícolas-fertilizantes, adubos, venenos e outros. Assim como, há um número grande de farmácias e que tem crescido muito, atualmente tem no município 23 farmácias cadastradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Ministério da Saúde¹⁸, sendo que a recomendação da Organização Mundial da Saúde é de uma farmácia para 10 mil habitantes no Brasil, segundo informações noticiadas¹⁹, a média no país é de 3,82 de farmácias a cada 10 mil. Em São Gabriel da Palha temos uma população de 31.859 habitantes (2010), se dividirmos esse total de farmácias pelo total de habitantes chegaremos numa média de uma farmácia para cada 1385 habitantes, 7,22 farmácias para 10 mil habitantes, ou seja, o dobro da média nacional, e sete vezes mais que a recomendação da OMS. Essas informações comprovam o atual estado de saúde da população.

Não destoando do geral, há aqui no município um controle da produção, é uma exploração desde o controle das terras, a imposição de um modelo de agricultura, os recursos que induz a especialização de um produto, basta analisar informações anteriores mostrando que das terras produtivas do município temos 11.300 há de café conilon (produto em que a maioria é para exportação), enquanto que todas as outras culturas somadas juntas (maioria produtos de consumo interno-alimentos) são apenas 1.287 há.

É um processo explorador, subordinador de toda a cadeia produtiva, principalmente na hora de vender, tem que vender à um preço muito baixo, um preço de mercado abaixo do seu valor. No caso dos outros produtos, dos alimentos tem esse controle de venda e até de falta de alternativa de venda, as vezes nem comprador acha para certos produtos para além das alternativas construídas pelos camponeses. No caso do café, a maioria é produzido também pelos pequenos agricultores, e a venda é altamente concentrada pelos compradores na região, mas sempre tem quem compra, além do mais o café é utilizado como uma moeda na região, ele adquiriu uma

¹⁸ Informações retiradas do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Ministério da Saúde, disponível em: http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Ind_Unidade.asp?VEstado=32&VMun=320470&VComp=00&VUni=43 consultado em 17 de julho de 2015, as 05:48 hs.

¹⁹ Veja informações noticiadas no jornal O Povo, disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2014/01/09/noticiasjornaleconomia,3188031/concorren-cia-acirrada-no-mercado-de-farmacias-de-fortaleza.shtml>.

conotação de equivalente geral de trocas, as pessoas fazem muitos negócios com o café. Isso leva a muitos “optarem” e continuarem na monocultura, pois mesmo que seja a um preço baixo, o café tem muito incentivo, recurso, armazenamento destinado para ele, sempre tem comprador, mesmo que a sua renda da terra é apropriada causando na maioria dos camponeses um endividamento constante. Portanto, fazer uma produção diversificada de alimentos é um desafio dentro desse mercado capitalista, fruto desse modo de produção capitalista existente.

2.3 PAPEL DO ESTADO EM SÃO GABRIEL DA PALHA

Conforme já aparece no capítulo I sobre as funções do Estado em geral, com atuação direta na economia e indireta na política, no município ela permanece a mesma, incentivo com recursos, infraestrutura, condições de cada dia mais concentrar as riquezas, as terras, destinação dos recursos não como prioridade para as questões sociais. Basta olhar o volume de recursos destinados para o bolsa família por exemplo num mês, as condições de saúde são precárias, ainda temos analfabetos, a maioria dos pobres estão no campo, maioria dos postos de trabalho informais são dos que tem baixa escolarização, pouco ou quase nada de incentivo para uma produção de alimentos saudável e estrutura para os camponeses comercializarem, não tem uma estratégia e mecanismos de garantir o abastecimento. Indução direta a um modelo produtivo de monocultura, no caso o café, dependente do pacote químico. As secretarias municipais seguem, com algumas raras exceções, toda a orientação ideológica e política do modelo predominante do capitalismo, do agronegócio, enfim, é o Estado mantendo sua função de garantir a reprodução e ampliação dos capitalistas.

Portanto, as Políticas Públicas, não são estruturantes, nem universalizantes, elas são focalizadas, direcionadas de acordo com os interesses dominantes, embora elas atendem a reivindicação dos trabalhadores, no caso, os camponeses, mas ao mesmo tempo é de interesse do capital pois garantem a reprodução da força de trabalho, garantem o consumo de mercadorias, garantem a produção de monoculturas, além do mais são muito burocráticas, elas dependem também dos recursos do orçamento geral que estão vinculados a aprovação do congresso

(atualmente um congresso extremamente conservador), isso torna muito instável a garantia da sua execução, por exemplo no caso das políticas e programas ligados a agricultura, no atual momento tem no município um projeto de PAA operacionalizado pela APAGEES, conforme descrito acima, o projeto foi aprovado no início do ano, entretanto os recursos só chegaram em junho, com isso muita produção acabou estragando por falta de possibilidade de comercialização (como os citrus por exemplo em que o período de colheita é de março a maio), ou seja o problema é que a produção agrícola (frutas, verduras, legumes, etc.) ao chegar no momento da maturação, da colheita, não esperam, perdem os camponeses e a população beneficiária. Outro exemplo é o seguro agrícola que as famílias pagam ao fazer o PRONAF, atualmente foi recorrido em função de uma seca prolongada afetando em torno de 40% da produção na região e os camponeses ainda não conseguiram acessar, a seguradora é privada, a maioria já paga há anos o seguro, mas ao solicitar cobertura é uma burocracia desmedida, isso se conseguir acessar.

Assim, a exploração, a subalternização ao capital é uma realidade nas diversas formas, seja na renda diferencial da terra, nos créditos, etc. E ao mesmo tempo o Estado com suas intervenções de forma assistencializada ao diminuir a pobreza absoluta, mesmo que aumentando a pobreza relativa, causa um anestesiamiento nos trabalhadores, ou seja, “ *o principal triunfo do setor político que se mantém no poder é o controle e o apassivamento da classe trabalhadora*” (IASI, 2012), daí a necessidade de construirmos outras formas de sociabilidade que tenha como base o protagonismo do ser humano enquanto sujeito e não enquanto uma mercadoria.

III AÇÕES E PROPOSTAS DE SUPERAÇÃO DESSE MODELO

Considerando todas as questões levantadas no primeiro capítulo das condições em que se encontram o campesinato brasileiro e na prática como essas questões se materializam em um território, no caso, em São Gabriel da Palha exposto no segundo capítulo, é necessário pensar em ações, em propostas de superação dessas formas de exploração desse modo de vida capitalista, dos principais problemas tragos como consequência, dado que são muitos camponeses e camponesas na atualidade que vem resistindo as mais variadas formas de exploração.

Agricultura Camponesa no Brasil, a partir do conceito de Camponês definido anteriormente, corresponde em cerca de oito milhões de famílias na atualidade (CARVALHO, Campesinato no Século XXI, 2005, p. 181), se considerarmos que as famílias do campo são de quatro pessoas em média, temos uma população de cerca de 32 milhões de pessoas. Além dessas, grande parte das populações que moram nas pequenas vilas e nos municípios do interior, são famílias camponesas, moram no espaço urbano mas vivem da atividade agrícola camponesa e que pela dinâmica do censo agropecuário elas não aparecem na contagem como camponeses, portanto, esse número de 32 milhões pode ser ainda bem maior.

As estimativas dão conta de que em 2050 teremos 9 bilhões de pessoas no mundo e que a produção de alimentos precisa aumentar 70% nos próximos 40 anos, mas o que vemos são investimentos no campo não para produção de alimentos, mas para a mineração, infraestrutura e produção de agro combustíveis, monoculturas de exportação, etc. (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2014). O que tem acontecido é que os estoques de alimentos têm sido desmontados²⁰, a preocupação é com as taxas de lucro, não há uma estratégia de abastecimento popular de alimentos, conseqüentemente é a população, são os trabalhadores os prejudicados.

²⁰ Os estoques públicos de alimentos foram desregulados, desmontados, entregues as empresas privadas, não fazem estoques estratégicos, por exemplo, o estoque mundial de milho atualmente não chega a 15% do seu consumo mundial em um ano, e quando as empresas fazem estoques é na expectativa de especular preços e garantir altas taxas de lucro e não estão preocupadas com a segurança e soberania alimentar da população. “*Conforme Martins: A bolsa de Chicago movimentou financeiramente em um ano o equivalente a 46 vezes a produção mundial de trigo, 24 vezes a produção de milho*” (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2013).

Assim, alguns problemas são necessários serem superados nesse modo de produção capitalista para que a pequena agricultura, a Agricultura Camponesa, se torne uma prioridade e produza alimentos de qualidade e em quantidade para alimentar toda a população em geral.

3.1 PROBLEMAS CENTRAIS

Dentre os problemas e desafios, os estudos feitos da situação dos camponeses pelo MPA-Movimento dos Pequenos Agricultores, tem concluído que dentro de um conjunto de fatores problemáticos, alguns se destacam como problemas centrais, sendo eles:

3.1.1 Valorização

A sociedade brasileira, por influência dos meios de comunicação e da propaganda do próprio Estado, considera que a agricultura camponesa é atrasada, e que a família está no campo por que não sabe fazer outra coisa, gerando assim um preconceito contra o campesinato, e baixa estima nas famílias camponesas. O nobre trabalho de produzir alimentos para a sociedade é desvalorizado, não é dado a este trabalho a devida importância e reconhecimento, ou seja, há uma desvalorização moral do trabalho camponês.

3.1.2 Acesso à Educação

Mais de 37 mil escolas foram fechadas no campo nos últimos anos, as crianças precisam levantar na madrugada e viajar dezenas de quilômetros em ônibus ou mesmo na carroceria de caminhões para estudar, um estudo que não dialoga com a realidade camponesa, um estudo que reproduz o preconceito contra o campo e que incentiva as crianças à abandonarem o campo. O ensino médio é nas cidades e a faculdade é um sonho distante para a juventude camponesa. Portanto, na atualidade, estudar é sinônimo de sair do campo.

Para termos ideia, no censo agropecuário de 2006, foi identificado que mais 4 milhões de pessoas no campo não sabem ler nem escrever, dessas a grande maioria (3,6 milhões) tem mais de 14 anos. Mais de 80% dos produtores agropecuários são analfabetos ou não concluíram o ensino fundamental (CARVAHO., 2010, p. 4). Isso mostra o abandono à que os camponeses estão submetidos.

3.1.3 Geração de renda

As famílias camponesas têm dificuldade de acesso aos mercados para comercializar a sua produção, seja pelas exigências sanitárias para os produtos processados (que são as mesmas para uma agroindústria camponesa e para uma indústria de uma multinacional), pelo transporte que é dificultado pelas estradas e pela distância das cidades, pelo controle de mercado das redes varejistas e pela perseguição às feiras livres, ou seja, pelo controle e pelos monopólios dos alimentos. Com todas essas dificuldades as famílias acabam se integrando em cadeias produtivas, onde de um lado é necessária aquisição de insumos e a adoção da lógica da monocultura e do outro lado o produto é vendido in-natura para atravessadores que estabelecem altas margens de lucro sobre as famílias camponesas e sobre os consumidores.

3.1.4 Acesso à terra e à água

Conforme os dados do IBGE, apenas 24% das terras estão com as famílias camponesas, isso em termos absolutos significa que tem muita gente com pouca terra e poucos com muita terra. Para além disso, é necessário levar em conta que as famílias camponesas via de regra, estão em terras de menor fertilidade, terras dobradas (morradas), distante das cidades, terras de menor aptidão agrícola, isso porque houve um processo de expulsão das famílias do campo e o agronegócio intensificou sua pressão sobre as melhores terras.

A pouca terra que está sob controle camponês, em sua grande maioria em algumas regiões do país, não está em situação legal devido aos custos (sobretudo

cartoriais) para fazer a legalização, em alguns casos o valor necessário para regularizar é superior ao valor da propriedade.

Portanto, existem regiões inteiras do país com seu desenvolvimento social e econômico bloqueados pela alta concentração da terra, incapaz de gerar dinamismo econômico regional e pelos vazios populacionais que provocam. E não há desenvolvimento sem gente. Uma agricultura sem gente não gera desenvolvimento local, só concentra, sem distribuir renda e riquezas, não gerando dinamismo econômico regional, nem rural e nem urbano. Maior parte das vezes a riqueza gerada é transferida para grandes centros gestores do capital.

Em outras regiões do país, de ocupação camponesa histórica, o bloqueio ao desenvolvimento se dá pelo excessivo parcelamento das terras, gerando minifúndio e pobreza. De um lado estão as terras disponíveis, de outro, os camponeses com pouca terra dispostos a preencher os vazios geográficos criados pelo latifúndio (sempre socialmente improdutivo, que é resíduo de uma história de 500 anos de exploração do povo brasileiro em função dos grandes projetos internacionais), e desenvolver a região, com equilíbrio, conhecimentos técnicos e justiça social.

Ainda, com todas essas dificuldades as famílias camponesas produzem muitos alimentos e parte significativa da produção geral. Daí a importância de fazer uma Reforma Agrária²¹ para gerar mais renda, mais emprego, mais produção, mais

²¹ “O Brasil ao longo do seu processo de desenvolvimento em nenhum momento realizou uma política efetiva de reforma agrária, como uma medida para estimular o desenvolvimento e distribuir a riqueza no interior do País. Atualmente temos uma realidade em que 84,4% dos estabelecimentos agropecuários detêm apenas 24,3% da área total, ou seja, as pequenas propriedades pelo processo de divisão das propriedades entre os filhos tem se tornado cada vez menores inviabilizando a permanência das famílias no campo. Além dos camponeses que tem pouca terra, há um conjunto de famílias sem terra que lutam pelo acesso a terra. Considerando os dados do censo agropecuário 2006, se fosse feita uma reforma agrária no Brasil tomando como base só os Estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que são apenas 46.911 estabelecimentos e ocupam uma área de 146.553.218 hectares, isto é, mais de 146 milhões de hectares, o que dá uma média de 3.125 hectares por propriedade, dividindo-os em lotes de 50 hectares em média por famílias, seriam criados 2 milhões e 920 mil novos estabelecimentos agrícolas, ou seja, quase 3 milhões de novos camponeses. Contando que a Agricultura Camponesa ocupa 15 pessoas a cada 100 hectares, esta reforma agrária criaria trabalho para 21 milhões de pessoas, ao contrário de 2 milhões e 400 mil criados hoje através do agronegócio. Contando que na Agricultura Camponesa, cada hectare gera uma renda média anual de R\$ 677,00, a renda gerada nas áreas distribuídas chegaria a mais de R\$ 99 bilhões por ano e não só os R\$ 53 bilhões gerados hoje. É só comparar, latifúndio e o agronegócio são atrasados tanto socialmente como economicamente. Reforma Agrária só em áreas de mais de 1.000 hectares, preservando os médios proprietários, geraria muito mais trabalho, produção, renda e desenvolvimento para todos os Brasileiros” (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2013).

desenvolvimento social e econômico, pois, o Latifúndio, o Agronegócio é atrasado socialmente e economicamente.

O acesso a água também tem sido um fator agravante em todo país em função das mudanças climáticas, a falta de uma política de incentivo à práticas de produção adequadas com a realidade, incentivos para a conservação da água no solo, armazenamento de água da chuva entre outros, somado às crises climáticas e ao modelo de produção do agronegócio que necessita grandes quantidades de água para fazer sua produção de monocultura, tem limitado o acesso das famílias camponesas à água cada dia mais.

3.1.5 Oportunidades para a juventude do campo

As grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento, os investimentos que estão sendo feitos acabam sendo um incentivo para a juventude sair do campo, pois na produção camponesa, dado aos problemas existentes (ter uma renda fixa garantida, ter educação, espaço de lazer, etc). Isso torna-se cada vez mais difícil a permanência da juventude no campo, a limitação no acesso à terra e a água, a dificuldade no acesso das políticas públicas e a desvalorização do campo empurra a juventude camponesa para as cidades, a questão que se coloca então é a necessidade de criar as condições necessárias para a permanência da juventude no campo, o que garante e garantirá a continuidade da forma de produção camponesa, que tem sido a base de sustentação da produção de alimentos para o povo brasileiro. Se isso não acontecer o futuro do campo, portanto o futuro da sociedade, estará comprometido.

A demanda por trabalhadores de baixa qualificação (construção civil, grandes obras, entre outros) e num quadro de “quase pleno emprego”, elevou os salários destes trabalhadores, sendo mais rentável o trabalho fora da atividade agrícola, embora que, por vezes, a renda é remetida para a propriedade agrícola como investimentos em melhorias ou custeio do que já tem em funcionamento.

3.1.6 Acesso às políticas públicas

Há um conjunto de políticas públicas para a população do campo, para as famílias camponesas, muito avançou-se neste último período, mas a descrença e desvalorização do campo pelos setores técnicos do governo, e pela falta de vontade política de muitos governantes, e pelo excesso de burocracia (que é consequência das duas questões anteriores) estas políticas públicas não tem efetividade, ou seja, são letras bonitas num papel, mas que não viram realidade. VEJAMOS ALGUNS EXEMPLOS:

Habitação – O déficit habitacional no campo é de cerca de 2 milhões de casas o programa de governo para atender esta demanda pretende construir 60 mil casas no campo até 2014, seriam necessários cerca de 133 anos para que todas as famílias do campo tenham acesso à uma casa de qualidade. Ainda assim corre-se o risco de não serem construídas estas casas pois as exigências são demasiadas, tendo uma pequena parte do campesinato condições de acesso ao programa. O Programa Nacional de Habitação Rural é um avanço, mas a burocracia, a exigência de documentação que as famílias camponesas não possuem, como a documentação da terra, a transferência de responsabilidades do estado para as organizações sem as condições objetivas para isso, o engessamento do programa e a falta de comprometimento do conjunto do ESTADO BRASILEIRO impedem o funcionamento do programa.

Previdência – é extensa a lista de exigências de provas documentais das famílias camponesas para que possam acessar os benefícios da previdência social, além da estrutura ineficiente no interior do país onde faltam peritos e demais funcionários. Além destes problemas, tem se formado “verdadeiras máfias” que dificultam e impedem o acesso dos camponeses aos benefícios previdenciários oriundos de sua contribuição o FUNRURAL, os segurados especiais, que incide sobre cada produto que as famílias camponesas vendem, mas na hora de acessar os benefícios, mesmo com toda a documentação comprobatória, é necessário pagar advogados para conseguir acesso aos benefícios, em muitos casos.

Créditos – a lógica de crédito bancarizado exclui milhões de famílias camponesas, pois a lógica de produção camponesa não é a lógica bancária do crédito,

gerando uma incompatibilidade que resulta na exclusão da maioria, e no endividamento da outra parte.

Legislação sanitária – a exigência continua sendo quase as mesmas para uma agroindústria camponesa e para uma grande indústria multinacional, o que está colocado não é a questão da qualidade, a questão sanitária, o objetivo é impedir que as famílias camponesas façam o processamento dos alimentos aumentando sua renda e ofertando produtos a custo mais baixo, pois isso trará prejuízos as grandes empresas. A legislação é uma barreira de Mercado para os camponeses.

Comercialização – o Agronegócio tem política pública de comercialização de forma mais estruturada desde 1906, o Convenio de Taubaté, já a Agricultura Camponesa teve muitas dificuldades, e uma experiência mais estruturada foi a partir de 2003 com o PAA que vem se consolidando como uma política estratégica para a produção e distribuição de alimentos, porém a falta capacidade operacional da CONAB (a empresa foi sucateada e está se recuperando com dificuldades, sendo palco de denúncias de corrupção), a falta de recursos para o PAA e melhoras no instrumento de contratação garantindo continuidade e segurança para as famílias camponesas; o PNAE tem se mostrado um importante programa, mas a falta de controle dos preços pagos às famílias camponesas, a burocratização, a falta de vontade das prefeituras e de estruturas de logística tem impedido o andamento do programa;

Seguro Agrícola – está vinculado ao crédito, ou seja, as famílias que não acessam crédito não tem acesso ao seguro agrícola, e para aquelas que acessam o seguro funciona como um seguro para o Banco e não para a família camponesa, é que vimos acontecer neste ano no Sul do Brasil, e em São Gabriel da Palha, nesse ano de 2015, em função da seca, as famílias recorreu ao seguro que já pagam a anos e até agora não saiu.

Assistência técnica – a assistência técnica e extensão rural tem se mostrado de baixos resultados na melhora da produção das famílias camponesas, os melhores resultados estavam sendo conseguidos em projetos alternativos e diferenciados alicerçados em metodologias inovadoras, esse processo foi desmontado em função da forma como está sendo executada a nova lei de ATER, além da maioria das pesquisas estar destinadas a serviço do Agronegócio.

Reforma Agrária – está paralisada, 2011 foi o ano em que menos se assentou famílias, os assentamentos estão em más condições pois faltam políticas de apoio e desenvolvimento dos assentamentos.

Saúde – nos municípios do interior (no caso, em São Gabriel da Palha também) a política de saúde pública que mais está sendo feita é investimento em transporte de doentes, os municípios alegam falta de médicos, as pessoas são levadas para as capitais ou cidades polos nas regiões, tem poucos médicos, poucos medicamentos, exames mais especializados muito raros, conseqüentemente, hospitais até nos corredores cheios. Ao lado dessa situação precária da Saúde vemos as privatizações, a parceria do público e privado aumentando a cada dia. Uma experiência positiva que aconteceu nos últimos tempos, embora de forma limitada pela forma do programa mais médicos, foi o convenio do governo brasileiro com Cuba trazendo médicos para os interiores, no caso de São Gabriel da Palha tem 05 médicos que atuam e que tem feito um importante trabalho.

Esse conjunto de problemas existentes, se dão, principalmente, por, ao longo da história do Brasil, nesse modelo agroexportador, o Campesinato ter sido visto pelas classes dominantes e pelo Estado como produtor de alimentos baratos e força de mão-de-obra quando necessário para a indústria e não como um sujeito importante para a sociedade.

3.2 AÇÕES ESTRATÉGICAS NECESSÁRIAS – CONTRA HEGEMÔNICAS.

A partir da realidade exposta no primeiro e segundo capítulo, olhando para os principais problemas, é necessário pensar e articular ações estratégicas construam e fortaleçam a contra hegemonia do sistema capitalista. Dado que hegemonicamente na atualidade o que predomina na ideologia, nas ações concretas é o modo de produção capitalista, como já referido anteriormente que as ideias da classe dominante são sempre as ideias dominantes da sua época.

Neste sentido a perspectiva contra hegemônica não busca reconstituir o Campesinato do passado, mas no sentido de afirmar, compreender e constituir um Campesinato Contemporâneo, ou seja, aquele que precisa responder aos desafios postos na atualidade como as mudanças climáticas, a produção de alimentos

saudáveis, renda para os camponeses, as questões de tecnologias apropriadas a realidade, acesso as tecnologias de comunicação, que supere as atuais relações de gênero – machista/patriarcal, entre outros.

O Campesinato aponta condições consistentes para o enfrentamento estrutural das crises sistêmicas existentes, seja a crise alimentar, hídrica, energética, ambiental, etc.

Assim, temos pilares que precisam serem construídos e fortalecidos para ir além da resistência, ir para superação dessa condição, desse modo de produção. Um pilar importantíssimo é compreender e construir um Campesinato como parte da contra hegemonia, anti capitalista, que luta pela transformação radical dessa sociedade, mas que também faz a luta imediata, a luta pela sobrevivência, mesmo estando nesse atual modelo. Outro pilar necessário, é construir a Soberania Alimentar, que discuta em todos os territórios, em todos os lugares, em todo o mundo a Soberania, a autonomia, fazendo uma ligação entre as organizações camponesas e organizações operárias/urbanas, todos os sujeitos da classe trabalhadora, contrapondo as falácias, os conceitos de que existe uma “segurança” alimentar atualmente garantida. Ou seja, é necessário compreender a problemática camponesa como uma problemática geral da sociedade.

Vale ressaltar que, ao falar de Soberania, é necessário entender e pensar, o que é Soberania Alimentar.

3.2.1 Soberania Alimentar

Em se tratando de Soberania Alimentar, nos remete a entender a necessidade da população em ter autonomia, ter condição de produzir ou ter acesso aos alimentos necessários para vida, utilizando os recursos, as técnicas, métodos a partir da cultura, da realidade, para ter a garantia de uma boa qualidade de alimentação, de vida.

Por muito tempo os problemas de alimentação, sejam a falta, a fome, sejam a má alimentação, a desnutrição, foram tratados como um problema decorrente de fatores naturais, climáticos, como uma fatalidade, no entanto essa visão foi desvendada nos últimos períodos principalmente a partir da década de 1950 com estudos voltados para essa área. A obra de Josué de Castro contribuiu infinitamente para essa compreensão de que a fome e os problemas relacionados a alimentação

não são de origem natural, mais sim, são um problema social resultante da forma de organização social e econômica da produção e distribuição dos alimentos no país e no mundo, onde ele traçou um estudo sobre a geografia da fome, mostrando as causas e as consequências da falta de alimentos, a obra foi traduzida para mais de 40 idiomas, consolidando esses conceitos.

Já na década de 1990, nos marcos dos Direitos Humanos, onde todas as pessoas deveriam ter o direito à alimentação assegurado e que os governos deveriam implantar políticas públicas com esse intuito, avançou-se para o conceito de Segurança Alimentar, para que todas as pessoas tivessem direito e “segurança” de sobrevivência garantido. Isso foi muito importante porque responsabilizava os governos a criar políticas públicas para resolver os problemas da alimentação, porém são insuficientes.

Em 1996, introduzido pela Via Campesina a partir do contexto da Cúpula Mundial sobre Alimentação (CMA) que a FAO, realizou em Roma, surge o novo conceito de Soberania Alimentar. Esse conceito veio para contrapor a noção de Segurança Alimentar que estava em torno das pessoas terem o direito e acesso aos alimentos mas não discutindo a origem e a condição desses alimentos, e ao mesmo tempo os governos estavam em consonância com a hegemonia do neoliberalismo e com a OMC, ou seja, mais uma vez o capital saiu ganhando,

...Muitos estavam ajustando as definições de Segurança Alimentar tentando assegurar o direito à alimentação através da liberalização do comércio de alimentos, abrindo caminhos para fazer da alimentação um grande e lucrativo negócio para as empresas transnacionais, indústria química, fast food, entre outros (Carvalho & Stedile, 2012).

Daí que, as organizações camponesas, destaque para as mulheres, que estavam presentes num fórum paralelo, foram duramente críticas a essas posições, contrapondo o conceito de Segurança Alimentar com o de Soberania Alimentar, partindo do princípio de que alimento é um direito humano e não uma mercadoria. As populações precisam ter o controle da produção e distribuição dos seus alimentos, pois destes depende a sobrevivência, portanto, os alimentos são uma questão de Soberania Popular e Nacional.

Esse conceito foi evoluindo no sentido de que é possível as pessoas viverem dignamente em qualquer parte do planeta se alimentando dignamente, têm

conhecimentos técnicos, científicos acumulados capazes de enfrentar as dificuldades naturais e que garantam a reprodução social, por isso o determinante são as questões políticas e econômicas e não condições naturais.

Portanto, pensar em territórios livres, fortes, soberanos, independentes é pensar num abastecimento e distribuição de alimentos como parte desse processo, como nas sábias palavras de José Martí: *“Um povo que não consegue produzir seus próprios alimentos, é um povo escravo. Escravo e dependente de outro país que lhe fornecer as condições de sobrevivência”*.

Para a Via Campesina, para as organizações camponesas que tem objetivos de serem parte na construção de outro modelo de sociedade, em que a base não seja a exploração, o lucro, a Soberania Alimentar:

É o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantem o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental” (Via campesina Internacional).

Isso é o que é chamado de Soberania Alimentar, conceito esse, que tem sido ampliado, construído a partir das conferências, dos estudos teóricos e práticos, sendo incluso outros elementos ao longo desses anos, elementos centrais para ter soberania. Assim, Soberania Alimentar é mais que um conceito, é um princípio, é uma ética de vida; proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais; produção agroecológica; pressupõe o controle das sementes crioulas, entre outros.

Ou seja, ter soberania nesse sentido, é fazer uma ruptura com as formas de organização dos mercados agrícolas capitalistas impostos pelas multinacionais, pelos governos neoliberais, pela OMC, FMI, BM, etc. É as populações camponesas terem o direito de acessar e preservar os recursos naturais, produzir e se alimentar de alimentos saudáveis de acordo com seus costumes, tecnologias e conhecimentos, garantindo seus hábitos alimentares. Também é o direito de todos os consumidores terem garantido uma alimentação equilibrada de acordo com as necessidades com acesso aos alimentos a preços acessíveis, diversificados e de qualidade, saudáveis, haja visto que, desde 2008 o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos.

Embora muito discutido esse conceito de Soberania Alimentar pelas organizações camponesas e outros setores da sociedade e dos governos, mas pouco (ou nada) tem se traduzido em ações concretas, políticas públicas, legislações que garantam de fato a Soberania Alimentar. No caso brasileiro, as estatísticas mostraram por muito tempo que mais de 50 milhões de pessoas passavam fome todos os dias, o governo implementou o programa bolsa-família onde parte dessa situação grave foi amenizada, no entanto as causas dessa fome não foram alteradas de forma que o problema continua. Mesmo que alguns mecanismos por parte do Estado tenham sido mantidos e criados (Pronaf, PNAE, CONAB, etc.), vemos cada dia mais o estado brasileiro reduzindo sua participação na construção de políticas que realmente estruturam a Agricultura Camponesa, e por outro lado acompanhamos a ampliação do controle das empresas e do capital sobre os mercados de alimentos, tanto na legislação, controle das sementes através do transgênicos, controle das terras, etc. Ou seja, o capital continua a base da exploração acumulando, se valorizando cada vez mais, apropriando da renda da terra, apropriando privadamente das riquezas produzidas socialmente.

Portanto, há um conjunto de questões necessárias para ter Soberania Alimentar como: a não expropriação da renda da terra dos camponeses pelo agronegócio; Reforma Agrária ampla e massiva; mudar o modelo tecnológico de produção baseado em monocultura, veneno, transgênicos, etc. para um modelo a partir da base agroecológica; limitar o tamanho da propriedade; reformular o papel do Estado; controle direto do governo sobre mercado exterior, as exportações e as importações; garantia de investimentos nas agroindústrias; governo ter estoques reguladores dos alimentos; ter um modelo econômico baseado na distribuição da renda, na garantia de emprego, na universalização da educação para toda a população e ainda fortalecer a indústria nacional e o mercado interno.

Assim, com base nesses dois pilares (Campesinato Contemporâneo e Soberania Alimentar) que um conjunto de camponeses e camponesas, em especial os organizados no MPA-Movimento dos Pequenos Agricultores tem construído um conjunto de ações contra hegemônicas para superação da atual condição camponesa que está subordinada e explorada pelo capital.

3.2.2 Algumas Pautas do MPA²²

Segue um conjunto de proposições baseadas nas pautas do MPA que são propostas de superação dos problemas que na atualidade são entraves na Agricultura Camponesa. Elas estão dispostas no Plano Camponês: construindo o novo caminho da roça IV. Plano Nacional de Ações para a Soberania Alimentar desde uma perspectiva de Gênero. Entre os pontos, estão as seguintes:

3.2.2.1 Mudança Profunda Da Estrutura Fundiária

Hoje, na prática, as políticas do Estado protegem e subsidiam a manutenção da grande propriedade, que, ironicamente, defende para consumo público, a aplicação pura e simples das leis de mercado. A intervenção decidida do estado para redistribuir a população no espaço geográfico do país, redistribuindo a propriedade da terra, é fundamental para o equilíbrio das relações sociais, para o exercício da cidadania, para uma verdadeira democracia e para a soberania alimentar do país.

Por isso defendemos que seja feito uma Reforma Agrária ampla e de qualidade, que garanta acesso à terra às famílias camponesas e acabe com o latifúndio, que garanta os direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas e comunidades tradicionais. Defendemos que a terra seja considerada como meio de vida e afirmação da identidade sociocultural dos povos, sendo fundamental o combate à estrangeirização das terras e estabelecimento do limite de propriedade da terra no Brasil.

²² As Pautas do MPA são resultado coletivo de um longo período de debates teóricos e ações práticas nos diversos estados do Brasil que está organizado o Movimento, construindo assim uma pauta unificada nacional. Vale ressaltar que, de acordo com as mudanças na conjuntura, com os passos dados na organização, a compreensão dos camponeses, vai se também alterando, vai avançando nos pontos, ou seja, é uma pauta que se altera, que está em construção. Essas proposições constam no livro: Plano Camponês: Construindo um novo caminho da roça IV, elas estão em parte do texto: O que é necessário no Brasil para ter Soberania Alimentar.

3.2.2.2 Comercialização Da Produção Camponesa

A questão dos alimentos é um tema central na atualidade, é tema estratégico para o desenvolvimento de qualquer nação. Assim ter políticas claras para a soberania alimentar do país é um desafio. Considerando que a produção de alimentos no Brasil em 70% tem origem camponesa, estes são a base estratégica para a soberania alimentar do país, e como tal devem ser reconhecidos.

Garantir a comercialização da produção camponesa com preços justos é fundamental para aumentar a produção de alimentos e fazê-los chegar à todos.

Para isso o Estado precisa intervir no sistema de comercialização, beneficiamento, armazenagem, formação de estoques, abastecimento popular e exportação. Construir políticas que deem apoio à comercialização da produção camponesa, rumo a uma estratégia de abastecimento popular, com foco nos circuitos locais e regionais, apoio logístico, aparelhamento das cooperativas e associações camponesas com a estrutura necessária para processos de comercialização.

O Mercado institucional (Hospitais, creches, escolas, universidades, penitenciárias, etc...), deve ser instrumento de garantia de compra da produção camponesa, dando segurança e estabilidade de renda, comprando 100% dos alimentos diretamente das famílias camponesas ou suas organizações. O PAA e o PNAE são importantes processos em marcha que precisam ser revisados e potencializados superando os preconceitos contra os camponeses incrustados no Estado e na sociedade brasileira.

Portanto, é preciso construir uma empresa pública, estatal, para garantir as estruturas de comercialização, armazenagem e estoques reguladores e estratégicos. Assim como o sistema elétrico nacional e a exploração do petróleo são temas estratégicos e têm fortes empresas estatais (ELETROBRAS E PETROBRAS), o alimento e o abastecimento popular têm que ser tratado como questão estratégica, acima das pressões de mercado, através de uma empresa pública 100% Estatal – CONABRAS.

É necessário também que o sistema de circulação priorize os circuitos curtos, onde produção e consumo esteja o mais próximo possível, daí a importância da valorização das feiras livres com estrutura adequada, mercados populares nas cidades, organização dos consumidores em grupos, associações, cooperativas para

“receberem” os alimentos, organização de centros logísticos comunitários de recepção e distribuição dos alimentos da agricultura camponesa, entre outros.

3.2.2.3 Direito à Educação Camponesa

A Educação no Brasil atravessa uma situação muito delicada, está em estado de precarização total, diante disso defendemos 10% do PIB para garantir a educação pública no Brasil.

No campo, mais de 37 mil escolas foram fechadas nos últimos anos, as que permanecem abertas utilizam pedagogias incompatíveis com a realidade camponesa (salvo algumas exceções). Os resultados das atuais políticas de educação esvaziam o campo, motivam a juventude a sair provocando desestruturação das famílias e comunidades camponesas.

É Fundamental uma Educação Camponesa, ou seja, uma educação que esteja ligada à vida dos camponeses e que aconteça nas comunidades onde vivem. Lá onde moram, trabalham, se divertem e celebram sua vida. As políticas de esvaziar o campo começam cedo, desde que as crianças precisam diariamente sair de casa, lá na roça e ir estudar nas escolas polos das cidades. Educação começa pela garantia de escolas para todos e em todos os níveis devendo ser um ELO VINCULANTE e AGREGADOR nas comunidades. Por isso consideramos um atentado aos direitos humanos e dos camponeses o fechamento de tantas escolas nos últimos 10 anos, e exigimos sua imediata reabertura.

É necessária uma política de Educação que valorize a cultura camponesa, sua identidade e a sua importância para o desenvolvimento do Brasil. Uma educação que valorize e fortaleça a relação entre o camponês e a Terra, que tenha currículos específicos voltados a realidade e a cultura camponesa, voltada a construir uma nova matriz tecnológica (agroecologia), um novo modelo agrícola.

A educação camponesa deve abranger condições para todos os jovens camponeses poderem cursar gratuitamente curso superior, com pedagogias e cursos destinados especificamente para as demandas da agricultura camponesa e para a construção da soberania alimentar. Para isso é necessário avançar para universidades camponesas e acesso às atuais universidades.

3.2.2.4 Produção e Acesso à Energia de Qualidade No Campo

A energia é um instrumento de desenvolvimento nacional, devendo, portanto, ser de controle 100% estatal. Por isso o “petróleo tem que ser nosso”, e os recursos oriundos de sua exploração devem ser utilizados na educação, saúde e produção de alimentos na agricultura camponesa.

No campo a energia é meio fundamental para a armazenagem, beneficiamento, agroindustrialização e conservação da produção. É, portanto, tema estratégico no fortalecimento e desenvolvimento do campesinato no Brasil.

É preciso garantir a disponibilização de energia elétrica, com garantia de força e qualidade, nas unidades de produção e nas comunidades camponesas. Sendo que para estas o preço deverá ser subsidiado tendo em vista a função de utilização da energia.

Desenvolver modelo de produção no campo que equilibre a produção de Alimentos com a Preservação dos Recursos Naturais, com a diversificação dos sistemas de produção agropecuária, combinando com a produção de Energia proveniente da biomassa, do sol, do vento e de pequenos e médios aproveitamentos hidroelétricos, fortalecendo as condições para a soberania energética local e nacional.

Tais ações devem ser garantidas através de programas de apoio a produção de energia elétrica e biocombustíveis através de cooperativas e associações de pequenos agricultores, de modo especial, pequenos aproveitamentos hidrelétricos (até 2 MW), da biomassa, biogás e energia eólica, com apoio e participação de empresas públicas de geração de energia, mas sob controle camponês, gerando renda, estabilidade e soberania energética para as comunidades camponesas.

3.2.2.5 Crédito Subsidiado e Desbancarização do Crédito:

Solução definitiva para o problema do endividamento agrícola.

O sistema de crédito bancário é excludente, chega no máximo a 25% das famílias camponesas. E ainda induz a um crédito por produto, próprio dos monocultivos, daí advém o endividamento. A Agricultura Camponesa necessita crédito para a unidade familiar como um todo, para o os sistemas camponeses de produção,

altamente diversificados. Precisamos de crédito desbancarizado, com normas próprias e específicas, fora dos acordos de Basiléia²³ e das regras do capitalismo financeirizado.

Este novo sistema de crédito deve promover a produção diversificada, a unidade de produção e o cooperativismo de comercialização e industrialização, fomentar a produção de base ecológica, a mobilidade social e o acesso ao mercado de alimentos. Com acesso facilitado por parte da ampla maioria das famílias camponesas. Que seja maleável, respeitando as diversidades regionais e culturais. Que apoie a produção e que não seja um mecanismo de intervenção cultural e no modo produtivo.

É necessário criar estrutura própria para este fim. Uma estrutura própria de estado para dar conta desta tarefa histórica, pode ser um Banco Nacional de Crédito Camponês, uma espécie de BNDES da agricultura camponesa e poderia até trazer o “S” que só está de enfeite para a realidade concreta do campesinato.

Portanto, é necessário, um novo sistema de crédito, que promova a produção diversificada, de base agroecológica, o acesso ao mercado de alimentos; que permita a construção e o fortalecimento de recursos autogeridos, capazes de tornar cada dia mais os camponeses independentes dos insumos de origem industrial; respeite as diversidades regionais e culturais; ser subsidiado para que cada família consiga recuperar e construir uma base produtiva; financiar atividades desenvolvidas por jovens e mulheres, entre outros.

3.2.2.6 Reconhecimento e estímulo aos serviços sócio-ambientais prestados pela agricultura camponesa

A Agricultura Camponesa e seu modo de produção fazem a preservação e recuperação dos agroecossistemas e por isso devem ser reconhecidos e valorizados por toda a sociedade, através de um programa público de pagamento pelos serviços

²³ Os acordos de Basiléia são os que regem a política de crédito atualmente. Entre os vários elementos do acordo, está inserido em ter uma “garantia real” em bens para dar como troca ao pegar o crédito, diminuindo assim o risco do banco ao emprestar o dinheiro. Isso dificulta o acesso de muitas famílias camponesas aos créditos, assim como, cada vez mais está selecionando o grupo que está acessando.

sócio-ambientais, sendo uma política estratégica de valorização, fortalecimento do campesinato e de recuperação ambiental.

A lógica central do Programa deve ser sócio-ambiental, combinando a preservação do meio ambiente com renda estável às populações camponesas, erradicação da pobreza no campo, reversão do êxodo rural, estímulo a permanência da juventude no campo e dinamização da economia dos pequenos municípios interioranos.

Defendemos um pagamento fixo mensal de um salário mínimo como forma de reconhecimento e incentivo para cada família camponesa que preserve recursos naturais necessários a toda a sociedade, especialmente matas nativas, vegetação nativa, água, barrancas de rios e correntes d'água, fontes e nascentes, topos de morro e encostas, reservas naturais, sementes crioulas, mudas nativas, paisagens típicas, formações rochosas, biodiversidade, etc.

Defendemos este pagamento através de Programa Público, com Execução e controle por meio de Instituição Pública.

3.2.2.7 Mudança Radical (Pela Raiz) Do Modelo Científico e Tecnológico Utilizado No Campo;

É a hora de iniciar com decisão e coragem a mudança de paradigma científico e tecnológico para a relação com os meios naturais que servem de base à produção de alimentos, mas também ao equilíbrio ecológico. Para isto é fundamental valorizar o conhecimento tradicional e o controle social sobre seu uso, bem como a base genética (animal e vegetal) preservada pelo campesinato. Usá-la em favor do povo e proibir e punir a pirataria biológica praticada pelas multinacionais das sementes.

Faz-se necessário desenvolver e aplicar tecnologias de base ecológica e sistemas de cultivos e criação de animais integrados aos biomas e aos ecossistemas, protegendo a biodiversidade, a capacidade produtiva do solo e a disponibilidade de água, controle públicos das sementes e do patrimônio genético em geral. Substituir os monocultivos extensivos por policultivos que garantam o abastecimento local e nacional e o equilíbrio ambiental, reduzindo a dependência dos insumos petroquímicos, e construindo uma nova rota de insumos para o processo de transição.

O Agronegócio, monocultor e “petrodependente” (dependente de petróleo para tudo: pneus, combustíveis, insumos, venenos, etc.), enfrentará limites e contradições brutais nos próximos anos, desde pressão de custos até limites tecnológicos. A Agricultura Camponesa, por sua história e cultura tem flexibilidade para superar estas contradições e limites para produzir alimentos com quantidade e qualidade suficientes para enfrentar a crise alimentar.

Essas mudanças devem contemplar: a valorização e o conhecimento tradicional, estabelecendo controle social sobre o uso da agrobiodiversidade preservada pelo campesinato; punir e proibir a pirataria biológica praticada pelas multinacionais das sementes, mantendo o controle público das sementes e do patrimônio genético em geral; desenvolver e aplicar tecnologias de base ecológica e sistemas de cultivos e criação de animais integrados aos biomas protegendo biodiversidade, respeitando a capacidade produtiva do solo e disponibilidade de água; substituir os monocultivos por policultivos, reduzindo e acabando com a dependência dos insumos químicos, criando uma nova rota de insumos para enfrentar esse pacote tecnológico da revolução verde, produzindo produtos biológicos, adubos orgânicos, ração, sementes crioulas, etc.

3.2.2.8 Condições de Permanência da Juventude No Campo

Considerando que a questão dos alimentos é central na atualidade, e que a produção de alimentos é feita pela agricultura camponesa, esta tem papel estratégico na construção da soberania alimentar. Diante disso, garantir a sucessão camponesa é fundamental, para isso as políticas sociais, agrárias, agrícolas, culturais, ambientais, educacionais, financeiras, industriais, enfim, as Políticas Estratégicas do Estado Brasileiro, precisam se debruçar para manter e atrair uma geração jovem para a produção de alimentos, para a vida no campo e seus encantos e para a gestão do patrimônio natural e cultural herdado das gerações camponesas anteriores.

A permanência da juventude no campo se garante com fortalecimento e estruturação das comunidades camponesas, a valorização da cultura e da identidade camponesa, com acesso às tecnologias de comunicação (internet), geração de renda, acesso à terra, educação, esporte, cultura e lazer.

3.2.2.9 Plano Nacional de Agroindústria Descentralizada

Estruturar programa nacional de implantação e gestão de agroindústrias camponesas de pequeno e médio porte, diversificadas e interiorizadas, com recursos públicos subsidiados, constituindo sistemas agroindustriais integrados, permitindo avanços na agregação de valor e na melhoria da renda das famílias camponesas. É fundamental uma legislação específica para a agricultura camponesa, pois o atual sistema legal é excludente e feito para garantir o monopólio de mercado às grandes agroindústrias e grandes redes de supermercados.

O Campesinato produz no Brasil a maior parte dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, um programa de agroindústrias é fundamental para melhor aproveitar estes alimentos, gerar renda para as famílias, dinamizar a economia, aproveitar os sub-produtos nos Sistemas Camponeses de produção, ampliando a produção de alimentos, colocando à disposição da sociedade mais alimentos, de melhor qualidade e a preços justos, por isso deve ser um processo massivo e com recursos públicos.

Para isso é necessário, ter apoio para a construção das agroindústrias camponesas de pequeno e médio porte, com recursos públicos subsidiados agregando valor e renda para as famílias; alteração da legislação; ter pesquisa e desenvolvimento de máquinas e equipamentos multifuncional voltados para a realidade; ter formação direcionada para gestão das agroindústrias.

3.2.2.10 Previdência Social

A Previdência Social Rural, ainda que com uma série de fragilidades de falta de documentação seja pessoal seja da propriedade rural, pela falta de estrutura física e pessoal do ministério da previdência, mas as conquistas de acesso aos direitos da aposentadoria, salário maternidade, auxílio doença, pensão, entre outros, representa um passo, uma melhoria na vida importante para os Camponeses e Camponesas. Há um conjunto de reformas previdenciárias em curso que vão desde afetar a condição de segurado especial dos camponeses, diminuição de recursos, privatização

de alguns serviços, aumento da idade, até aumento do tempo de comprovação para acessar os direitos já conquistados prescritos em lei, que é um retrocesso na luta, nas conquistas desses trabalhadores.

Portanto, propõe-se que: a Previdência seja pública e universal garantindo os direitos previdenciários que estão na constituição brasileira; manutenção e comprovação da atividade rural através do bloco de produtor e das vendas e aquisições para a produção rural; manutenção da condição de segurado especial, não aumento da idade para acessar o benefício; aumento do piso (um salário mínimo/mês) de aposentadoria de acordo com a média anual de produção diversificada comprovada; aumento do salário maternidade para seis meses; atendimento e assistência hospitalar aos aposentados rurais com direito aos medicamentos prescritos de forma gratuita; etc.

3.2.2.11 Saúde

As comunidades camponesas sempre estiveram à margem do sistema público de saúde, e essa situação não mudou, pelo contrário há um agravamento da situação no último período uma vez que os especialistas estão somente nas grandes cidades e capitais, para conseguir vagas de atendimento é sempre demorado e implica em viagens, dormir nas filas de postos de saúde, agravamento das doenças pela demora em conseguir acessar os exames e tratamento, etc.

O que tem amenizado esta situação é a disponibilidade do conhecimento tradicional camponês acerca de ervas e compostos naturais para o tratamento alternativo da saúde, conhecimento esse que tem sido muito combatido pelo sistema químico de tratamento.

Nesse contexto defendemos que: A saúde deve ser considerada como direito social universal; O sistema Único de saúde deve ser fortalecido e viabilizado a sua efetiva implementação; Não Subsídio do governo federal aos Planos de Saúde Privados como política de “universalização” da saúde. Defendemos o fortalecimento e ampliação do SUS; Apoio público para a formação em saúde alternativa e popular, bem como a inclusão destes no SUS; Garantia pelos governos federal, estaduais e municipais dos serviços de saúde pública nas comunidades camponesas com

população total acima de 500 pessoas; que os médicos diagnostiquem as causas reais das doenças relacionando com o modo de vida, com a alimentação, etc.

3.2.2.12 Moradia Camponesa

Não basta apoio a produção. É preciso mudar as condições de vida na roça, no campo, fazer do meio rural um lugar bom para se viver. E aí, a moradia é o ponto importantíssimo. Moradia não é só casa, é o ambiente embelezado com jardins, mata nativa, pássaros, pomar e o conjunto da infraestrutura da vida camponesa. Uma boa casa é fundamental para se ter gosto de viver na roça e cumprir a dupla missão camponesa que é alimentar o povo que mora na cidade e cuidar do meio ambiente. Além disso, a moradia deve incorporar qualidade de vida como água e saneamento básico.

Neste sentido é imprescindível a implantação de um amplo programa de Habitação Rural para construir moradias novas, reformar e ampliar moradias já existentes em todo o meio rural brasileiro. Defendemos um Programa de Habitação Camponesa implantado com financiamento de subsídio de até 100% para construção, reformas, melhorias e ampliações; associar em cada Moradia a cisterna de armazenamento de água da chuva; garantir acesso das famílias ao programa de maneira desburocratizada, pois hoje a burocracia, as documentações excessivas é um limite de acesso; que esse programa seja massivo que eliminando o déficit habitacional no campo; respeitar as culturas e regionalidades dos povos.

3.3 PLANO CAMPONÊS

Para a superação dos problemas, para viabilizar esse conjunto de ações, de pautas é necessário que os trabalhadores estejam organizados, que o estado brasileiro esteja com os recursos comprometido de fato com os problemas sociais, da população e que haja um plano orientador, um plano do que fazer. Daí que o MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores vem ao longo dos seus anos de existência a partir dos seus estudos desenvolvidos e da vivência prática e diária, tentando buscar formas de recuperar o conhecimento, a história, os conceitos, a cultura do

Campesinato e construindo uma proposta de organização da produção e do conjunto de elementos que está em torno dos camponeses, certamente de toda a população. Esse plano, o movimento está chamando de PLANO CAMPONÊS.

O Plano Camponês é uma proposta que vem sendo construída no conjunto do MPA pelos camponeses, militância, com a contribuição de intelectuais, aliados do movimento, com o objetivo de afirmar a Agricultura Camponesa, de construir um projeto estratégico para o Campesinato, projeto esse que é parte de um projeto maior, projeto a partir do povo, popular, portanto, para a sociedade, uma contribuição à construção do Socialismo. Ele está alicerçado em alguns princípios, conceitos, reflexões que passa por entender quem são os camponeses e as camponesas e como estão na atualidade no Brasil, construir outros conceitos como Sistemas Camponeses de produção em contraponto ao conceito de Cadeia produtiva desenvolvido pela lógica capitalista, ALIMERGIA que é a construção de sistema de produção que combina produção de alimentos, preservação e recuperação do meio ambiente e produção de energia, conceitos também como Soberania Alimentar, Agroecologia, entre outros. Isso no sentido de fortalecer o Campesinato e pensar uma estratégia de superação das relações capitalistas no campo com outros padrões de vida, com outras formas de relações com a natureza, com o ser humano, ou seja, a construção do Plano combina um conjunto de arranjos que vai desde o espaço de debate teórico, a luta por políticas públicas, espaço de debate com a sociedade e o espaço concreto e cotidiano da vida das famílias camponesas, combinando então teoria e prática em diversos aspectos.

Segue abaixo de forma sistematizada em eixos, os principais pontos de construção do Plano Camponês:

Visão Sistêmica – PLANO CAMPONÊS

Plano Camponês	Produção	Sistemas Camponeses de produção	sementes, oleaginosas, leite, agroflorestas, alimentos, adução verde e orgânica, etc.	
		Agro industrias	leite, mel, mandioca, café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados	
		Desenhos Organizativos	grupo de base, associações, condomínios, cooperativas, grupos de consumidores	
	Educação Formação	Escola	locais, contextualizadas, desenvolvimento local	
		universidade	nossa realidade, acesso aos camponeses	
		Informal	reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.	
	Vida de Qualidade	Moradia	casa, pomar, horta, sombra, jardim, auto estima, paiol, local de trabalho, ...	
		Esporte	futebol, vôlei, bochas, etc.	
		Cultura	teatro, musica, capoeira, mutirão, partilha, alimentos, conhecimentos novos,...	
		Lazer	festas, bailes, torneios, encontros,	
		saúde popular	alimentação saudável, ervas, saneamento, formação nutricional, etc.	
	Comunidade Camponesa	Elos Unificantes Fator de Resistência	alguma estrutura comunitária	
			escola na comunidade	
			troca de dias de trabalho, mutirões	
	Soberania	Alimentar	comida é local, vinculada a cultura, modo de vida	
			produzir de tudo um pouco	
			sem veneno, buscando o equilíbrio ambiental	
		Energética	Produção, controle e auto consumo de energia	
			Mudança na matriz energética	
			Biomassa, ventos, sol, biogás, etc.	
		Genética	Recuperar nossas sementes, raças e mudas	
			Buscar técnicas de recuperação, armazenagem e melhoramento	
			Divulgar as experiências já existentes	
		Hídrica	Recuperar nossas nascentes	
			Implementar técnicas de coleta e armazen. de água	
			Desenvolver pequenos sistemas de irrigação	
			Recuperar as matas ciliar	
Territorial		Material e Imaterial	espaço de vida	
			espaço produção	
	espaço disputa			
Contradições	Agronegócio	Multinacionais		
		Latifundiários		
		Estado Brasileiro		

Fonte: (MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES, 2007).

Conforme tabela acima, o Plano Camponês passa por ter uma produção diversificada, em quantidades, saudável e com um conjunto de arranjos de produção e comercialização, técnicas apropriadas, assim como, é necessário ter uma educação a partir da realidade que vai desde o ensino básico até a universidade, espaços de formação, ter vida de qualidade com saúde, moradia, espaço de lazer e cultura, estruturas comunitárias, Soberania em diversos aspectos, enfim, ter as condições de viver bem no campo, com qualidade de vida para os seres humanos e a natureza, e qualidade de vida também para os trabalhadores que estão na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa, deste trabalho permitiu analisar e entender melhor a real situação da Agricultura Camponesa, como ela está inserida no Modo de Produção Capitalista, quais os mecanismos utilizados para subordiná-la cada vez mais aos interesses do capital em detrimento das necessidades humanas.

As constatações dos dados mostram que o Campesinato não é prioridade nesse atual modelo de sociedade, no Capitalismo, que a prioridade é para o Agronegócio, embora que a Agricultura Camponesa já produz uma variedade de produtos, alimentos que satisfazem a vida humana, as necessidades vitais, no entanto, há um processo de mercantilização, de controle, de monopólio desses alimentos que os transformam em uma mercadoria não apenas com valor-de-uso, mas, portadores de valores-de-troca, onde a finalidade principal não é a reprodução da vida, mais sim, o lucro, a acumulação cada vez maior dos capitalistas representados pelas empresas multinacionais que controlam a maior parte das pesquisas, tecnologias, sementes, fertilizantes, agrotóxicos, redes de supermercados, entre outros. Há aí uma intensa subordinação, exploração da renda da terra dos camponeses pelo capital, seja no processo de produção seja no processo de distribuição e comercialização, seja na indução ao consumo das mercadorias do capital pelos camponeses.

Conseqüentemente, esses produtos processados produzidos a base de substâncias químicas, seja o veneno, seja os conservantes, o açúcar, a gordura, tem influência direta na vida, na saúde da população, cada vez mais crescem doenças como a obesidade, o câncer, problemas renais, stress, entre tantas outras, que são doenças diretamente ligada ao modo de vida e da alimentação, ou seja, esses produtos, não podem ser considerados com alimentos, como afirmado por POLLAN anteriormente, esses alimentos padronizados tornaram-se apenas uma “*substância com aspecto de comida, uma imitação de comida*”, que na prática não alimenta, basta olhar os resultados na população.

O Estado frente a isso, tem mantido sua função de defender a classe dominante, embora pareça neutro na sua aparência, como um Estado de todos, atenda algumas poucas reivindicações dos trabalhadores, mas na prática, na sua

essência, ele funciona com um garantidor das condições para os Capitalistas, o Agronegócio continuarem acumulando, seja nas intervenções econômicas (financiamentos, empréstimos, etc.), seja na garantia das infraestruturas necessárias (rodovias, hidrovias, portos, aeroportos, etc.), assim como também a criação ou flexibilização das leis e demais dispositivos legais.

No entanto, apesar de toda a problemática à que está submetida a Agricultura Camponesa é capaz de produzir Alimentos Saudáveis em quantidade e em qualidade, suficiente para toda a população, com valor-de-uso, protegendo a natureza, de forma sustentável, desde que haja Políticas Públicas estruturantes que vão desde o processo produtivo, até o processo de distribuição, de abastecimento. Neste sentido as lutas feitas pelas organizações camponesas em especial pelo MPA ao enfrentarem os problemas cotidianos na sua aparência, e exigindo que o Estado deve estar a serviço do direito a vida, a alimentação, o faz sabendo que mudanças efetivas, a superação destes problemas passa pela superação da questão essencial, que é a superação do Modo Capitalista de Produção, onde o mais importante, o centro é o lucro, é a acumulação de capitais e não o Ser Humano.

Assim os processos entorno dos alimentos, e por extensão da água, dos recursos naturais, não podem ser entendidos isolados da luta geral, e nem podem ser um problema dos camponeses e das camponesas, assim é necessário que haja um amplo processo de formação e conscientização tanto para os camponeses quanto para a população em geral, é necessário uma aliança entre campo e cidade, da classe trabalhadora que transforme a problemática camponesa e dos alimentos em questão nacional, uma questão de todos, como mecanismos de construção contra hegemônica, pois os Alimentos em sendo um direito que garante a vida, dado que as pessoas não vivem sem se alimentar, não podem e nem devem ser de responsabilidade dos Camponeses e Camponesas apenas, esse direito de se alimentar bem exige condições de produzir bem, precisa ser uma responsabilidade da sociedade, da população, dos trabalhadores, dos consumidores em geral. Defender um Campesinato, forte, resistente, contemporâneo, precisa ser uma defesa da Classe Trabalhadora para que se concretize.

REFERÊNCIAS

AGRIC. (27 de julho de 2015). *AGRIC - Informação sobre o mundo Agrícola*. Fonte: http://www.agric.com.br/comercializacao/o_que_e_ceasa.html

BANCO CENTRAL DO BRASIL. (20 de JUNHO de 2015). *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. Fonte: <http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2012/rel5114.pdf>

BNDES. (abril de 1999). *Fusões e Aquisições no setor de alimentos*. Acesso em 17 de abril de 2015, disponível em <http://www.bndes.gov.br/file:///D:/UFRJ-RJ/TCC/fusao%20das%20empresas%20bndes.pdf>

BRASIL. Constituição (1988). (2010). **Emenda Constitucional n. 64** de 2010, artigo 6. Brasília.

BRASIL. Decreto lei nº 11.346. (26 de agosto de 2010). **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, Brasília: Diário oficial.

Camara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. (2011). *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012 a 2015*. Brasília.

CARNEIRO, F. F., & al., e. (2015). *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. RJ/SP: Expressão Popular.

CARVALHO., H. M. (junho de 2010). **Na sombra da Imaginação - 2, a Recamponesação no Brasil**. *Boletim DATALUTA*, p. 01 a 15. Fonte: www.fct.unesp.br/nera

_____, H. M. (2005). *Campesinato no Seculo XXI*. Curitiba: vozes.

_____, H. M., & STÉDILE, J. P. (2012). *Soberania Alimentar: Uma Necessidades dos Povos*. Fonte: mpabrasil@mpabrasil.org.br; www.mpabrasil@mpabrasil.org.br

_____, H. M. (janeiro de 2015). **Camponeses Mais Além da Convivência com o Campital**. Acesso em 2015, disponível em MPA Brasil: <http://www.mpabrasil@mpabrasil.org.br>

CASTRO, J. d. (1939). *O problema de Alimentação no Brasil : seu estudo fisiológico*. São paulo: Companhia Editora Nacional.

_____, J. d. (2011). *Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço* (11ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CUNHA, P. R. (dezembro de 2006). **Camponeses, História e Política no Brasil**. *Revista Espaço Acadêmico*(67). Acesso em 29 de julho de 2015, disponível em http://www.espacoacademico.com.br/067/67res_priori.htm

DELGADO, G. (2012). **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio**. Porto Alegre: UFRGS.

_____, G. C. (dez. de 2001). **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 157-172. São Paulo, SP, Brasil. Acesso em 2015, disponível em <http://www.scielo.br>

_____, G. C. (2004). **O Setor De Subsistência Na Economia Brasileira**.

ETC GROUP. (março de 2013). **Los gigantes genéticos hacen su cártel de la caridad**. Acesso em 18 de abril de 2015, disponível em www.etcgroup.org: http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/ETCCommCharityCartel_March_2013_final.pdf

FAVERO, O. (2006). **Uma Pedagogia Popular: Análise da Prática Educativa do MEB (1961/1966)**. SP: Autores Associados.

FERNANDES, B. M. (2003). **O Futuro do MPA**. Brasília.

FIESP. (abril de 2015). **Informativo DEAGRO**. Fonte: <http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2015/04/safra-de-graos-brasil-2014-15-7-levantamento.pdf>

GOMES, N. N. (28 DE MAIO DE 2014). **65% A 75% Do Volume Global De Alimentos Que Nós Consumimos Têm Origem Na Agricultura Familiar**, (*instituto humanitas unisinos. entrevistador*) acesso em 31 de julho de 2015, disponível em [instituto humanitas unisinos: http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/531755](http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/531755)

GUTERRES, I. (2006). **Agroecologia Militante**. SP: Expressão Popular.

IASI, M. L. (2012). **Financeirização Fundo Público e Política Social. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora**. SP: Cortez.

KRAUSER, R. R. (2014). **Qual Brasil é o de Hoje?** *Caderno de Estudos nº 01 - I congresso do MPA*.

_____, R. R. (2015). **A Agroecologia e o Plano Camponês**. Candiota, RS.: Instituto Cultural Padre Josimo.

LENIN, V. (2008, 4ª edição.). **O IMPERIALISMO fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro Editora.

LUCCI, P. H. (2013). **Geografia dos Alimentos no Espírito Santo**. Vitória, ES.

MARTINS, J. d. (1981). **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes.

_____, J. d. (2002). **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis - RJ: Vozes.

MARX, K. (1996). **O Capital: Crítica da Economia Política (Vols. Livro Primeiro, Tomo 2, cap. XIII a XXV)**. São Paulo: Nova Cultural LTDA.

_____, K. (2008). **O Capital, Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: civilização brasileira.

_____, K. (2012). **O Capital Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, K., & ENGELS, F. (2009). **A ideologia Alemã**. São Paulo - SP: Expressão Popular.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. (setembro de 2009). **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário de 2006** - Brasília,DF.: MDA.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. (24 de abril de 2015). **Panorama Municipal**. Disponível em: www.mds.gov.br; <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>, acessado em 24 de Abril de 2015.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. (dezembro de 2007). **Plano Campones: Construindo o novo Caminho da Roça I**. Brasília-DF.

_____. (2013). **Plano Campones: construindo o novo caminho da roça IV-MPA**.

_____. (2013). **Plano Nacional de ações para a Soberania Alimentar desde uma perspectiva de Gênero. Soberania Alimentar**.

_____. (2013). **Subsidio para debater a pauta do MPA com a Sociedade**.

_____. (2014). **Subsidio para debater a pauta do MPA com a sociedade**.

NAÇÕES UNIDAS. (1998). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** *Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada e proclamada pela resolução A 217(III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.* Brasília.

NASCIMENTO, J. R. (Ulbra, 1998.). **Cartéis do setor agroalimentar.** Canoas , RS

NETTO, J. P. (2011). **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. (23 de maio de maio de 2015). www.fao.org.br. Fonte: FAO.

PLOEG, J. D. (2008). **Camponeses e Impérios Alimentares.** Porto Alegre - RS: UFRGS.

POLLAN, M. (2008). **Em Defesa da Comida, um manifesto.** Rio de Janeiro: Intrínseca.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO. (23 de Julho de 2015). **Atlas Brasil.** Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-gabriel-da-palha_es

RIBEIRO, S. (20 de março de 2006). **Transnacionais buscam domínio da cadeia alimentar.** Fonte: http://movimientos.org/es/cloc/libretransgenicos/show_text.php3%3Fkey%3D6687 Minga Informativa:

TEIXEIRA, G. (26 de abril de 2013). **Alta de alimentos está ligada ao Agronegócio, dizem especialistas.** *Brasil de Fato.*

_____, G. (27 de março de 2013). *EcoDebate: Cidadania & meio ambiente.* Acesso em 29 de julho de 2015, disponível em EcoDebate: Cidadania & meio ambiente: <http://www.ecodebate.com.br>

UOL *Economia.* (24 de maio de 2015). Fonte: UOL Notícias: <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2006>

ZIEGLER, J. (2013). **Destruição em Massa: Geopolítica da Fome.** São Paulo: Cortez.